

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO

MARINA APARECIDA DA SILVEIRA

**PERCEPÇÃO DA COMPETITIVIDADE DA PRODUÇÃO E
COMERCIALIZAÇÃO DE FEIJÃO PELA AGRICULTURA FAMILIAR
NO ESTADO DE GOIÁS**

GOIÂNIA
2015

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Marina Aparecida da Silveira		
E-mail:	prof_marinasilveira@hotmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor			
Agência de fomento:		Sigla:	
País:	Brasil	GO	CNPJ:
Título:	PERCEPÇÃO DA COMPETITIVIDADE DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE FEIJÃO PELA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DE GOIÁS		
Palavras-chave:	Direcionadores, municípios goianos; cultivo; leguminosa; mercado		
Título em outra língua:	PRODUCTION OF COMPETITIVENESS OF PERCEPTION AND BEAN SALES BY FAMILY FARM IN STATE OF GOIÁS		
Palavras-chave em outra língua:	Drivers. Cities and towns in Goiás. Cultivation. Legumes. Market.		
Área de concentração:	Sustentabilidade e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais.		
Data de defesa:(dd/mm/aaaa)	11/09/2015		
Programa de Pós-Graduação:	Agronegócio		
Orientador (a):	Alcido Elenor Wander		
E-mail:	Alcidowander@msn.com		
Co-orientador (a):*			
E-mail:			

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO

Marina A. Silveira

Data 19 / 10 / 2015

Assinatura do(a) autor(a)

¹Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

MARINA APARECIDA DA SILVEIRA

**PERCEPÇÃO DA COMPETITIVIDADE DA PRODUÇÃO E
COMERCIALIZAÇÃO DE FEIJÃO PELA AGRICULTURA FAMILIAR
NO ESTADO DE GOIÁS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio da Escola de Agronomia da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Agronegócio.

Área de concentração: Sustentabilidade e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais.

Orientador: Prof. Dr. Alcido Elenor Wander.

GOIÂNIA
2015

Ficha catalográfica elaborada automaticamente
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

Silveira, Marina Aparecida da
PERCEPÇÃO DA COMPETITIVIDADE DA PRODUÇÃO E
COMERCIALIZAÇÃO DE FEIJÃO PELA AGRICULTURA FAMILIAR NO
ESTADO DE GOIÁS [manuscrito] / Marina Aparecida da Silveira. -
2015.
181 f.: il.

Orientador: Prof. Alcido Elenor Wander.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Escola de
Agronomia (EA) , Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, Goiânia,
2015.
Bibliografia. Anexos. Apêndice.
Inclui siglas, mapas, abreviaturas, símbolos, gráfico, tabelas, lista de
figuras, lista de tabelas.

1. Direcionadores. 2. municípios goianos. 3. cultivo. 4. leguminosa. 5.
mercado . I. Wander, Alcido Elenor, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO
PPAGRO

Dissertação de Mestrado

"Percepção da Competitividade da Produção e Comercialização de Feijão pela Agricultura Familiar no estado de Goiás"

MARINA APARECIDA DA SILVEIRA

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio.

Aprovada por:

Prof. Dr. Alcides Elenor Wander
Presidente-Orientador/ PPAGRO/EA/UFG

Prof. Dr. Bento Alves da Costa Filho
Membro Externo/Escola de Agronomia

Prof. Dr. Gabriel da Silva Medina
Membro Interno/PPAGRO/EA/UFG

Goiânia, 11 de setembro de 2015.

Dedico este trabalho ao meu esposo, Ildeu Matias do Nascimento, pois reconheço que não estive presente, nestes últimos anos, em muitos momentos difíceis de sua vida. Por muitas vezes não choramos e nem sorrimos juntos, o tempo era curto. No entanto, ele me compreendeu e me motivou a prosseguir. Sei que seu amor fortificou minha luta, sua paciência meu desespero, suprimindo todas as minhas fraquezas. De agora em diante, quero preencher os espaços que ficaram vazios, dar-lhe em dobro tudo que recebi e lhe retribuir tudo que fez por mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho, especialmente:

A Deus, por estar sempre presente, especialmente nos momentos mais difíceis.

Ao meu orientador, prof. Dr. Alcido Elenor Wander, pela confiança, respeito, disponibilidade e assertividade na condução do trabalho. Obrigada pelo empenho e por ter aceitado fazer parte deste processo que contribuiu significativamente para meu crescimento intelectual e pessoal.

À coordenadora do curso de Mestrado em Agronegócio, professora Dra. Sônia Milagres Teixeira, pelo apoio irrestrito e pela dedicação com que conduz o curso.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio da Escola de Agronomia da UFG.

Aos funcionários da secretaria da Escola de Agronomia da UFG, pela atenção e boa vontade com que sempre me atenderam, em especial ao senhor José Visconde e à senhora Juliana Malangoni, pelas palavras de incentivo e pela amizade.

Aos membros das bancas de qualificação e defesa, pelas valiosas contribuições.

A todos os entrevistados, por disponibilizarem seu valioso tempo para contribuir com esta pesquisa.

Ao meu grande amigo, Washington Pereira Campos, pelo incentivo, paciência, compreensão e apoio em todos os momentos.

A CAPES, pelo financiamento que tornou possível a realização deste trabalho de pesquisa.

“A mente que se abre a uma nova idéia
jamais voltará ao seu tamanho original.”
(Albert Einstein)

RESUMO

O cultivo do feijão possui significativa importância para a agricultura familiar brasileira. Essa leguminosa é um dos alimentos básicos de várias famílias no país, em especial das de baixa renda, provavelmente sendo a sua principal fonte de proteína vegetal. Nesse contexto, o objetivo geral desta pesquisa é estudar a cadeia produtiva do feijão produzido pela agricultura familiar em Goiás, sob a perspectiva da competitividade existente na produção e comercialização da leguminosa por esse mesmo produtor frente ao mercado da mesma. Tem-se como hipótese básica o fato de os direcionadores de competitividade utilizados pela agricultura familiar serem frágeis. No entanto, esses agricultores familiares usam estratégias diversificadas na produção e comercialização do feijão, que os conduzem a competir no mercado. Este trabalho consiste em um estudo de caso exploratório, cujo levantamento de dados primários foi realizado por meio da elaboração e aplicação, mediante entrevista, de um questionários semiestruturados com perguntas fechadas, visando a coleta de informações de agentes-chave do montante a jusante. Foram entrevistados dois produtores na Regional Planalto e dois na Regional Vale do Paranã; um técnico da EMATER Vale Planalto e cinco na Regional EMATER Vale Paranã; dois técnicos particulares na Regional EMATER Planalto; um corretor de grãos na Regional Planalto e três secretários da agricultura municipais na Regional Vale do Paranã, totalizando dezesseis entrevistas, realizadas nos meses de março e junho de 2015. Os resultados apontam que a hipótese levantada é verdadeira, pois os direcionadores utilizados pelos agricultores em questão os conduzem ao favorecimentos da competitividade da produção e comercialização da leguminosa. Todavia, essa competitividade, de acordo com a metodologia de Van Duren et al. (1991), foi considerada muito baixa, próxima à neutralidade. Requer-se, então, atenção especial desses agricultores para tal competição.

Palavras-chave: Direcionadores, municípios goianos; cultivo; leguminosa; mercado

ABSTRACT

Bean cultivation is significantly important for Brazilian family farming. This legume is one of the main staple foods for various families in the country, especially low-income households, and it is probably their main source of vegetable protein. In this context, this research aims at studying the production chain of beans which are produced by family farming in Goiás, from the perspective of competitiveness regarding the bean production and commercialization operated by this same producer before the bean market. It is a basic hypothesis the fact that the competitiveness drivers used by family farming are fragile. Nevertheless, those family farmers make use of diversified strategies in the bean production and commercialization which lead them to compete in the market. This paper consists in an exploratory case study whose primary data collection was conducted through elaboration and application of semi-structured interviews with closed questions, aiming at collecting information from key agents from upstream to downstream. We have interviewed two producers from Planalto Sectional and two from Vale do Paranã Sectional; one technician from EMATER Vale Planalto and five from EMATER Vale do Paranã Sectional; two private technicians from EMATER Planalto Sectional; one grain broker from Planalto Sectional and three secretaries of municipal agriculture from Vale do Paranã Sectional; having a total of sixteen interviews held in March and in June of 2015. The results suggest that the considered hypothesis is true, once the drivers used by the farmers in question lead them to competitive advantages in bean production and commercialization. However, according to Van Duren et al. (1991) methodology, this competitiveness is considered very low, next to neutrality. Therefore, it is important that those producers give special attention to such competitiveness.

Keywords: Drivers. Cities and towns in Goiás. Cultivation. Legumes. Market.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 –	Municípios goianos produtores de feijão de cor oriundo da agricultura familiar e número de produtores por município (IBGE, 2006a)	29
FIGURA 2 –	Municípios goianos produtores de feijão-caupi oriundo da agricultura familiar e número de produtores por município (IBGE, 2006a)	31
FIGURA 3 –	Municípios goianos produtores de feijão preto oriundo da agricultura familiar e número de produtores por município (IBGE, 2006a)	32
L–	Indicadores da competitividade de uma firma	41
FIGURA 5–	Mapa do estado de Goiás, que seguiu os critérios de divisão da EMATER-GO, número de municípios produtores, número de produtores e tamanho do módulo fiscal	66
FIGURA 6–	Regional EMATER Planalto, número de produtores e quantidade de feijão produzida em (t) das variedades de cor, feijão-caupi e preto	67
FIGURA 7 –	Mapa regional EMATER Vale do Paranã, número de produtores e variedades produzidas em toneladas	71
FIGURA 8–	Visão sistêmica da cadeia produtiva do feijão pela agricultura familiar em Goiás	74
FIGURA 9–	Gráfico de avaliação dos direcionadores de competitividade do feijão oriundo da agricultura familiar goiana	112

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 –	Fatores influenciadores na capacidade de competição	38
QUADRO 2–	Tipos de estratégias	40
QUADRO 3–	Escolas neoclássicas, conceitos e lacunas de contribuição	41

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 –	Regiões brasileiras com plantação de feijão em mil hectares nas três safras 2005/2006 a 2013/2014 (estimativa em maio de 2014) ..	22
TABELA 2 –	Estimativa, em maio de 2014, da produtividade média de feijão em kg/ha no Brasil nas três safras de 2013/2014.....	23
TABELA 3 –	Estimativa, em maio de 2014, da produção de feijão nas três safras em cenário nacional, nos anos 2005/2006 a 2013/2014 (em mil toneladas)	23
TABELA 4 –	Balanço de dados estimados, em mil toneladas, na oferta/demanda/importação/exportação de feijão no Brasil, nas safras 2007/2008 a 2013/2014	24
TABELA 5 –	Estados brasileiros produtores de feijão na agricultura familiar/variedades produzidas/quantidade (t) e número de estabelecimentos por estado (IBGE, 2006b)	25
TABELA 6 –	Municípios goianos produtores de feijão oriundo da agricultura familiar, cuja soma das três variedades de feijão foi acima de 20 (t) por município e área plantada por variedade em hectare em 2006 ..	34
TABELA 7 –	Quantidade de agentes-chave entrevistados na pesquisa por regional	54
TABELA 8 –	Nomes das regionais EMATER-GO, número de município, número de municípios produtores e variação do módulo fiscal	65
TABELA 9 –	Nomes das regionais EMATER-GO, número de produtores por regional e número de produtores por variedade	66
TABELA 10 –	Padre Bernardo – produção de feijão, variedades, número de produtores por variedade e produção em toneladas	69
TABELA 11 –	Formosa – produção de feijão, variedades, número de produtores por variedade e produção em toneladas	69
TABELA 12 –	Planaltina – produção de feijão, variedades, número de produtores por variedade e produção em toneladas	69
TABELA 13 –	Municípios goianos, área colhida de feijão em ha, hectares de colheita mecanizada, hectares com uso de agrotóxico, hectare com uso de adubação química e hectares colhidos com uso de semente certificadas	70
TABELA 14 –	Damianópolis – produção de feijão, variedades, número de produtores por variedade e produção em toneladas	72
TABELA 15 –	Mambáí – produção de feijão, variedades, número de produtores por variedade e produção em toneladas	72
TABELA 16 –	Simolândia – produção de feijão, variedades, número de produtores por variedade e produção em toneladas	72

TABELA 17 –	Sítio da Abadia – produção de feijão, variedades, número de produtores por variedade e produção em toneladas	72
TABELA 18 –	Posse – produção de feijão, variedades, número de produtores por variedade e produção em toneladas	72
TABELA 19 –	Avaliação do direcionador: Gestão da propriedade	76
TABELA 20 –	Média de preços recebidos pela saca de 60 kg de feijão comum em São Paulo, entre os meses de janeiro e abril de 2006/2015	78
TABELA 21 –	Avaliação do direcionador: Planejamento estratégico	86
TABELA 22–	Avaliação do direcionador: Tecnologia	89
TABELA 23–	Avaliação do direcionador: Oferta de insumos	91
TABELA 24–	Avaliação do direcionador: Logística	94
TABELA 25–	Avaliação do direcionador: Armazenagem	96
TABELA 26–	Avaliação do direcionador: Governança/coordenação da cadeia produtiva	98
TABELA 27–	Avaliação do direcionador: Contrato	101
TABELA 28–	Avaliação do direcionador: Ambiente institucional	104
TABELA 29–	Avaliação do direcionador: Política de preço mínimo utilizada em Goiás	105
TABELA 30–	Avaliação do direcionador: Tributação	108
TABELA 31–	Avaliação do direcionador: Legislação sanitária, ambiental, inspeção e fiscalização	111
TABELA 32–	Municípios pertencentes à regional EMATER Vale do Paranã, número de produtores por variedade total por regional	142
TABELA 33–	Municípios pertencentes à regional EMATER Rio das Antas, número de produtores por variedade total por regional	143
TABELA 34–	Municípios pertencentes à regional EMATER Sudoeste, número de produtores por variedade total por regional	143
TABELA 35–	Municípios pertencentes à regional EMATER Serra da Mesa, número de produtores por variedade total por regional	144
TABELA 36–	Municípios pertencentes à regional EMATER São Patrício, número de produtores por variedade total por regional	144
TABELA 37–	Municípios pertencentes à regional EMATER Planalto, número de produtores por variedade total por regional	145
TABELA 38–	Municípios pertencentes à regional EMATER Meia Ponte, número de produtores por variedade total por regional	145
TABELA 39–	Municípios pertencentes à regional EMATER Estrada de Ferro, número de produtores por variedade total por regional	146
TABELA 40–	Municípios pertencentes à regional EMATER Caiapó, número de produtores por variedade total por regional	146
TABELA 41–	Municípios pertencentes à regional EMATER Araguaia, número de produtores por variedade total por regional	147

TABELA 42–	Municípios pertencentes à regional EMATER Sul, número de produtores por variedade total por regional	147
TABELA 43–	Municípios pertencentes à regional EMATER Rio Vermelho, número de produtores por variedade total por regional	148
TABELA 44–	Municípios pertencentes à regional EMATER Rio dos Bois, número de produtores por variedade total por regional	148
TABELA 45–	Municípios pertencentes à regional EMATER Rio Paranaíba, número de produtores por variedade total por regional	149

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGRODEFESA	Agência Goiana de Defesa Agropecuária
APPCC	Análise de Perigos em Pontos Críticos de Controle
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
EMATER-GO	Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i>
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IEA -	Instituto de Economia Agrícola
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA-	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PGPM	Política de preço mínimo utilizada em Goiás
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do estado de Goiás.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 PRODUÇÃO DE FEIJÃO NO CENÁRIO NACIONAL	21
1.1 PRODUÇÃO NACIONAL DE FEIJÃO ORIUNDA DA AGRICULTURA FAMILIAR	24
1.1.1 Regiões Norte e Nordeste	26
1.1.2 Regiões Sul e Sudeste	28
1.1.3 Região Centro-Oeste	29
1.1.3.1 Produção de feijão oriunda da agricultura familiar em Goiás	30
2 REFERENCIAL TEÓRICO	35
2.1 COMPETITIVIDADE: DEFINIÇÕES E IMPORTÂNCIA	35
2.2 CONCEITO DE AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	43
2.3 DEFINIÇÃO DE MÓDULO FISCAL	43
2.4 CONCEPÇÕES TEÓRICAS DO TERMO COMPETITIVIDADE PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	45
3 METODOLOGIA	49
3.1 ABORDAGEM DA PESQUISA	49
3.2 UNIVERSO E AMOSTRA INVESTIGADA	50
3.3 DELIMITAÇÃO DA AMOSTRA	50
3.4 AMOSTRA DA PESQUISA	51
3.5 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS	52
3.6 AGENTES CHAVES PARTICIPANTES DA PESQUISA	54
3.7 MÉTODO DE PROCEDIMENTO DA PESQUISA	54
3.8 ESCALA LIKERT	56
3.9 VANTAGENS E DESVANTAGENS DA UTILIZAÇÃO DA ESCALA LIKERT ..	56
3.10 DESCRIÇÃO DOS DIRECIONADORES E FATORES ANALISADOS NA PESQUISA	57
3.11 TRATAMENTO DOS DADOS	61
3.12 ANÁLISE DOS DADOS DE CAMPO UTILIZANDO A ESCALA LIKERT	61
3.13 CONSTRUÇÃO DAS FIGURAS ILUSTRATIVAS	62
3.14 DIFICULDADES DURANTE A APLICAÇÃO DO MÉTODO	63
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	64
4.1 LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO DE FEIJÃO PELA AGRICULTURA FAMILIAR GOIANA	65
4.2 CADEIA PRODUTIVA DO FEIJÃO PRODUZIDO PELA AGRICULTURA FAMILIAR GOIANA	67

4.3 DIRECIONADORES DE COMPETITIVIDADE DA CADEIA PRODUTIVA DO FEIJÃO PELA AGRICULTURA FAMILIAR EM GOIÁS	74
4.4 AVALIAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DIRECIONADORES E FATORES DE COMPETITIVIDADE PARA A PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DO FEIJÃO PELA AGRICULTURA FAMILIAR GOIANA	75
4.4.1 Direcionador: Gestão da propriedade	75
4.4.1.1 Fator: Gestão da propriedade pelo agricultor familiar	75
4.4.2 Direcionador: Planejamento estratégico	76
4.4.2.1 Fator: Fator planejamento e controle da produção	76
4.4.2.2 Fator: Preço recebido nas vendas	77
4.4.2.3 Fator: As variedades adquiridas pelo agricultor familiar para produção de feijão	81
4.4.2.4 Fator: O padrão de qualidade do feijão produzido	82
4.4.2.5 Fator: A questão quanto à tradição de produção/comercialização de feijão	83
4.4.2.6 Fator: Mão de obra	84
4.4.2.7 Fator: Mão de obra familiar como custo	84
4.4.3 Direcionador: tecnologia	86
4.4.3.1 Fator: Assistência Técnica	86
4.4.3.2 Fator: Sementes certificadas	87
4.4.3.3 Fator: Nível tecnológico adotado	88
4.4.4 Direcionador: Oferta de insumos	89
4.4.4.1 Fator: Oferta de insumos para produção de feijão	89
4.4.4.2 Fator: O preço dos insumos no mercado goiano	90
4.4.5 Direcionador: Logística	92
4.4.5.1 Fator: Infraestrutura das vias de transporte	92
4.4.5.2 Fator: A distância dos principais fornecedores de insumos	92
4.4.5.3 Fator: Quem paga pelo transporte lavoura via cerealista	93
4.4.6 Direcionador: Armazenagem	94
4.4.6.1 Fator: Armazenagem do feijão	94
4.4.6.2 Fator: Tempo de armazenagem	95
4.4.7 Direcionador: Governança/coordenação da cadeia produtiva	96
4.4.7.1 Fator: Existência e atuação efetiva de sindicato dos produtores rurais	96
4.4.7.2 Fator: A representatividade das associações de classe (caso câmara setorial)	97
4.4.7.3 Fator: Competência do líder	97
4.4.8 Direcionador: Contrato	98
4.4.8.1 Fator: Sistema de contratos	98
4.4.8.2 Fator: Parcerias	99
4.4.8.3 Fator: Arrendamentos	100
4.4.9 Direcionador: Ambiente institucional	101
4.4.9.1 Fator: Crédito oficial (PRONAF) custeio	101
4.4.9.2 Fator: Crédito Oficial (PRONAF) investimento	102
4.4.9.3 Fator: prazo para pagar	103
4.4.10 Direcionador: Política de preço mínimo utilizada em Goiás	104
4.4.10.1 Fator: Estoque regulador via CONAB	104

4.4.10.2 Fator: Garantia do preço mínimo	105
4.4.11 Direcionador: Tributação	105
4.4.11.1 Fator: O sistema tributário em Goiás	105
4.4.11.2 Fator: Mercado informal	106
4.4.12 Direcionador: Legislação sanitária, ambiental, inspeção e fiscalização	108
4.4.12.1 Fator: Questões sanitárias e fitossanitárias	108
4.4.12.2 Fator: Questões ambientais	109
4.5 AVALIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE ATUAL DA CADEIA DO FEIJÃO QUE TEM A PRODUÇÃO FAMILIAR COMO PONTO DE PARTIDA EM GOIÁS	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
LIMITAÇÕES DO ESTUDO	117
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICES	130
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO (SUBMETIDO AO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA) = (APROVADO)	131
APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA QUE FOI GRAVADO E OS DADOS PREENCHIDOS O QUESTIONÁRIO	133
APÊNDICE C – TERMO DE COMPROMISSO	150
APÊNDICE D –SÍNTESE DAS PROPOSTAS E/OU RECOMENDAÇÕES	151
APÊNDICE E –DIRECIONADORES E SUBFATORES	154
APÊNDICE F –ENTREVISTAS	157
ANEXOS	166
ANEXO A – TERMO DE ANUÊNCIA	167
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	168
ANEXO C – TABELA 949	170

INTRODUÇÃO

O Brasil se destaca no cenário mundial na produção e no consumo de feijão, sendo um dos três maiores produtores dessa leguminosa no mundo, ficando atrás apenas de Myanmar e Índia. Sua produção média anual é de 3,5 milhões de toneladas (CONAB, 2014a). Essa leguminosa (independente da espécie, variedade, cor, forma, tamanho e sabor) é considerada um importante componente na dieta do brasileiro e de pessoas de diversos países (SILVA; DEL PELOSO, 2006).

O consumo nacional apresenta uma média *percapitade* 16,5 quilos de feijão por ano, dependendo da região, e pode chegar a 19,5 kg/ano, mostrando ser um alimento de alto significado social devido ao hábito alimentar da população: de cada dez brasileiros, sete consomem feijão diariamente. O grão, típico da culinária do país, é fonte de proteína vegetal, vitaminas do complexo B e sais minerais, ferro, cálcio e fósforo (MAPA, s/d).

A produção brasileira de feijão se dá em diferentes safras, sendo possível até três delas por ano, a saber: a) a safra das “águas” – ou primeira safra –, com plantio nos meses de agosto a novembro e colheita de novembro a março, com concentração nos estados das regiões Sul, Sudeste–Minas Gerais e São Paulo–, Nordeste– Bahia– e Norte – no Piauí; b) a safra da “seca” – ou segunda safra –, com plantio de dezembro a março e colheita de março a junho nos estados do Paraná, Mato Grosso, Roraima, Pará e Goiás; c) por último, a safra de inverno– que também pode ser conhecida por safra de terceira época ou safra irrigada –, com plantio de abril a julho e colheita de julho a outubro, concentrando-se nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Bahia, Pernambuco e Alagoas (CONAB, 2014a).

Essas safras podem ocorrer a partir do sistema de baixa tecnologia, que é o caso da produção de subsistência, como à base de alta tecnologia, para produção em escala. Esta é também considerada como safra de terceira época (SILVA; WANDER, 2013) e se caracteriza pela irrigação por pivôs centrais, possuindo mais representação produtiva e grande importância para o mercado goiano.

A expressiva produção anual do estado de Goiás se dá pelo fato de o cerrado goiano possuir capacidade para produzir feijão em até três safras anuais. Essa produção requer grande especificidade temporal em relação aos outros alimentos não perecíveis, os quais determinam a competitividade do sistema agroindustrial (SPERS; NASSAR, 2004).

O plantio da espécie *Phaseolus vulgaris* (L.), do grupo feijão comum, no cenário goiano – a preferência pelos goianos –, tem como foco produtivo a safra das águas e da seca, de

outubro a fevereiro, com forte movimentação dos agricultores familiares e dos agricultores empresariais(SILVA; WANDER, 2013).

A movimentação de agricultores familiares na produção de feijão, em especial na safra das águas,se deve à grande especificidade temporal da leguminosa, cultivada com baixos recursos produtivos. Todavia, é fortemente associada à segurança alimentar das famílias desses agricultores, sendo considerada de grande valor social por favorecer e ajudar em seus hábitos alimentares.

Por outro lado, muitos desses agricultores familiares que plantam feijão fazem não apenas para garantir o sustento da família, mas produzem um excedente,voltado ao mercado consumidor do grão.Logo, essa comercialização complementa a renda de boa parte das famílias que vivem no meio ruralnão só no estado de Goiás, mas em todo o território nacional.

Apesar da produção e comercialização de feijão pela agricultura familiar ser muito comum em Goiás, ainda há grande dificuldade de obtenção de dados estatísticos sobre a produção e a comercialização por parte desses agricultores. Isso se deve a fatores comopequena produção, comercialização informal e assimetria de informação entre os elos dessa cadeia produtiva. Somado a isso, os dados estatísticos oficiais existentes respondem somente pelo ano de 2006 em número de produtores, volume produzido, área plantada, colhida e variedades produzidas (FRANÇA; DEL GROSSI; MARQUES, 2009).

O presente trabalho de pesquisa justifica-se pela falta de informações oficiais atualizadas a respeito da produção e comercialização de feijão oriunda da agricultura familiar goiana, sendo essa ausência considerada comoum bom indício de que muitas variáveis precisam ser analisadas, uma vez que os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006a) encontram-se ultrapassados em relação ao novo cenário produtivo da leguminosa no cerrado goiano.

Diante desse novo cenário, este estudo procura analisar a competitividade a partir da percepção dos entrevistados, tomando por base a metodologia de Van Duren, Martin e Westgren (1991), adaptada por Silva e Batalha (1999), na qual a competitividade é mensurada por meio de um conjunto de direcionadores que determinavam o desempenho das variáveis “parcelas de mercado” e “lucratividade”. Essa análise indicará em que ponto de favorecimento se encontra a competição da produção e a comercialização dessa leguminosajunto a seu mercado.Assim, surge a necessidade de estudos sobre a “Competitividade da produção e comercialização de feijão pela agricultura familiar no estado de Goiás”.

Porém, cabe ressaltar que a produção de feijão pela agricultura familiar no Brasil com foco na comercialização do seu excedente produtivo é pouco explorada por investigações científicas e acadêmicas. Logo, a realização desta pesquisa tem como propósito instigar mais estudos sobre este assunto no estado de Goiás.

Diante do exposto, comprova-se a relevância desta investigação, visto que os resultados nela obtidos talvez instiguem outros estudiosos a realizarem novas pesquisas, ligadas a outras áreas do conhecimento humano. Novos estudos seriam de grande relevância para uma melhor compreensão da complexidade dos fatores que envolvem a agricultura familiar. Destaca-se, também, a possibilidade de esses resultados oferecerem contribuições ao desenvolvimento socioeconômico dos agricultores em questão.

Devido a esse novo cenário, este trabalho apresenta o seguinte problema de pesquisa: “A agricultura familiar goiana, produtora de feijão para fins comerciais, possui direcionadores favoráveis que a conduzam à competitividade junto a seu mercado?”.

Em razão da questão levantada, o objetivo geral é descrever a cadeia produtiva de feijão oriunda da agricultura familiar e avaliar a competitividade atual da produção, bem como a comercialização da leguminosa do tipo feijão pelos produtores em questão junto a seu mercado.

Os objetivos específicos são:

- a) Identificar os municípios produtores de feijão pela agricultura familiar com base no Censo 2006;
- b) Mapear a cadeia produtiva do feijão nas regiões produtoras;
- c) Avaliar a competitividade atual da cadeia do feijão que tem a produção familiar como ponto de partida em Goiás.

A hipótese básica levantada foi a de que os direcionadores utilizados pela agricultura familiar são frágeis para proporcionar a competitividade necessária aos agricultores familiares. No entanto, apesar disso, nota-se que eles utilizam estratégias diversificadas na produção e comercialização do feijão, que talvez os conduzam a competir junto ao mercado da leguminosa.

Esta dissertação está estruturada, além desta Introdução, em quatro capítulos. O capítulo 1 apresenta a produção de feijão no cenário nacional, por regiões, nas três safras, em: hectares plantados, produção em toneladas, estimativa de produtividade e produção dessas safras de 2006 a 2014. A segunda seção aborda a produção nacional de feijão oriunda da

agricultura familiar: os estados brasileiros produtores de feijão na agricultura familiar, as variedades produzidas, a quantidade em tonelada por variedade e o número de estabelecimentos por estado. Por último, de forma mais detalhada, a produção goiana.

O capítulo 2 expõe o referencial teórico a ser empregado na explicação dos fenômenos aqui estudados, mostrando os principais conceitos e autores relacionados com os temas abordados. Ainda, encontra-se dividido em três seções, a saber: competitividade; fatores que influenciam na capacidade de competição de uma organização; tipos de estratégias; escolas neoclássicas, conceitos e lacunas de contribuição; conceito de agricultura familiar no Brasil e abordagens teóricas para a competitividade da agricultura familiar.

O próximo capítulo explica os aspectos metodológicos e os caminhos percorridos para a realização desta pesquisa e descreve, de maneira mais detalhada possível, todos os procedimentos realizados, bem como os critérios utilizados em sua adoção.

Por fim, o capítulo 4 contém os resultados obtidos pela pesquisa, realizando discussões e inferências a partir das informações constatadas e apresentadas, estando estruturado em subseções: a) Identificação dos municípios produtores de feijão pela agricultura familiar; b) Mapeamento da cadeia produtiva do feijão desses municípios produtores; e c) Avaliação da competitividade da produção e comercialização da leguminosa pela agricultura familiar goiana junto ao mercado. Considerações Finais, Referências, Apêndices e Anexos completam este trabalho e fornecem elementos adicionais para o seu entendimento.

1 PRODUÇÃO DE FEIJÃO NO CENÁRIO NACIONAL

O Brasil apresenta elevado índice de produção de alimentos, estando o feijão entre os produtos mais produzidos, principalmente pela somatória de suas variedades, das três safras anuais, realizadas em todas as regiões e escalas produtivas. No entanto, a maior representatividade no cenário nacional de feijão está no grupo I (proveniente da espécie *Phaseolus vulgaris* L).

A espécie *Phaseolus vulgaris* (L.) Walp. encontra-se dividida em classes, sendo elas: feijão do grupo (I) (feijão-comum, subdividido em cores e preto); e feijão do grupo (II) (feijão-caupi da espécie *Vigna unguiculata* (L.), da classe caupi). Ainda, existem, no país, outras espécies de feijão conhecidas e cultivadas, como: *Phaseolus lunatus* (feijão-fava), *Phaseolus acutifolius* (feijão-tepari) e *Phaseolus angularis* (feijão-adzuki). Em outros países há: *Phaseolus aconitifolius*, *Phaseolus mungo*, *Phaseolus coccineus*, em sua maioria de origem asiática (VIEIRA, 1978). Para efeito técnico, apenas o feijão do Grupo (I) *Phaseolus vulgaris* (L.) e o do grupo (II) *Vigna sinensis* (caupi) são considerados feijões pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (BRASIL, 2008).

O feijão do tipo *Phaseolus vulgaris* (L.) Walp. possui vagens e sementes dotadas de grande valor nutritivo. A leguminosa é cultivada em todo o território brasileiro e sua primeira safra ocorre em todas as regiões do país. Na segunda safra, apenas se colhe nas regiões Nordeste e Norte e, na terceira, na região central do Brasil (OLIVEIRA; ZOCOLER, 2013; WANDER, 2007).

Segundo Borém e Carneiro (2006), a leguminosa do tipo feijão é cultivada em praticamente todos os estados brasileiros, mas alguns deles apresentam mais expressão produtiva e outros menos expressão de área colhida com os mais variados níveis tecnológicos e sistemas de produção. Os autores afirmam que os estados de maior representatividade produtiva de feijão comum são Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Bahia, os quais respondem por mais de 65% da produção nacional.

As três regiões superavitárias na oferta de feijão no Brasil são as seguintes: a primeira no Sul, formada pelos estados do Paraná e Santa Catarina; a segunda no Brasil Central, pelos estados de Rondônia, Bahia, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso; e a terceira no Nordeste, por Piauí, Ceará e Paraíba.

Todavia, para este trabalho se consideram apenas as safras apontadas a partir do último censo de 2006. Por conseguinte, se demonstra a série histórica da área plantada das

safras 2005/2006 a 2013/2014, as quais foram somadas às três safras em âmbito nacional (Tabela 1).

Tabela 1: Regiões brasileiras com plantação de feijão em mil hectares nas três safras 2005/2006 a 2013/2014 (estimativa em maio de 2014).

Regiões	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14
Norte/ Nordeste	1.213	938	1.182	1.042	780	1.103	413	530	915
Centro/ Sul	2.258	2.408	2.338	2.448	2.543	2.623	2.505	2.276	2.799
Total	3.471	3.340	3.521	3.491	2.542	3.733	2.918	2.806	3.714

Fonte: CONAB (2014a).

A produção nacional de feijão nas três safras de 2013/2014 foi de 3.437 milhões de toneladas, menor que a estimativa apresentada anteriormente pela CONAB (2014a). Essa produção de feijão comum encontra-se dividida da seguinte forma: grupo (I) classe em cores, representando 67% do volume produzido; grupo (II) feijão preto, 16,1%; e classe caupi, com 17%.

A classe de cor está distribuída de forma uniforme nas três safras anuais, enquanto a classe preto concentra-se no sul do país, sendo 63% de sua produção oriunda da primeira safra. Ele é mais consumido no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, sul e leste do Paraná, Rio de Janeiro, sudeste de Minas Gerais e sul do Espírito Santo. Nos demais estados do país esse tipo de grão tem pouco ou quase nenhum valor comercial, bem como carece de aceitação (CONAB, 2014b).

A leguminosa *Vigna sinensis*, do grupo (II) (feijão-caupi), apresenta maior consumo nas regiões Norte e Nordeste brasileiras, com mais volume produtivo na segunda safra e com área cultivada de 9,5%. A exceção está no estado da Bahia, no qual a maior produção acontece na safra das águas (CONAB, 2014b). Contudo, essa produção está se expandindo para a região Centro-Oeste, principalmente para o estado de Mato Grosso (FREIRE FILHO; RIBEIRO; SANTOS, 2000; SILVA; WANDER, 2013; SILVEIRA et al., 2014).

A somatória das áreas plantadas de maior produtividade foi a da safra 2013/2014 – principalmente na terceira safra, com 1.181kg por hectare – e a de menor expressão foi a de 2009/2010. Esses outros dados podem ser visualizados nas Tabelas 2 e 3.

Tabela 2: Estimativa, em maio de 2014, da produtividade média de feijão em kg/ha no Brasil nas três safras de 2013/2014.

Safras/ feijão	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14
1ª safra	932	1.005	946	956	1.037	1.183	995	858	1.112
2ª safra	713	585	774	695	708	755	763	851	963
3ª safra	916	941	1.024	1.010	1.110	893	989	1.131	1.181
Média	854	844	915	887	952	944	916	949	1.085

Fonte: Adaptada de CONAB (2014a).

Tabela 3: Estimativa, em maio de 2014, da produção de feijão nas três safras em cenário nacional, nos anos 2005/2006 a 2013/2014 (em mil toneladas).

Produção	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14
1ª safra	1.149	1.568	1.243	1.345	1.463	1.680	1.236	965	1.326
2ª safra	1.462	997	1.445	1.372	1.325	1.325	1.064	1.106	1.469
3ª safra	860	775	832	774	727	727	619	735	764
Média	3.471	3.340	3.521	3.491	3.516	3.733	2.919	2.806	3.559

Fonte Adaptada de CONAB (2014b).

A produtividade possui relação direta com o tipo de tecnologia adotada pelo produtor e, a partir disso, os produtores de feijão podem ser classificados em dois grupos: os pequenos, que ainda utilizam baixa tecnologia e têm sua renda associada às condições climáticas, concentrados na produção das águas (primeira safra); e um segundo grupo, agricultores empresariais os quais adotam tecnologias avançadas, com alta produtividade, plantio irrigado por pivô-central, controle fotossanitário e colheita mecanizada e se concentram nas safras da seca e do inverno (segunda e terceira safra)(PESSÔA, 2007).

O Brasil está entre os três maiores produtores de feijão do mundo, mas ainda apresenta problemas de autossuficiência em determinados períodos, com grandes oscilações de preço tanto para o produtor como para o consumidor, principalmente por questões climáticas. Por isso, quando ocorrem supersafras o país tem dificuldades para exportar o produto.

A principal dificuldade da exportação do feijão brasileiro se encontra na oferta e demanda da leguminosa, pois a oferta nem sempre supre sua demanda no cenário nacional. Além disso, predomina, na produção, o feijão do grupo comercial carioca, preferência nacional, cuja variedade não é aceita em grande parte dos países importadores, que possuem preferência por outros tipos de grãos, chamados, na literatura, de feijões especiais. Isso aumenta consideravelmente a dificuldade de exportação do excedente, quando ele existe (ALMEIDA, 2012). Esse obstáculo também é enfrentado pela importação, pelo mesmo motivo: a preferência nacional pelo grupo comercial carioca (Tabela 4).

Tabela 4: Balanço de dados estimados, em mil toneladas, na oferta/demanda/importação/exportação de feijão no Brasil, nas safras 2007/2008 a 2013/2014.

Produto	Safra	Produção	Consumo aparente	Exportação	Importação
Feijão	2007/2008	3.521	3.580	02	210
	2008/2009	3.503	3.500	25	110
	2009/2010	3.322	3.450	4,5	181
	2010/2011	3.722	3.500	20	207
	2011/2012	3.733	3.700	40	150
	2012/2013	3.700	3.320	35	304
	2013/2014	2.806	3.450	40	100
Média		3.530	3.514	29	180

Fonte: Adaptada de Conab/Secex (2014b).

Nota: Posição de agosto de 2014.

Os dados apresentados podem ser confirmados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2014a), cuja estimativa para a safra de 2013/2014 e a demanda nacional se apresentavam estáveis no período de 2008 a 2014. Nessa época, a demanda média nacional para o consumo foi em torno de 3,5 milhões de toneladas, exigindo pequenas quantidades de importação.

1.1 PRODUÇÃO NACIONAL DE FEIJÃO ORIUNDA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Conforme dados do Censo Agropecuário 2006, foram identificadas 4.367.902 propriedades rurais de gestão familiar no Brasil. Isso significa 84,4% das propriedades rurais brasileiras e equivale à ocupação de uma área de 8.025 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros são de gestão da agricultura familiar. Esse tipo de agricultura tem 12,3 milhões de trabalhadores no campo, ou seja, 74,4% da população ativa no campo está diretamente vinculada à agricultura familiar (IBGE, 2006b).

Conforme IBGE (2006b), a agricultura familiar na produção de alimentos, em especial a de subsistência, é de grande importância. Logo, quando se trata da produção de feijão oriunda da agricultura familiar em âmbito nacional, os números elevam ainda mais sua importância como produtora de alimento, a saber: 77% de feijão-preto, 84% de feijão-caupi e 54% de feijão de cor (IBGE, 2006b).

A produção de feijão no Brasil é colocada por Guanzioli et al. (2001) como estando entre os dez produtos mais produzidos pela agricultura familiar brasileira, ocupando o nono lugar: leite, galinhas, gado de corte, milho, soja, suínos, mandioca, fumo, feijão e café.

O feijão se apresenta como uma cultura importante na agricultura familiar, uma vez que pode ser cultivada de forma solteira ou consorciada, além de favorecer a sucessão de outros cultivos ao longo do ano. Ademais, pode ser visto como segurança alimentar e, em alguns casos, como complemento de renda.

O feijão é uma cultura que usa o solo por pouco tempo, possibilitando, como já dito, o cultivo de outras culturas sequenciais. Esse tempo geralmente varia entre 75 e 90 dias, dependendo da variedade. Logo, o feijão é produzido por (1.900,000) um milhão e novecentos mil estabelecimentos familiares no Brasil (Tabela 5).

Tabela 5: Estados brasileiros produtores de feijão na agricultura familiar/variedades produzidas/quantidade (t) e número de estabelecimentos por estado (IBGE, 2006b).

Estados	Feijão-caupi/grão	Nº estabelecimentos	Feijão de cor	Nº de estabelecimentos	Feijão Preto	Nº de estabelecimentos
Rondônia	13.832	3.006	10.946	8.259	730	382
Acre	6.578	1.329	6.030	2.513	540	232
Amazonas	4.348	1.260	659	725	73	107
Roraima	124	100	81	76	06	04
Pará	21.780	10.910	11.477	6.343	1.431	642
Amapá	50	45	-	-	-	-
Tocantins	1.309	1.679	862	1.106	483	2.117
Maranhão	15.597	16.794	16.465	14.617	1.672	1.094
Piauí	67.269	8.903	12.997	2.523	822	1.571
Ceará	312.122	200.995	59.674	37.210	14.426	4.994
Rio Grande do Norte	58.063	37.292	634	4.126	166	285
Paraíba	69.706	68.266	16.026	18.461	3.543	4.690
Pernambuco	87.803	84.472	35.560	35.366	33.638	22.474
Alagoas	23.052	20.951	106.516	35.484	995	1.553
Sergipe	8.130	5.682	13.577	9.492	459	507
Bahia	207.606	129.729	176.352	91.768	9.647	4.301
Minas Gerais	19.979	14.725	70.083	70.061	10.984	27.194
Espírito Santo	307	6.757	3.167	3.925	5.653	404
Rio de Janeiro	1.188	1.330	395	141	3.218	304
São Paulo	10.327	1.511	22.458	2.979	971	137
Paraná	4.837	1.820	65.376	9.473	250.634	6.971
Santa Catarina	1.516	713	33.899	17.221	100.518	3.144
Rio Grande do Sul	310	792	17.243	13.347	89.069	95.120
Mato Grosso do Sul	382	742	5.873	1.292	1.694	204
Mato Grosso	2.686	422	1.689	1.022	195	642
Distrito Federal	153	142	135	201	04	13
Total	939.054	620.367	688.174	387.731	531.571	179.086

Fonte: IBGE (2006b).

1.1.1 Regiões Norte e Nordeste

A região Norte do país é considerada expansão de fronteira agrícola, abarcando o sul do Maranhão, o sul do Piauí, o estado do Tocantins e o oeste da Bahia. Essa região é também conhecida por “MAPITOBA”, sigla desses quatro estados brasileiros.

Na região Norte também há uma grande representatividade de agricultores familiares produtores de feijão, sendo essa produção oriunda de terras de sertão que, em geral, apresentam baixa produtividade, pois são pobres e tem grandes períodos secos. Essas épocas de seca influenciam negativamente a produção dessa leguminosa (GUILHOTO et al., 2007). Todavia, chama-se a atenção para o volume de feijão-caupi produzido nos estados do Ceará e Bahia que, segundo dados do IBGE (2006b), é de 312.122 e 207.606 toneladas, respectivamente.

Tocantins vem despontando, por meio da expansão da fronteira agrícola, como um “novo polo agrícola do Brasil”. Isso se deve a sua posição geográfica, já que possui, como diferencial, mais tempo de luz solar (em comparação a outros estados brasileiros) e topografia plana ou levemente ondulada, o que favorece seu desempenho produtivo. Esses fatores levam esse estado a se destacar como o maior produtor de grãos da região Norte do Brasil, sobretudo de soja, arroz, milho, mandioca e feijão. A produção de feijão oriunda da agricultura familiar é equivalente a 1.309 toneladas/ano de feijão-caupi, 862 toneladas/ano de feijão de cor e 483 toneladas/ano de feijão preto (IBGE, 2006b).

Baseado em dados obtidos pelo IBGE (2006b), o estado do Ceará conta com 341.510 propriedades de gestão familiar. Desse número, 243.199 são de gestão familiar e possuem como carro chefe da produção agrícola o feijão. A participação desse grão no mercado cearense chega a 82%, com ênfase para o feijão-caupi, com 312.122 toneladas/ano.

A produção de feijão na Bahia, em especial no Vale do São Francisco (Juazeiro-Petrolina), é bem relevante em relação às outras partes do estado. Esse estado conta, ainda, com uma produção anual de feijão oriunda da agricultura familiar de 207.606 toneladas/ano de feijão-caupi, 176.352 toneladas/ano de feijão de cor e 9.647 toneladas/ano de feijão preto.

No Piauí, a leguminosa do tipo feijão-caupi *Vigna unguiculata* (L.) se destaca em termos de área plantada e produção. De acordo com dados do IBGE (2006b), a agricultura familiar conta com uma produção de 67.269 toneladas/ano dessa variedade, 12.997 toneladas/ano de feijão de cor e 822 toneladas/ano de feijão preto. No semiárido piauiense, o feijão-caupi representa a principal fonte de proteína para a população, principalmente a rural e de baixa renda.

Segundo Guilhoto et al. (2007), no estado de Sergipe, a agricultura se fortaleceu nos últimos anos, principalmente na região do Alto Sertão Sergipano, devido à criação de novos assentamentos da reforma agrária desde meados dos anos 1990. O município de destaque na produção do grão em questão é Poço Verde. A cultura da leguminosa do tipo feijão na agricultura familiar sergipana é a mais expressiva. Todavia, o maior volume fica por conta do feijão de cor, com 13.577 toneladas/ano.

O estado do Maranhão se encontra numa situação climática intermediária entre o semiárido do Nordeste e o clima tropical amazônico, sendo favorecido por períodos generosos de chuva durante o ano. Contudo, a produção de feijão pela agricultura familiar é baixa, ocorrendo mais devido ao feijão-caupi, com 15.597 toneladas/ano.

O feijão-caupi da espécie *Vigna unguiculata* (L.) é a principal leguminosa cultivada no Nordeste, fazendo parte da dieta alimentar da maioria das famílias da região como fonte rica, principalmente, em proteína e ferro. Além disso, também é utilizado como forragem verde, feno, silagem, farinha para alimentação animal, adubação verde e proteção do solo (ANDRADE JÚNIOR, 2000).

A Paraíba apresenta um período de estiagem longo e com altas temperaturas, e, por isso, há uma dificuldade em produzir feijão por agricultores familiares. Assim, o feijão-caupi, por ser mais rústico, é cultivado em quase todas as microrregiões, em 68.266 estabelecimentos, produzindo 69.706 toneladas/ano.

O estado de Pernambuco apresenta características semelhantes ao da Paraíba, pois apresenta períodos de estiagens longos, com temperaturas altas. Por isso, a variedade de feijão que mais se adapta ao estado é a do feijão-caupi, cuja produtividade foi de 87.803 toneladas/ano (IBGE, 2006b).

Em Alagoas, o cultivo do feijão vem sendo feito por pequenos agricultores, como cultura de subsistência, e o excedente de produção é comercializado para compra de outros suprimentos necessários às famílias (SANTOS; ARAÚJO; LIMA, 2013). Conformedados do IBGE (2006b), o carro chefe da produção é o feijão de cor, com 106.516 toneladas/ano, ficando o segundo lugar com o feijão-caupi, com 23.052 toneladas/ano, e o terceiro com o feijão preto, com 99.500 toneladas/ano.

O estado do Acre possui uma variabilidade de variedades tradicionais de feijão-caupi, produzidas por agricultores familiares para subsistência e para venda do excedente (SILVA e OLIVEIRA, 1993). Segundo o IBGE (2006b), sua produção ao ano é de 6.578 toneladas de feijão-caupi, 6.030 toneladas de feijão de cor e 540 toneladas/ano de feijão preto.

Em Rondônia, a produção de feijão é basicamente destinada ao consumo das famílias, pois a agricultura familiar no estado é quase sempre associada a derrubadas e queimadas, tendo pouca estabilidade territorial e diversidade agrônômica. Todavia, os agricultores podem ter até duzentos hectares de terra (HURTIENNE, 2005), produzindo 13.832 toneladas/ano de feijão-caupi, 10.946 de feijão de cor e 731 de feijão preto.

O estado do Pará se diferencia um pouco de Rondônia por apresentar mais estabilidade e diversificação produtiva em diferentes segmentos das diversas formas de agricultura familiar, podendo esta ser realizada em terra firme ou na várzea, em forma de estuário (HURTIENNE, 2005). Logo, produz mais feijão em comparação a Rondônia: 21.780 toneladas/ano de feijão-caupi, 11.477 de feijão de cor e 1.431 de feijão preto.

No Amapá se cultiva, tradicionalmente, o feijão-caupi, uma vez que ele possui mais resistência às oscilações hídricas e é de fácil adaptação às regiões tropicais úmidas. No entanto, verifica-se, ano após ano, um declínio acentuado em sua produção pelos agricultores familiares. Segundo dados do IBGE (2006b), apenas 45 agricultores familiares produziram, no estado, feijão-caupi, tendo como produção anual cinquenta toneladas/ano. Não há registros de cultivo de feijão de cor e nem de feijão preto por esses agricultores.

Amazonas e Rio Grande do Norte são favoráveis à produção de feijão-caupi por seu clima, solo e ciclo. De acordo com Santos e Araújo (2000), o feijão-caupi vem alcançando quase a totalidade das áreas plantadas com essa leguminosaneses estados. Assim, a contribuição da agricultura familiar nesses locais é de, respectivamente, 4.348 e 58.063 toneladas/ano de feijão-caupi (IBGE, 2006b).

1.1.2 Regiões Sul e Sudeste

As regiões Sul e Sudeste são as que normalmente ofertam feijão de primeira safra, mas variam a oferta no decorrer do ano. Por exemplo: na região Sul, no estado do Rio Grande do Sul, o feijão do tipo *Phaseolus vulgaris* L. é cultivado em duas épocas, na safra e na safrinha, com a semeadura realizada de agosto a outubro e de janeiro a março, respectivamente. Essa variação no plantio da leguminosa a expõe a diferentes condições de ambiente, especialmente temperatura, precipitação pluvial e fatores bióticos (RAMALHO; ABREU, 1998; CARBONELL; POMPEU, 2000).

Os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná têm grande participação na safra das águas (primeira safra) e na da seca (segunda safra), em especial nas regiões Sudeste e Oeste de Santa Catarina, que apresenta condições climáticas favoráveis à produção do

Phaseolus vulgaris L, feita, nos três estados, por agricultores de diferentes perfis e níveis tecnológicos (NUNES et al., 2015).

Segundo dados do IBGE (2006b), o Rio Grande do Sul, à época do levantamento, 792 propriedades de agricultores familiares, os quais produziam 310 toneladas/ano de feijão-caupi, enquanto 13.347 propriedades produziam 17.243 toneladas/ano de feijão de cor e 95.120 propriedades produziam 89.069 toneladas/ano de feijão preto.

Ainda de acordo com informações do IBGE (2006b), o Paraná contava com 713 propriedades de agricultura familiar produzindo feijão-caupi, 17.221 produtores de feijão de cor e 3.144 de feijão preto, sendo a cultura do feijão de grande importância para os agricultores familiares da região.

Ademais, nesse estado a terceira safra vinha crescendo nas últimas décadas, principalmente em suas regiões norte e nordeste, conhecidas como Vale Rio Paranapanema, como uma safra de sucessão de outras culturas (PERIN et al., 2012). Conforme IBGE (2006b), naquele ano o estado contava com 1.820 propriedades em regime familiar produzindo feijão-caupi, 9.473 de feijão de cor e 6.971 de feijão preto.

1.1.3 Região Centro-Oeste

A Região Centro-Oeste é uma das cinco regiões que compõem o território brasileiro. Composta pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, tem atraído, nas últimas décadas, o interesse de grandes produtores de diversas cadeias produtivas, por fatores como: logística com outros estados, terras planas e clima favorável para diversas culturas. Uma dessas culturas é o feijão, que, quando cultivado em escala empresarial, utiliza técnicas avançadas como irrigação e colheita mecanizada.

Em relação à produção de feijão por agricultores familiares, de acordo com dados do IBGE (2006b), o estado de Mato Grosso do Sul produziu 382 toneladas de feijão-caupi em 742 estabelecimentos, 5.873 toneladas/ano de feijão de cor em 1.292 estabelecimentos e 1.694 toneladas/ano de feijão preto em 204 estabelecimentos familiares.

O Mato Grosso produziu 2.689 toneladas/ano de feijão-caupi, em 422 propriedades, 1.689 de feijão de cor, em 1.022 propriedades, e 195 de feijão preto, em 642 propriedades de agricultores familiares.

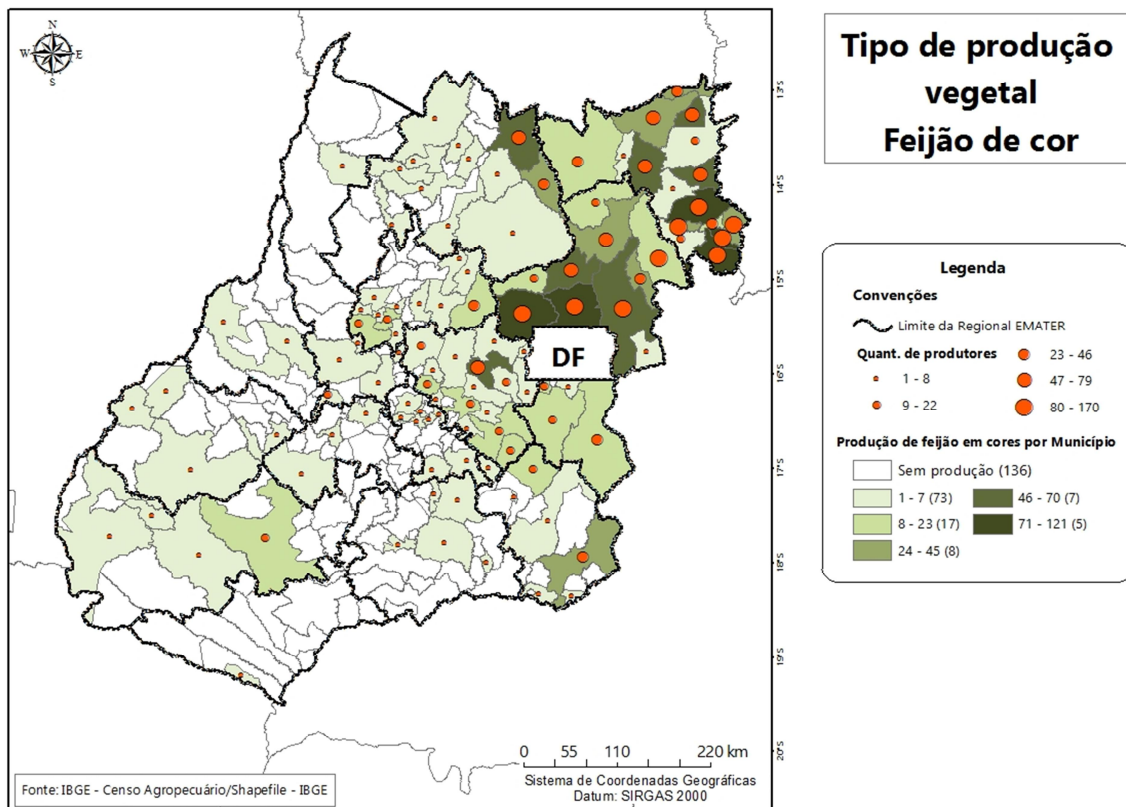
O Distrito Federal apresentou um quadro de produção de 153 toneladas/ano de feijão-caupi, em 142 propriedades, 135 toneladas de feijão de cor, em 201 propriedades, e quatro toneladas/ano de feijão preto, em treze propriedades (IBGE, 2006b).

1.1.3.1 Produção de feijão oriunda da agricultura familiar em Goiás

No estado de Goiás, o plantio do feijão-comum é focado na safra das águas e da seca, de outubro a fevereiro, com forte movimentação dos agricultores familiares e empresariais, representando 14,1% em outubro e 21,4% em novembro, em relação ao total da área cultivada com o feijão-comum pelo estado, predominando o feijão-comum de cor (SILVA; WANDER, 2013).

Conforme dados do IBGE (2006a), Goiás tinha 2.288 produtores de feijão oriundos da agricultura familiar, sem distinção de variedades, em 143 municípios goianos, sendo o feijão de cor produzido em 109 deles. Quanto ao número de produtores encontrados, este foi de 1.549 produtores de feijão em regime de agricultura familiar, cujos dados podem ser visualizados na Figura 1.

Figura 1: Municípios goianos produtores de feijão de cor oriundo da agricultura familiar e número de produtores por município (IBGE, 2006a).



Fonte: Adaptada de IBGE (2006a).

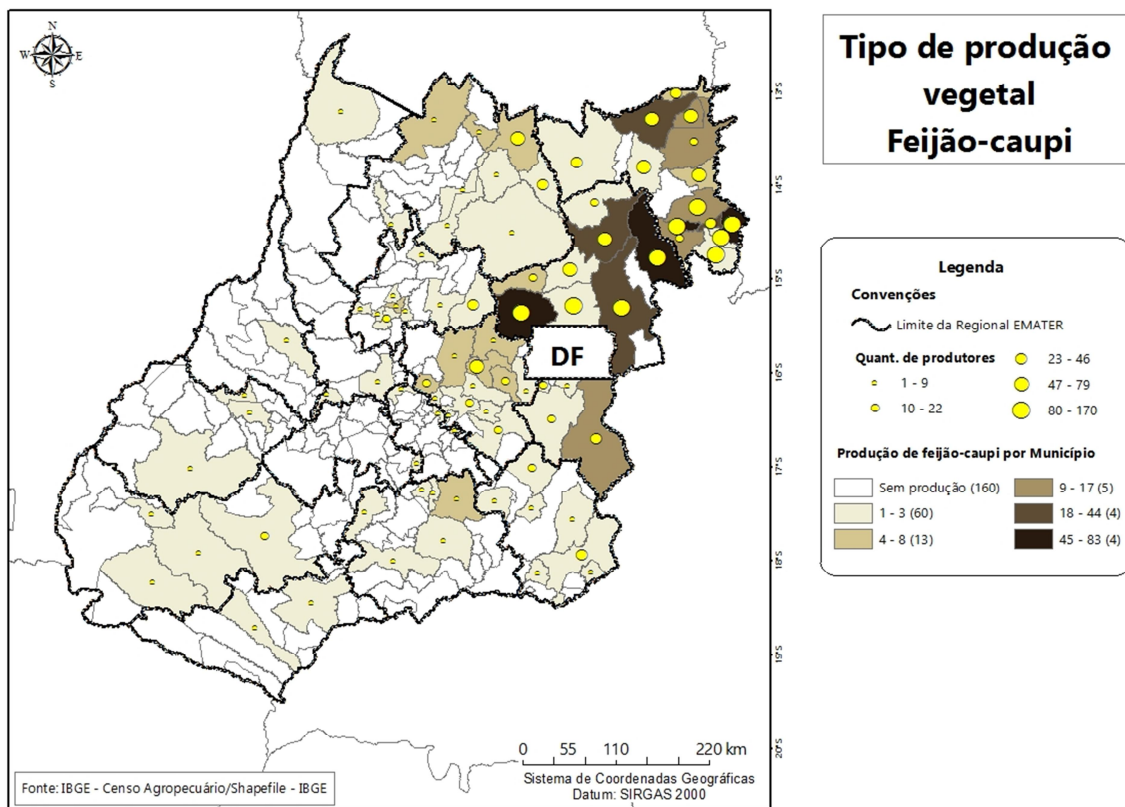
Portanto, o feijão-caupi verde tem uma grande importância, tanto como alimento quanto como gerador de emprego e renda. É rico em proteína, minerais e fibras (FROTA et al., 2014) e constitui um componente alimentar básico das populações rurais e urbanas das regiões Norte e Nordeste. Atualmente, seu consumo se expande de forma mais intensa para as regiões Centro-Oeste e Sudeste do Brasil (FREIRE FILHO et al., 2011).

O estado de Goiás contava, à época do levantamento, com 646 produtores de feijão-caupi, divididos em 87 municípios goianos (IBGE, 2006b). Esse tipo de feijão possui mais rusticidade e plasticidade, que lhe garante uma ampla adaptação climática, oportunizando sua expansão, para a região dos cerrados, das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (FREIRE FILHO et al., 2011). Na região Centro-Oeste isso ocorre em Goiás, em especial na região leste do estado. Segundo Silveira et al. (2014), os agricultores exploram esse cultivar comercializando-o ainda verde e suas vendas lhes garantem uma fonte de renda semanal. Ademais, é produzido em sistema de plantio solteiro e consorciado durante o ano todo.

Conforme Singh (2007), existe ampla adaptação do feijão-caupi na região dos cerrados, principalmente quando cultivado em forma de safrinha, pois essa leguminosa tem um custo muito competitivo, fator que tem feito aumentar o interesse dos produtores pela cultura.

O mercado está demandando um feijão padronizado, de alta qualidade, em quantidade e com regularidade, que tem despertado o interesse de agroindustriais de outras regiões e contribuído para a abertura de novos mercados para essa variedade de feijão. Tais dados podem ser visualizados na Figura 2.

Figura 2: Municípios goianos produtores de feijão-caupi oriundo da agricultura familiar e número de produtores por município (IBGE, 2006a).

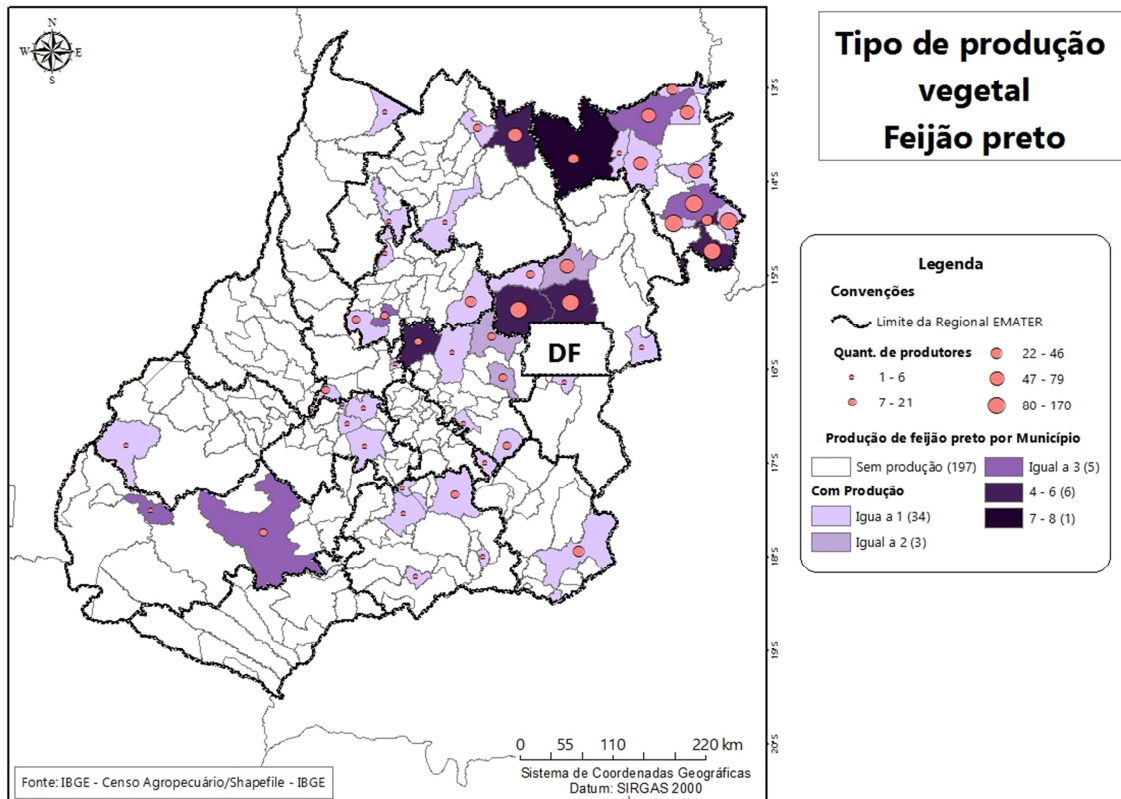


Fonte: Adaptada de IBGE (2006a).

O feijão preto é mais popular no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no sul e no leste do Paraná, no Rio de Janeiro, no sudeste de Minas Gerais e no sul do Espírito Santo. Nos demais estados do país, esse tipo de grão tem pouco ou quase nenhum valor comercial, assim como não há aceitação (MAPA, 2015). Assim, a preferência pela cor, tamanho e variedade da leguminosa se dá por regiões, sendo bem definida (EMBRAPA, 2003).

Segundo o IBGE (2006a), o estado de Goiás, apesar de não ter a leguminosa da classe comercial preta como sua preferida para o consumo dos goianos, conta com 93 produtores, distribuídos em 49 municípios (Figura 3).

Figura 3: Municípios goianos produtores de feijão preto oriundo da agricultura familiar e número de produtores por município (IBGE, 2006a).



Fonte: Adaptada de IBGE (2006a).

A cultura de produzir feijão no Brasil possui grande importância na econômica social do país, pois ele é um alimento de grande importância não só para agricultores familiares, mas para a grande parcela da população brasileira, visto que é uma leguminosa fonte de proteínas vegetal e mineral, vitaminas e fibras, cujo teor protéico pode chegar a 33%, com valor energético de 341calorias (EMBRAPA, 2012).

A importância econômica e social desse cultivar pode ser percebida pelo volume de municípios e produtores goianos que o exploram. Quanto ao volume produzido por agricultores familiares goianos, esse pode ser considerado expressivo quando se analisam as técnicas produtivas e o perfil dos produtores da leguminosa.

Entre os municípios goianos produtores, 24 deles apresentaram, em 2006, como resultado da soma das variedades feijão de cor, feijão-caupi e feijão preto, produção acima de vinte toneladas por município (IBGE, 2006a), dados que podem ser visualizados na Tabela 6.

Tabela 6: Municípios goianos produtores de feijão oriundo da agricultura familiar, cuja soma das três variedades foi acima de 20 (t) por município e área plantada por variedade em hectare em 2006.

Município	Produção			Área plantada		
	Feijão preto	Feijão de cor	Feijão fradinho	Feijão preto	Feijão de cor	Feijão fradinho
Água Fria de Goiás - GO	X	53	X	-	80	-
Campos Belos - GO	X	274	0,10	-	232	150
Catalão - GO	X	69	X	-	41	-
Corumbá de Goiás - GO	-	25	1.7	-	49	-
Cristalina - GO	-	180	350	-	120	59
Damianópolis - GO	-	30	2	-	100	-
Flores de Goiás - GO	-	05	87	-	11	171
Formosa - GO	-	92	81	-	108	90
Divinópolis-GO	X	534	03	-	391	06
Inhumas - GO	-	36	-	-	22	-
Luziânia - GO	-	35	X	-	49	-
Mambai - GO	X	16	11	02	81	01
Minaçu - GO	0,80	45	0,5	-	92	-
Morrinhos - GO	-	327	X	-	184	-
Nova Roma - GO	X	28	X	-	93	-
Padre Bernardo - GO	25	36	20	15	51	59
Petrolina de Goiás - GO	-	38	62	-	20	79
Planaltina - GO	05	99	X	08	169	-
Posse - GO	0,19	18	02	-	59	52
Rio Verde - GO	02	25	X	-	34	-
Santa Isabel - GO	-	93	-	-	75	-
São João d'Aliança - GO	-	188	05	-	157	-
Sítio d'Abadia - GO	0.017	35	01	-	92	-
Vianópolis - GO	X	76	-	x	131	-

Fonte: Adaptado de IBGE (2006a).

Segundo a EMBRAPA (2003), a preferência de variedades e grupos de feijão para consumo nacional se dá por regiões. Desse modo, a expressiva produção da classe feijão comum, apresentada pela agricultura familiar goiana, veio a confirmar essa preferência no estado de Goiás.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo tem como objetivo apresentar um conjunto de pressupostos teóricos avaliados como necessários para embasar esta dissertação, dividindo-se em três partes. Inicialmente, são apresentados aspectos relativos ao conceito e à importância do termo “competitividade” pelos mais diversos autores, as definições de estratégias competitivas e suas subdivisões, o conceito de lacunas e as contribuições das escolas neoclássicas, além dos direcionadores e dos fatores de competitividade, bem como os elementos que afetam e suas classificações. Em seguida, se expõe o conceito de agricultura familiar apregoado pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, e a definição de módulo fiscal. Por fim, são trazidas as concepções do termo “competitividade” para a agricultura familiar brasileira por diversos pesquisadores.

2.1 COMPETITIVIDADE: DEFINIÇÕES E IMPORTÂNCIA

No século XIX, David Ricardo, economista inglês da escola neoclássica, apresentou a discussão sobre o tema competitividade por meio do conceito de vantagem comparativa, cuja demonstração pode parecer mais vantajosa para uma nação, uma vez que esta deve especializar-se na produção de determinado bem ao invés de produzir bens mais eficientemente produzidos por outras nações. Dessa maneira, na visão de Ricardo, as nações envolvidas nas transações poderiam ser mais eficientes se promovessem trocas mútuas desses bens (KRUGMAN; OBSTFELD, 1999).

Desde então, inúmeros pesquisadores têm se dedicado a encontrar relações causais que possam facilitar o entendimento desse tema. Segundo Silva e Batalha (1999), o termo competitividade não é algo novo, tendo se evidenciado mais nas últimas décadas e se enraizado no vocabulário contemporâneo, encontrando-se em grande parte da literatura acadêmica especializada.

Nesse contexto, as organizações de uma determinada localidade precisam construir suficiente capacidade de inovação e diferenciação para ingressar em mercados cada vez mais competitivos, que requerem talentos e/ou habilidades capazes de superar a concorrência (PORTER, 1993). Contudo, para que adquiram vantagem competitiva em relação à concorrência é necessário vender com custos mais baixos do que os dos rivais ou ter capacidade de diferenciar-se e conseguir um adicional de preço que supere o custo adicional da diferenciação (PORTER, 1990, 1999).

O valor gerado pela organização deve ser mensurado pelo preço que os compradores estão dispostos a pagar pelo produto. Todavia, conquistar essa parcela de mercado disposta a pagar esse adicional de preço pela diferenciação depende da escolha do mecanismo de comercialização, o qual envolve ações adequadas a essa parcela de mercado e escala dessa produção, indo desde a qualificação do trabalho e o relacionamento com fornecedores, clientes e prestadores de serviços até o entendimento de quais são as estratégias competitivas a serem utilizadas para o alcance de resultados superiores (PORTER; KRAMER, 2002).

Para Mañas (2006), o desafio das organizações vai além de conquistar uma parcela de mercado, visto que elas precisam garanti-la e permanecerem competitivas. Essa permanência exige dos gestores uma nova forma de estruturação, que, por sua vez, implica em utilização de tecnologias, de concepção de produtos e serviços, de inovação, da capacidade de negociação com pessoas e organizações.

Esse desafio requer, por parte dos gestores, análise do ambiente externo, ou seja, preocupação com concorrência, com buscar lançar um olhar para fora do contexto organizacional, no sentido de compreender e levantar ameaças e oportunidades no ambiente geral da organização, com o intuito de identificar ou usufruir dessas variáveis, de forma mais efetiva e competitiva do que os concorrentes o fazem (PORTER, 1985; OLIVERA, 2008; KRUGMAN; OBSTFELD, 1999).

Oportunidades e ameaças podem conduzir uma organização à capacidade sustentável de sobreviverem meio à concorrência e às conquistas dos novos mercados concorrenciais. Para que isso seja possível, requer-se um sistema de informações que seja capaz de suprir suas necessidades gerenciais originadas de um planejamento de longo prazo (CALLADO, 2011).

Segundo Schumpeter (1997), uma organização empreendedora pode aproveitar oportunidades e/ou ameaças pela inovação, ou seja, deve ir além do âmbito dos desejos dos clientes e criar necessidades ainda não existentes, que são colocadas por esse autor como inovações ou novas combinações:

- 1) Introdução de um novo bem, ou seja, um em com que os consumidores ainda não estejam familiarizados ou de uma nova qualidade de um bem.
- 2) Introdução de um novo método de produção, ou seja, um método que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação, que, de modo algum, precisa ser baseado numa descoberta cientificamente nova, e pode consistir também em nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria.
- 3) Abertura de um novo mercado, ou seja, de um mercado em que o ramo particular da indústria de transformação do país em questão não tenha ainda entrado, quer esse mercado tenha existido antes ou não.
- 4) Conquista de uma nova fonte de matérias-primas ou de bens semimanufaturados, mais uma vez independentemente do fato de que essa fonte já existia ou teve que ser criada.
- 5) Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio (por exemplo,

pela trustificação) ou a fragmentação de uma posição de monopólio. (SCHUMPETER, 1997, p. 48-49).

Schumpeter (1997) esclarece que as possibilidades para viabilizar as novas combinações já estão disponíveis nas sociedades e estão vinculadas às atividades que compõem o fluxo circular, sendo necessário apenas inovar e criar novas maneiras de combiná-las.

Para Porter (1997), a competitividade de uma organização possui relação direta com a concorrência na qual ela se encontra instalada. Ademais, é necessário que a organização seja capaz de ofertar ao demandado um produto diferenciado ou um custo menor do que o da concorrência.

A competitividade de uma organização pode ser visualizada como um processo de interação entre consumidores e concorrentes, ou seja, entre a demanda e o que está sendo ofertado pelos concorrentes, criando, também, a necessidade de novas demandas, uma vez que o lucro e uma parcela de mercado podem ser assegurados pelo diferencial entre os produtos e/ou pelos serviços ofertados pelas organizações e as estratégias utilizadas para atrair e manter seus clientes (BODINI, 2001; VAN DUREN; MARTIN; WESTGREN, 1991).

Segundo Maximiano (2007), o conceito de competitividade só é possível a partir da tradução particular da ideia de eficácia. Assim, as organizações apresentam natureza competitiva, disputando a preferência de um grupo de clientes e consumidores. Existem situações em que o sucesso de uma organização pode significar o fracasso de outra e vice-versa, mas as organizações competitivas devem conseguir transformar pessoas e empresas em seus clientes, obtendo lucro e conseguindo uma parcela de mercado.

Para Ferraz, Kupfer e Haguenaer (1997), a capacidade competitiva de uma empresa está na sua potencialidade de criar e implementar estratégias concorrenciais que lhe possibilitem ampliar ou conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado. Todavia, o sucesso dessas organizações apresenta relação direta com as estratégias visualizadas por elas, que devem ser realizadas como se fossem um caminho, uma maneira ou uma ação formulada com o intuito de se alcançar metas, objetivos e desafios pré-posicionamento competitivo da empresa no ambiente no qual está inserida (OLIVEIRA, 2008).

Esse ambiente abarca um conjunto de variáveis interagentes e interdependentes no ambiente sistêmico, que consideram fatores controláveis e incontroláveis na busca por resultados harmoniosos com um todo (OLIVEIRA, 2008; PORTER, 1989).

Para Meyer e Scott (apud WILLIAMSON, 1995), a competitividade, analisada do ponto de vista do ambiente institucional, está ligada à capacidade de a organização entender e administrar os recursos simbólicos, mediante a adequação às normas e aos padrões de conduta socialmente valorizados, os quais satisfazem as expectativas dos atores no contexto em que atuam. As organizações que enfatizam normas e valores socialmente construídos e instituídos garantem a sua permanência e legitimidade no contexto do ambiente interno e externo a elas, possibilitando melhores condições para o desenvolvimento de recursos materiais, econômicos e ambientais.

Segundo Farina e Zylbersztajn (1997), o ambiente institucional engloba variáveis como políticas macroeconômicas, tarifárias, tributárias, comerciais e setoriais adotadas pelos governos, a saber: barreiras não tarifárias, controles sanitários, instrumentos de retaliação comercial, formação de blocos econômicos e atuação de empresas transnacionais.

Para Batalha e Souza Filho (2009), a competitividade abarca as categorias internas e externas à organização, podendo ser relacionadas ao ambiente institucional, à tecnologia, às estruturas de mercado, às estruturas de governança e à coordenação de cadeia, à gestão estratégica, aos insumos, ao transporte e armazenamento, etc.

A competitividade pode ser analisada a partir do ambiente interno de uma organização, a partir de custo e produtividade e padrões de competição de mercado, tais como preço, regularidade da oferta, diferenciação de produto, lançamento de novos produtos etc. Nesses casos, a competitividade de uma organização se relaciona à capacidade do gerenciamento estratégico adequar os recursos a ela (FARINA, 1999).

Segundo Kupfer e Hasenclever (2002), na análise sistêmica de uma organização existem três grupos de fatores que podem influenciar em sua competitividade (Quadro 1):

Quadro 1: Fatores influenciadores na capacidade de competição.

FATORES	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLO
Empresariais	Controláveis pela empresa; recursos acumulados pela empresa.	Capacitação; desempenho; gestão da marca; flexibilidade de produção; logística.
Estruturais	Pouco controláveis pela empresa; baixa capacidade de intervenção.	Taxa de crescimento; distribuição geográfica; grau de sofisticação tecnológica.
Sistêmicos	Externalidade pela empresa; mínima ou nenhuma capacidade de intervenção.	Questões macroeconômicas; aspectos político-institucionais, legais, regulatórios, sociais, internacionais, infraestruturais.

Fonte: Kupfer e Hasenclever (2002).

Nesse sentido, o enfoque estratégico nos ambientes internos e externos de uma organização auxilia na prevenção, interpretação e formulação de ações competitivas e estas conduzirão a empresa a uma condição de vantagem num determinado contexto mercadológico (ALMEIDA, 2010; COLENGUI, 2007; FISCHMANN; ALMEIDA, 1991; PORTER 1986; ANSOFF, 1965).

De acordo com autores clássicos como Igor Ansoff (1977), e Michael Porter (1986), para que uma firma controle os ambientes internos e externos da organização se exige uma elaboração criteriosa e um processo racional de cálculos e análises deliberadas, com o alcançar de objetivos em longo prazo.

Segundo Porter (1986), as firmas, para serem competitivas, precisam lançar mão de estratégias genéricas, como exclusividade de produtos, diferenciação de preço, liderança em custo de produção ou estoque e liderança com aspectos de responsabilidade socioambiental, pois essas são as exigências do mundo moderno.

Essas estratégias competitivas têm por objetivos organizacionais funcionarem como alvos a serem atingidos pelo direcionamento de todos os esforços e recursos dessas mesmas ações. Elas exercem papéis fundamentais no planejamento, atuando como motivadores e controladores. Os objetivos organizacionais também funcionam como diretrizes para a tomada de decisões, como guia para aumentar a eficiência organizacional e também como forma de avaliar o seu desempenho (CERTO; PETER, 1993).

Assim, as organizações também visam à eficiência técnica (ou tecnológica), que está entre dois ou mais processos de produção. Estes permitem produzir uma mesma quantidade de produto, utilizando menos quantidade física de fatores de produção terra. Portanto, a eficiência econômica está entre dois ou mais processos de produção, que propiciam uma mesma quantidade de produto, mas com menor custo de produção (VARIAN, 2006).

Nesse contexto, percorrendo as mais diversas definições e visões de estratégias, entre teoria e prática, bem como a importância das estratégias utilizadas visando a competitividade, nota-se o esforço dos mais diversos pesquisadores em relação ao tema, que não tem uma forma pronta, ou seja, um modelo de protocolo de ações estratégicas exclusivas para cada situação.

No intuito de ilustrar uma pequena parte dessas possíveis estratégias, Certo e Peter (1993), Costa (2007) e Oliveira (2008), apresentam essas caracterizações, organizadas no Quadro 2:

Quadro 2: Tipos de estratégias.

Autores	Subdivisões	Tipos de estratégias
Certo e Peter (1993)	Alternativas de estratégia de grande abrangência	Estratégia de concentração
		Estratégia de estabilidade
		Estratégia de crescimento
		Integração vertical
		Integração horizontal
		Diversificação
	Estratégia de redução de despesas	Estratégia de rotatividade
		Estratégia de desinvestimento
		Estratégia de liquidação
	Estratégias combinadas	Não apresenta subdivisões
	Estratégias competitivas	Produtos ou serviços como <i>commodities</i>
		Produtos e serviços diferenciados
		Estratégias de inovação competitiva
Estratégias baseadas em recursos (RBV)		
Costa (2007)	Estratégias de diversificação	Diversificação horizontal
		Diversificação vertical
		Diversificação diagonal
	Estratégias de alianças e parcerias	Não apresenta subdivisões
	Estratégias de expansão	Não apresenta subdivisões
	Estratégias de sobrevivência	Redução de custos
		Desinvestimento
Liquidação do negócio		
Oliveira (2008)	Estratégia de manutenção	Estratégia de estabilidade
		Estratégia de nicho
		Estratégia de especialização
	Estratégia de crescimento	Estratégia de inovação
		Estratégia de internacionalização
		Estratégia de <i>joint venture</i>
		Estratégia de expansão
	Estratégia de desenvolvimento	Desenvolvimento de mercado
		Desenvolvimento de produtos ou serviços
		Desenvolvimento financeiro
		Desenvolvimento de capacidades
	Estratégia de diversificação	Desenvolvimento de estabilidade
		Diversificação vertical
		Diversificação concêntrica
		Diversificação conglomerada
	Estratégia do ciclo de vida do produto	Não apresenta subdivisões
	Estratégias funcionais	Estratégias de marketing
Estratégias financeiras		
Estratégias de produção		
Estratégias de Recursos Humanos		

Fonte: Adaptado de Oliveira (2008), Costa (2007) e Certo e Peter (1993).

As escolas neoclássicas de pensamento econômico, paradigmas da organização industrial e da gestão estratégica, contribuíram com conceitos muito importantes que, apesar de importantes, não são suficientes para a análise de competitividade, deixando lacunas entre as abordagens (VAN DUREN; MARTIN; WESTGREN, 1991). Essas

contribuições neoclássicas, bem como as lacunas dessas abordagens, são brevemente apresentadas a seguir, no Quadro 3.

Quadro 3: Escolas neoclássicas, conceitos e lacunas de contribuição.

Escola	Conceitos úteis propostos	Lacuna da contribuição
Economia neoclássica	Conceito comparativo entre os produtos homogêneos dispostos no mercado, por meio de medição de custos e produtividade. Considera, como principal contribuição da escola, as influências do mercado.	Uma vez que considera o mercado perfeito, essa escola não trata as diferenças qualitativas existentes nos produtos, <i>no marketing</i> relativo e nas habilidades dos serviços para o alcance da competitividade das indústrias.
Organização industrial	A principal contribuição dessa escola é o paradigma da inter-relação entre estrutura industrial, conduta e desempenho.	Não discute a importância da rivalidade entre as indústrias, mesmo que mais rivalidade, presumidamente, estimule o incremento da competitividade.
Gestão estratégica	O marco exploratório das pesquisas dessa escola, conduzidas por meio de casos de firmas, indústrias e seus segmentos, destaca a dinâmica das mudanças dentro da indústria.	Não fornece hipóteses capazes de, estatisticamente, generalizar situações, e, por isso, não pode apontar, quantitativamente, o impacto de políticas públicas e de decisões gerenciais na competitividade da indústria.

Fonte: Elaborado a partir de Van Duren, Martin e Westgren (1991) e Van Duren e McKay (1994).

Diante das lacunas existentes entre as escolas neoclássicas e o pensamento econômico, Van Duren, Martin e Westgren (1991) definiram competitividade como a habilidade sustentável de obter lucros e manter a participação nos mercados. Eles elaboraram uma abordagem metodológica própria para a análise de competitividade das cadeias agroindustriais. Segundo eles, para avaliar a competitividade de uma cadeia se deve ter uma ampla compreensão global dos fatores que a influenciam, de forma positiva ou negativa, direta ou indireta, e diagnosticar possíveis causas e soluções. Assim, os autores afirmam que os direcionadores de competitividade são capazes de demonstrar as limitações quanto à competitividade de uma organização como um todo por meio dos fatores apresentados na Figura 4.

Figura 4: Direcionadores que indicam a competitividade de uma firma.



Fonte: Van Duren, Martin e Westgren (1991).

Silva e Batalha (1999) adaptaram ao Brasil a metodologia para análise das cadeias agroindustriais, propondo a utilização do enfoque sistêmico para a análise da competitividade de cadeias produtivas agroindustriais brasileiras. Segundo eles, essa abordagem permite analisar as firmas que compõem a cadeia de produção agroindustrial de forma interdependente, isto é, para que uma empresa seja competitiva as demais (empresas fornecedoras e empresas supridas) também precisam ser competitivas.

Para Van Duren, Martin e Westgren (1991), a metodologia por eles criada para análise das cadeias agroindustriais permite identificar os fatores que afetam o desempenho de uma cadeia de forma global.

Logo, a discussão sobre competitividade é complexa, uma vez que são muitos os fatores, em diferentes âmbitos e controlabilidade, associados ao termo, que resultam em ambiguidades e dificultam as análises (PINHEIRO; MOREIRA; HORTA, 1992). Em um primeiro momento, essas definições podem soar confusas, o que é justificável pela amplitude em que se utiliza o termo, que dificulta sua simplificação em apenas algumas linhas.

Assim, este trabalho de pesquisa considerou, como ponto de partida para avaliar a competitividade do feijão produzido e comercializado pela agricultura familiar em Goiás, a capacidade que o agricultor familiar tem de produzir e comercializar feijão, de forma a obter “lucratividade” e “participação de mercado”. Ainda, baseia-se em trabalhos desenvolvidos por Van Duren, Martin e Westgren (1991), adaptados no Brasil por Silva e Batalha (1999).

2.2 CONCEITO DE AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A relação entre competitividade de produção e comercialização de feijão e agricultura familiar torna-se mais rica quando se define o que a expressão “agricultura familiar” significa. Nesse sentido, como os agricultores familiares são objeto de estudo da presente dissertação, a princípio faz-se necessária uma reflexão conceitual do termo “agricultura familiar”, que não se trata de um termo propriamente novo, mas cujo uso tem ganhado novas significações.

Sob a perspectiva legal, a Lei n. 11.326/2006 considera:

O agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

Dessa forma, no aspecto legal o termo “agricultura familiar” assume um caráter mais operacional, centrado num grupo social bastante heterogêneo. Mesmo diante da determinação desses parâmetros legais, o Estado não conseguiu resolver as questões conceituais referentes à definição do que se entende por agricultor familiar, tendo em vista que tais homogeneizações propostas não condizem com a realidade encontrada no espaço rural brasileiro, caracterizado pela diversidade de agricultores.

2.3 DEFINIÇÃO DE MÓDULO FISCAL

A definição de módulo fiscal é estabelecida pela lei nº 6.746 (BRASIL, 1979), que institui a unidade de medida agrária utilizada no Brasil, o hectare, sendo este variável e fixado para cada município levando-se em conta:

- a) o tipo de exploração predominante no município;
- b) a renda obtida com a exploração predominante;
- c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada;
- d) conceito de propriedade familiar.

O módulo fiscal corresponde à área mínima necessária a uma propriedade rural para que sua exploração seja economicamente viável. A depender do município, um módulo fiscal varia de cinco a 110 hectares. Nas regiões metropolitanas, sua extensão é geralmente bem menor do que nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos.

Atualmente, o módulo fiscal serve de parâmetro para a classificação fundiária do imóvel rural quanto à sua dimensão, em conformidade com o artigo 4º da Lei nº 8.629, (BRASIL, 1993), sendo:

- a) minifúndio: imóvel rural de área inferior a um módulo fiscal;
- b) pequena propriedade: imóvel rural de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais;
- c) média propriedade: imóvel rural de área compreendida entre quatro e quinze módulos fiscais;
- d) grande propriedade: imóvel rural de área superior a quinze módulos fiscais.

O tamanho do módulo fiscal para cada município está fixado na Instrução Especial/INCRA nº 20 (INCRA, 1980). Portanto, não é possível, em análises agregadas, utilizar áreas padronizadas como classificação de propriedades no Brasil, tendo em vista as diferenças no tamanho dos módulos fiscais estabelecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 1980). Percebe-se, desse modo, que há diferenças consideráveis entre estados e regiões, o que reflete no tamanho dos estabelecimentos considerados familiares, conforme a Lei nº 11.326 (BRASIL, 2006).

Mesmo apresentando diferenças consideráveis em relação ao tamanho dos módulos fiscais entre os estados, municípios e regiões, na concepção de agricultura familiar o trabalho e a gestão da propriedade estão intimamente ligados à família. No entanto, esta é, muitas vezes, delimitada por diferentes visões de análise, como, por exemplo, as concepções teóricas dos termos competitividade e agricultura familiar, apresentadas a seguir.

2.4 CONCEPÇÕES TEÓRICAS DO TERMO COMPETITIVIDADE PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Inúmeras análises a respeito do tema agricultura familiar são equivocadas, pois são associadas à “pequena produção”, atribuindo um limite máximo de área ou de valor de produção à unidade familiar, como se o tamanho da área da propriedade fosse determinante para o tamanho da produção (GUANZIROLI et al., 2001).

Inserido nesse mesmo contexto, Abramovay (1998) explica que o termo “agricultor familiar” se atrela a distintas posições teóricas. Para o autor, ser “pequeno” não é sinônimo de ser improdutivo.

Nessa perspectiva analítica, Brandenburg (2004) afirma que a agricultura familiar ser produtiva ou não tem relação com a diversidade de situações e formas de organizações as quais o agricultor está inserido, como o nível de inserção nos mercados, a capacidade de competição, a capacidade de produção, o nível de tecnologia, a disponibilidade de capital de giro, a força de trabalho, dentre inúmeros outros.

Para que o agricultor familiar possa superar essas adversidades ele precisa considerar etapas complexas, as quais vão além da produção, exigindo uma articulação com as atividades envolvidas com o “antes”, o “durante” e o “depois” da porteira da propriedade (ARAÚJO, 2003). Em algumas situações, essa etapa precisa mudar profundamente a maneira de visualizar e gerenciar seus negócios para que os produtos e/ou serviços oferecidos continuem competitivos para o mercado no qual se encontram inseridos (BATALHA, 2002; BATALHA;MING, 2003).

Para Medina (2014), o agricultor familiar assistido por técnicos especializados tem mais chances de superar essas adversidades, pois, será capaz de visualizar com mais clareza quais são suas necessidades reais para superar os obstáculos por ele encontrados por meio da adesão gradual de tecnologias, as quais visam atender as necessidades específicas do agricultor.

Desse modo, essa adoção deve viabilizar os processos de gestão e de organização da produção e diferenciar produtos e mercados, possibilitando acompanhar o nível de inovação e de padronização tecnológica para satisfazer os novos mercados (LIMA; WILKINSON 2002; BATALHA et al., 2004).

Em uma perspectiva similar, Costa (1995) e Ploeg et al. (2000) afirmam que o agricultor assistido por técnicos especializados pode ser encaminhado a nichos de mercado alternativos, pois estes conhecem as reais necessidades daquele. Esses mercados lhes

possibilitam atuar de forma mais justa e são capazes de retirá-los da competição com o mercado empresarial, ou seja, da escala empresarial.

Em estudos de Silva, Câmara e Dalmas(2003), os mercados alternativos são, por exemplo, aqueles que oferecem alimentos orgânicos. Segundo os autores, esses produtos são comercializados com elevados preços em relação aos produtos convencionais e produzidos em fase inicial, com escala pequena, impedindo a queda dos custos de produção. Porém, a demanda é maior do que a oferta, o que propicia um preço mais alto.

O perfil do consumidor de alimentos orgânicos é diferenciado do convencional e ele está disposto a pagar mais por esses alimentos, uma vez que buscam mais qualidade de vida (CERVEIRA; CASTRO, 1999; TREVIZAN; CASEMIRO, 2009; CAMPANHOLA; VALARINI, 2001; MORAIS et al., 2012; DULLEY; SILVA; ANDRADE,2003).

Assim, o agricultor familiar produtor precisa conhecer as reais necessidades de seu consumidor alvo, visto que nem sempre os produtos ofertados no mercado suprem as verdadeiras necessidades da demanda. Portanto, cabe a ele descobrir e aproveitar essa lacuna existente no mercado (ABRAMOVAY; ELI DA VEIGA, 1999).

Contudo, o agricultor familiar, para tornar-se competitivo, precisa produzir com base na eficiência técnica e econômica. Ele deve aproveitar a mão de obra familiar para produzir uma maior diversidade de produtos, diferenciá-los dos já existentes e agregar valor a eles (VARIAN, 2006). Por meio desse aproveitamento da mão de obra disponível, associado a algum tipo de tecnologia, consegue diminuir seus custos na produção e aproveitar oportunidades de mercado (PORTUGAL, 2004).

Ploeg (2008) acrescenta que os mesmos recursos produtivos podem conduzir a uma variedade de produtos e serviços crescentes, reduzindo, então, os custos da produção de cada produto isolado e aumentando, ao mesmo tempo, o valor agregado apregoado para a mesma unidade produtiva.

A inovação pela agregação de valores na produção é colocada como novidade no mercado e leva o agricultor familiar a oportunidades para construir vantagens competitivas. Pela inovação se atinge o fazer diferente, agregando valor ao produto da localidade ou da cultura agrícola (WILKINSON, 2008; ABRAMOVAY, 2003; DAVEIGA, 2005; LIMA e WILKINSON, 2002).

Todavia, essas vantagens competitivas são determinadas por um grande conjunto de variáveis, sejam decorrentes da competitividade empresarial *versus* a competitividade regional ou da competitividade nacional *versus* regional. Sendo assim, o agricultor familiar necessita ter uma visão sistêmica dos processos e de como eles se inter-relacionam, pois as

decisões tomadas com relação a cada variável refletem nas demais (SCARPELLI, 2001; BATALHA; SILVA, 2001).

Para Nantes e Scarpelli (2001), a visão sistêmica dos processos pode ser encorpada por meio do associativismo e das parcerias, pois elas podem proporcionar aos agricultores familiares ganhos de escala e aumento no poder de barganha, capazes de fazer frente aos desafios de inserção e permanência nas cadeias agroindustriais, tendo como princípio a racionalização do trabalho e dos custos.

Segundo Wilkinson (2008), a agricultura familiar brasileira está diretamente envolvida nos processos de ajuste a nova realidade, em busca de ser mais compatível com as suas condições técnicas e econômicas. De acordo com Maia, Filippi e Riedl (2009, p. 197):

A presença de um coletivo organizado – produtor familiar, lideranças locais, atores sociais públicos e privados, representações do Estado – que se organiza envolvendo um mínimo de solidariedade, numa estrutura competitiva e no esforço endógeno para melhorar as técnicas utilizadas nas atividades locais, apresentando inovações, produzindo internamente e atendendo (também), um mercado externo sem necessariamente dependente, [...].

A perspectiva da competitividade para o agricultor familiar sugere uma crescente inserção comercial, que o conduz à especialização em atividades voltadas, principalmente, para o mercado (WIGGINS, 2006). A principal contribuição de Wiggins para esta discussão foi mostrar que, para a maior parte dos agricultores familiares, não há nichos de mercado como o de orgânicos disponíveis e eles precisam competir em mercados convencionais (*staple markets*), como parece ser o caso do mercado de feijão e, por isso, precisam ser competitivos. Desse modo, as políticas públicas são consideradas fundamentais para essa inserção comercial (ABRAMOVAY, 1998; MEDINA, 2014; WIGGINS, 2006; PLOEG; RENTING, 2000).

Para se alcançar essa inserção comercial competitiva é necessário, então, que o agricultor familiar se qualifique tanto no aspecto informal quanto formal, pois isso pode levá-lo a ganhos que poderão superar outras deficiências existentes na agricultura familiar (BATALHA; SCARPELLI, 2002; LOURENZANI; BANKUTI; SOUZA FILHO, 2003; BATALHA; SPROESSER, 2002; BATALHA; BUAIAN; SOUZA FILHO, 2005; MORAIS et al., 2013).

Para Lima e Wilkinson (2002), a especialização do produtor pode ser entendida como um conjunto de informações direcionadas a esse público-alvo, estabelecendo um diálogo

educativo e evidenciando, na qualidade de seus produtos, a perspectiva de uma melhor qualidade de vida.

A capacidade de obter e processar informações e a habilidade no uso de técnicas agrícolas e métodos de gestão mais sofisticados também determinam o sucesso do empreendimento. Nesse sentido, o melhor desempenho de determinados grupos de gerentes rurais está, em geral, também associado a melhores índices de escolarização.

3 METODOLOGIA

3.1 ABORDAGEM DA PESQUISA

A presente pesquisa é de natureza qualitativa e quantitativa, uma vez que nenhuma das duas abordagens, sozinhas, é suficiente para a compreensão completa da realidade. O melhor método é aquele que permite a construção correta do modelo que deve refletir a dinâmica da teoria a ser proposta. Logo, os dois métodos utilizados neste estudo são complementares (MINAYO; SANCHES, 1993).

Quanto ao caráter da pesquisa de campo, este é denominado de exploratório com fins descritivos onde não houve interferência do pesquisador. Para Marconi e Lakatos (2005, p. 190), “os estudos de campo exploratório-descritivos são aqueles que possuem como objetivo descrever completamente determinado fenômeno”. No tocante a este trabalho, são descritos os direcionadores e fatores de competitividade que conduzem os agricultores familiares goianos a produzir e comercializar feijão no mercado da leguminosa e analisar as vantagens por ele obtidas diante dessa competitividade. A seleção desses direcionadores e possibilitou o norteamento e o desenvolvimento de um questionário e de um roteiro desta pesquisa de campo.

O já citado questionário buscou responder à seguinte pergunta: “a agricultura familiar goiana, produtora de feijão para fins comerciais, possui direcionadores de competitividade favoráveis que a conduzem à competitividade junto ao mercado da leguminosa?”.

A preocupação em levantar a questão aqui apontada consistiu no fato de que a formulação da pergunta representa o ponto de partida para as explicações da hipótese e da natureza dos fenômenos que a respondem (MOURA CASTRO, 1978).

A hipótese básica levantada foi a de que os direcionadores utilizados pela agricultura familiar são frágeis para proporcionar a competitividade necessária aos agricultores familiares. No entanto, apesar disso, nota-se que eles utilizam estratégias diversificadas na produção e comercialização do feijão, que talvez os conduzam a competir junto ao mercado da leguminosa.

Para alcançar os objetivos propostos e responder a pergunta de pesquisa, dividiu-se essa proposta em três etapas, sendo a primeira constituída da pesquisa documental e bibliográfica; a segunda foi coleta de dados primários e a terceira fase consistiu na análise e discussão dos dados.

A pesquisa documental e bibliográfica foi realizada em revistas especializadas em feijão, periódicos científicos, livros, dissertações de mestrado, teses de doutorado, sites eletrônicos e outras publicações recomendadas de domínio público (GIL, 1999).

Por meio do levantamento de dados realizado no site do IBGE (2006a) foi possível identificar os municípios goianos em que se produzia feijão pela agricultura familiar. Na sequência, mapeou-se a cadeia produtiva na qual se encontravam inseridos os agricultores que interessavam à problemática do estudo, o número de produtores por município, as variedades produzidas por município e produtor, bem como a produtividade de cada um.

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA INVESTIGADA

De acordo com Gil (1999), com a definição do universo delimita-se o campo de pesquisa em termos temporais, geográficos, setoriais ou qualquer outra dimensão cabível, com base na disponibilidade ou na facilidade de obtenção de dados ou com fundamento nos objetivos e nos custos da execução do estudo.

O universo desta pesquisa é composto por 246 municípios, divididos em quatorze regionais, de acordo com os critérios estabelecidos pela Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (EMATER-GO), sendo ela um órgão governamental criada pela Lei Estadual nº 7.969, de 15 de outubro de 1975. A função dessa instituição é executar a política estadual de assistência técnica, extensão rural, pesquisa agropecuária e atividades correlatas ao desenvolvimento rural sustentável, atendendo, prioritariamente, a agricultura familiar, em consonância com a Lei federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Também realiza a promoção de atividades de classificação de produtos de origem vegetal e certificação de produtos de origem animal (EMATER, 2014).

3.3 DELIMITAÇÃO DA AMOSTRA

A amostra de estudo ficou delimitada pelas regionais mais expressivas quanto ao número de produtores por município goianos, a saber: regionais EMATER Planalto, com 733 produtores, e Vale do Paranã, com 940 agricultores familiares produtores de feijão.

Diante de uma maior delimitação da amostra de análise, foram investigados apenas os municípios que continham mais de cem produtores cada, sendo a primeira amostra a da regional EMATER Vale do Paranã, nos municípios de Damianópolis, Mambáí, Posse,

Simolândia e Sítio D'Abadia; a segunda amostra foi a da regional EMATER Planalto, nos municípios de Formosa, Planaltina e Padre Bernardo.

Como já explicado, a amostra aqui analisada foi composta apenas por agentes-chave dos municípios com mais de cem produtores. Em relação ao feijão, foram considerados todos os gêneros e as espécies englobados nas estatísticas da *Food and Agriculture Organization of the United Nations*(FAO,1999).

Os dados apresentados relativos à cadeia produtiva do feijão em Goiás foram amplos e, por isso, é necessário delimitar o espaço de análise e o próprio enquadramento mapeado do sistema produtivo para permitir que haja mais objetividade nas abordagens. O espaço de análise teve quatro dimensões: regional, produto, direcionadores e fatores (SOUZA FILHO; BATALHA, 2006).

A dimensão relacionada às regionais da EMATER-GO refere-se ao espaço físico, ou seja, às regiões com maior número de produtores por município, estando esses municípios localizados em duas regionais distintas e tendo sido eleitos por possuírem maior quantidade de produtores entre as regionais do estado de Goiás.

A dimensão produto diz respeito exclusivamente ao feijão, sem distinção de grupo ou variedade. Contudo, este estudo enfoca somente o feijão produzido por agricultores familiares que comercializam parte da produção dessa leguminosa, ou seja, não entram neste estudo os produtores cuja produção seja exclusiva para subsistência.

No espaço destinado à análise dos dados, sobre a dimensão relacionada aos direcionadores do sistema, foram eleitos os direcionadores dos elos do montante à jusante da cadeia produtiva que podiam afetar a competitividade da firma. Desse modo, foram extraídos deles os fatores julgados mais relevantes para a competitividade.

3.4 AMOSTRA DA PESQUISA

A amostra desta pesquisa foi intencional, uma vez que se tentou reproduzir, o mais fielmente possível, sua população, por meio da escolha dos agentes-chave a serem entrevistados. A amostra escolhida apresentou ser a mais prática, a menos onerosa e a mais rápida. A amostra não probabilística, por sua vez, caracteriza-se pelas seguintes razões: pode ser que toda a população sorteada não esteja disponível para o estudo; limitações de recursos financeiros, materiais e humanos para a realização de uma amostragem probabilística (MATTAR, 2001; MARCONI; LAKATOS, 1992).

A amostra utilizada nesta pesquisa se justifica pelo fato de se escolherem os casos a serem incluídos no estudo em função do levantamento dos dados secundários, que mostrou que o universo seria inviável para a proposta da dissertação em questão. Isso se deve ao fato de o pesquisador estar interessado na opinião de determinados agentes-chave que possuíam conhecimento e capacidade para informar os dados necessários a este estudo. Dessa forma, foram seguidos determinados critérios, tais como: a) somente agricultores familiares produtores de feijão que comercializam o excedente produtivo; b) técnicos agrícolas que prestassem serviços a esses produtores; c) representantes de sindicatos ou associações desses agricultores; d) representantes de órgãos públicos e/ou privados com ligação com a agricultura familiar.

3.5 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

A segunda etapa do presente estudo apresenta os aspectos exploratórios, os quais envolvem entrevistas com agentes-chave na cadeia produtiva do feijão em Goiás, nas regionais Vale do Paraná e regional Planalto. Para a coleta de dados, foi utilizada a técnica da entrevista estruturada, cujo modelo se encontra no apêndice A. De acordo com Chizzotti (1991), a entrevista estruturada é um tipo de comunicação entre um pesquisador que pretende coletar informações sobre fenômenos e os indivíduos que detêm essas informações e pode emití-las.

Após a definição da amostra, de seu tamanho e do instrumento de coleta dos dados, foi realizado o pré-teste. Aplicou-se o questionário com três agentes-chave, agricultores familiares do município de Planaltina-GO que se encaixavam no perfil do trabalho. A aplicação dos questionários teve por objetivo detectar as possíveis falhas que o instrumento pudesse apresentar. Segundo indicações de Gil (2002), essa etapa foi executada tão logo o questionário e o roteiro de entrevista ficaram prontos, para que fosse possível, caso houvesse necessidade, reestruturá-los.

Após a aplicação do questionário de pré-teste, este foi analisado e se fizeram as devidas correções. Em seguida, voltou-se ao campo de pesquisa para que se realizasse sua aplicação definitiva, com a seleção dos agentes-chave de forma intencional, tendo como fonte a EMATER-GO, o Sindicato Rural do município e a Secretaria da Agricultura de cada uma das cidades.

Após essa seleção se estabelece, com a ajuda desses profissionais, um segundo contato, com os técnicos da EMATER-GO, para o agendamento da aplicação do

questionário, seguido de entrevista. Por meio das visitas, marcadas com antecedência, foi possível realizarem entrevistas mais amplas e detalhadas sobre cada direcionador e fatores. As entrevistas tiveram tempo médio de duração de uma hora e meia cada uma.

O procedimento para coleta dos dados primários foi composto por dois momentos. O primeiro momento foi na regional EMATER Planalto, na primeira quinzena do mês de março de 2015. Essa escolha foi intencional devido a questões de logística e conhecimento da pesquisadora com relação à regional, visitando o município de Formosa, Planaltina, e, por último, devido à localização geográfica, o município de Padre Bernardo.

O segundo momento ocorreu na regional EMATER Vale do Paranã, na primeira quinzena do mês de maio de 2015. A regional em questão faz divisa com os estados da Bahia e de Minas Gerais. Apesar dos municípios pesquisados serem próximos uns aos outros e relativamente pequenos, houve um alto índice de dificuldade para encontrar agentes-chave da cadeia produtiva de feijão na agricultura familiar. Foram pesquisados: o município de Posse (na divisa com a Bahia), Mambá, Damianópolis, Sítio da Abadia (divisa com Minas Gerais) e Simolândia.

Quanto às possibilidades de risco, toda pesquisa está sujeita a eles. Nesse caso específico, estão relacionadas ao constrangimento diante de alguma pergunta que talvez cause embaraço ao entrevistado. Outro risco pode se dar em relação à exposição pública de dados que possam comprometer-lo. Para amenizar esses possíveis riscos, não foram feitas perguntas pessoais e não houve nenhum tipo de exposição pública.

Todas as entrevistas foram gravadas com as devidas autorizações dos entrevistados, tendo por objetivo a segurança da pesquisadora e dos participantes. Logo, esta pesquisadora se compromete a não publicar nenhum tipo de dado que possa identificar o entrevistado, muito menos publicar nomes ou fotos pessoais. Assim, os entrevistados foram identificados por pseudônimos a partir de letras do alfabeto, como, por exemplo, indivíduo A, B, C, D, E, F e assim por diante.

Em relação à participação da pesquisado, não haverá benefícios de forma direta. No entanto, talvez haja algum benefício, de forma indireta, como auxiliar na identificação de problemas, possibilitando possíveis soluções para a competitividade do feijão produzido pela agricultura familiar em Goiás. Assim, este estudo pode contribuir para possíveis mudanças na produção e comercialização dessa leguminosa.

3.6 AGENTES CHAVES PARTICIPANTES DA PESQUISA

Participaram desta pesquisa informantes-chave da cadeia produtiva de feijão da agricultura familiar goiana, a saber: produtores de feijão da agricultura, técnicos da Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (EMATER-GO); técnicos assistencialistas de empresas particulares; representantes de armazéns e secadoras de feijão; e secretários da agricultura dos municípios (Tabela 7).

Tabela 7: Quantidade de agentes-chave entrevistados na pesquisa por regional.

Agentes chaves	Número de entrevistados	Regional EMATER
Produtores	02	Planalto
Produtores	02	Vale Paranã
Técnicos EMATER	01	Planalto
Técnicos EMATER	05	Vale Paranã
Técnicos particulares	02	Planalto
Técnicos particulares	00	Vale Paranã
Corretores	01	Planalto
Secretários de Agricultura municipais	03	Vale Paranã
TOTAL		16

Fonte: Elaboração da autora.

3.7 MÉTODO DE PROCEDIMENTO DA PESQUISA

A metodologia utilizada por este trabalho de pesquisa para a análise da competitividade foi uma adaptação da autorabaseada em Van Duren, Martin e Westgren (1991) e adaptada por Silva e Batalha (1999), na qual a competitividade é mensurada por meio de um conjunto de direcionadores e fatores. No desenvolvimento deste estudo foi adotado o conceito desenvolvido por Van Duren, Martin e Westgren (1991), em que a competitividade pode ser medida pela “participação de mercado” e “lucratividade”.

Nesta seção da pesquisa foram analisadas as percepções dos agentes-chave entrevistados, levando em consideração as investigações de Silva e Batalha (1999). Contudo, para as análises do grau de controlabilidade dos fatores extraídos dos direcionadores foram usados como base estudos precedentes (VAN DUREN; MARTIN; WESTGREN, 1991; BATALHA; SOUZA FILHO, 2009).

Nessa etapa, o entrevistado emitiu a percepção que ele tinha de quem era capaz de controlar o fator em questão, considerando as seguintes opções: fatores controláveis pela firma (CF); fatores controláveis pelo governo (CG); fatores quase controláveis (QC); e fatores

incontroláveis por uma das partes ou por ambas. A seguir, caracteriza-se cada um desses fatores:

- 1) Fatores controláveis pelo governo: são ações que controláveis pelo governo, como o próprio nome já diz, e que, portanto, não podem ser modificadas por uma ação específica da firma ou cadeia – apesar de os fatores estarem sujeitos à pressão dos agentes da indústria. São exemplos desses fatores: políticas fiscais e monetárias, política educacional e leis de regulamentação do mercado;
- 2) Fatores controláveis pela firma: são aqueles que podem ser modificados pelas firmas, como estratégia, produtos, tecnologia, políticas de recursos humanos, pesquisa e desenvolvimento etc.;
- 3) Fatores quasecontroláveis: são aqueles que não podem ser modificados diretamente pelas firmas e pelas ações governamentais; no entanto, experiências têm demonstrado que eles podem ser amenizados a partir de mais planejamento estratégico decorrente de coordenação da cadeia. Exemplos de alguns desses fatores são: ameaças de novos concorrentes, competição entre os agentes da cadeia, poder de barganha entre fornecedores e clientes e condições de demanda;
- 4) Fatores não controláveis: são os fatores naturais e climáticos, cujos impactos têm sido cada vez mais reduzidos por meio de mais informações (previsão do tempo) e pesquisas direcionadas com desenvolvimento de novas tecnologias – como a biotecnologia (VAN DUREN; MCKAY, 1994).

Na sequência da entrevista, o agente-chave em questão foi questionado com relação ao grau de importância do mesmo fator e, baseando-se em suas percepções, emitiu uma avaliação sobre o fator do direcionador. As avaliações variaram em intervalos entre 2 e -2, correspondentes à escala Likert.

O entrevistado emitiu um peso, variando de 1 a 10, para o fator, relacionando-o com o nível de importância do fator da pergunta em questão. Ao final, o entrevistado foi indagado sobre o peso dado a cada um. Por ser uma pergunta muito subjetiva, foi utilizada como complemento e suporte de análise, o que auxiliou na compreensão dos resultados obtidos com a pesquisa.

3.8 ESCALA LIKERT

Essa escala é um tipo de ferramenta utilizada para aferir respostas psicométricas usadas comumente em questionários e é muito comum em pesquisas de opinião pública. Nela o entrevistado constrói níveis de aceitação ou repulsão de produtos e/ou serviços, conforme suas experiências e influências sociais.

Logo, para aferir esse nível de concordância ou discordância, atribuem-se valores numéricos e/ou sinais às respostas para refletir a força e a direção da reação do entrevistado à declaração. As declarações emitidas pelos participantes podem ser de concordância e devem receber valores positivos ou altos, enquanto as declarações de que discordam devem receber valores negativos ou baixos (BACKER, 2001).

3.9 VANTAGENS E DESVANTAGENS DA UTILIZAÇÃO DA ESCALA LIKERT

A escala Likert apresenta vantagens quando comparada a outras escalas, segundo Mattar (2001), pois há alguns pontos positivos quanto ao seu uso, tais como: a simplicidade de construção da escala; o uso de afirmações que não estão explicitamente ligadas à atitude estudada, permitindo a inclusão de qualquer item que se verifique, empiricamente, ser coerente com o resultado final; e, ainda, a amplitude de respostas permitidas (em uma média de cinco), que propicia uma informação mais precisa da opinião do respondente em relação a cada afirmação. Como desvantagem, por ser uma escala essencialmente ordinal, não permite dizer quando um respondente é mais favorável a outro, nem mede o quanto de mudança ocorre na atitude após expor os respondentes a determinados eventos.

Todavia, como salientado por Singleton, Straits e Straits (1993), é prática usual, nas Ciências Sociais, a suposição de que medidas ordinais, como as aqui adotadas, são aproximações de intervalos iguais de medição. Aceitando-se essa premissa, pode-se, então, tratá-las quantitativamente. Estudos que utilizam combinações quantitativas de valores ordinais são frequentes nas áreas de localização industrial e em análises de impactos ambientais.

A combinação quantitativa dos fatores, de modo a gerar uma avaliação para cada direcionador de competitividade, envolve, ainda, a atribuição de pesos relativos. A motivação para esse procedimento de ponderação é o reconhecimento da existência de graus diferenciados de importância para os diversos fatores, em termos de sua contribuição para o efeito agregado.

Nesse procedimento metodológico todos os membros entrevistados emitiram avaliações que permitiram uma relativa convergência na atribuição dos valores. Essa avaliação se deu pela atribuição de notas, no âmbito da escala proposta, e de pesos relativos ao impacto de cada direcionador e fator. Segundo Silva e Batalha (1999), a utilização da combinação dos dados é o reconhecimento da possibilidade da visualização de graus diferenciados de sua importância.

3.10 DESCRIÇÃO DOS DIRECIONADORES E FATORES ANALISADOS NA PESQUISA

- Gestão da propriedade rural pela agricultura familiar: considera-se esta uma área do conhecimento fundamental para auxiliar na transição de um empreendimento tradicional para um empreendimento moderno (NANTES; SCARPELLI, 2007). Sendo assim, o objetivo, aqui, é saber quais as ferramentas –utilizadas pelo agricultor familiar que comercializa parte de sua produção –que o auxiliam a controlar a produção e seus processos financeiros. Ainda, saber como eles identificam o melhor caminho a ser percorrido para alcançar o mercado de forma competitiva;
- Planejamento e controle da produção: estratégia de fundamental importância para aferir a competitividade da produção, tem por finalidade averiguar como se dá o planejamento e o controle da produção do feijão por esses agricultores familiares, buscando responder a qual tipo de feijão plantar, tipo de plantio (direto, convencional, solteiro, consorciado), em qual safra plantar, para quem vender, quando vender etc.;
- Preços recebidos: em relação a esse fator, a intenção, aqui, é verificar a diferença dos preços do feijão entre os meses do ano e se há alguma variedade que apresenta mais variação de preço, quais os meses e o porquê;
- Variedades de feijão adquiridas: se analisa, neste item, se a genética da leguminosa é levada em consideração. Segundo Nutti, Carvalho e Watanabe (2013), o desempenho agrônomo, ou seja, a produtividade, a resistência a pragas e a doenças e a adaptação às diferentes condições climáticas são de fundamental importância para uma boa produtividade;
- Padrão de qualidade do feijão *in natura*: de fundamental importância na hora da negociação do produto, pois a aparência do grão reflete diretamente no valor de mercado na hora da comercialização. Essa questão da aparência é altamente observada pelo consumidor final. Cabe, então, investigar as ações realizadas pelo agricultor para elevar o

- padrão da qualidade do grão e fatores como: aparência, cor, textura e sabor, grão de maturação e qualidades para o empacotamento;
- Tradição de produção/comercialização: verificar se questões relacionadas à tradição de produção, nome no mercado, procedência, influenciam na hora da comercialização;
 - Mão de obra: a mão de obra aqui analisada será exclusivamente a do trabalhador rural, independente do meio adotado para sua contratação, podendo ser empregado fixo, eventual ou avulso;
 - Mão de obra familiar para produção de feijão: se há controle dos custos da mão de obra familiar e qual seu impacto nos custos da produção;
 - Assistência técnica: o intuito é verificar se esses produtores de feijão recebem algum tipo de assistência técnica. Caso a resposta seja afirmativa, qual assistência obtém, se particular ou privada, qual o período da produção e por quantas vezes ele recebe esse auxílio durante a produção;
 - Nível tecnológico adotado: será observado o sistema de plantio e os tipos de máquinas utilizadas;
 - Uso de sementes certificadas: por sua importância para que se consiga determinada produtividade, o uso de sementes certificadas é relevante, mas se sabe que nem sempre os agricultores familiares as utilizam. Diante dessa afirmação, se verificará qual a proporção da produção de feijão oriundo da agricultura familiar é de sementes certificadas e qual a variedade de semente certificada é preferida pelos agricultores para o plantio;
 - Oferta de insumos: diante da importância de insumos agrícolas como os minerais, químicos, biológicos e mecânicos para a produção agrícola, a meta é verificar quais insumos agrícolas ofertados no mercado goiano são adquiridos por esses produtores para o plantio de feijão;
 - Oferta de insumos para a produção de feijão em Goiás: a meta, nesse momento, é analisar se o alarmante aumento de preços internacionais do trio nitrogênio, fósforo e potássio, essenciais para a produção de feijão, afetaram sua oferta no mercado goiano;
 - Preços dos insumos ofertados no mercado goiano: eles normalmente fragilizam e comprometem o sistema produtivo de todas as cadeias produtivas. Logo, cabe averiguar se os preços dos insumos ofertados no mercado goiano para produção de feijão também possuem essa fragilidade para a produção e qual o insumo que mais o fragiliza;
 - Infraestrutura das vias de transporte: as distâncias existentes entre os maiores polos produtivos brasileiros e os portos de distribuição são gargalos da produção de grãos no Brasil (ALMEIDA, 2012). Logo, busca-se saber qual é o modal de maior concentração para

o escoamento da produção de feijão oriunda dos agricultores familiares goianos e se este está sendo compatível para seu escoamento;

- Quem paga o valor do frete do transporte de feijão dalavoura via cerealista: o objetivo, aqui, é verificar se o valor do frete está embutido no valor da mercadoria na hora da transação e quem paga por ele;
- Armazenagem do grão: pode ser definida como o conjunto de atividades destinadas à retenção e à conservação de produtos agrícolas em condições inalteradas de qualidade e quantidade (WEBER, 2001). Para Alvarenga e Novaes (1994), a armazenagem é uma variável do sistema logístico que possui diversas funções, como, por exemplo, vender apenas em épocas em que se praticam os melhores preços do mercado. Portanto, neste estudo a meta é verificar onde o agricultor guarda o grão pós-colheita, se em armazém próprio, cooperativa ou galpão alugado; se o lugar armazenado oferecia condições adequadas de acordo com a necessidade do grão; e, caso não guardasse em armazém, em qual lugar o armazenava e em que condições se dá essa armazenagem;
- Tempo de armazenagem: o feijão é uma leguminosa que não tolera armazenamento prolongado por diversos fatores, inclusive por perder a cor do tegumento, o brilho, aumentar o tempo de cocção, dentre outros, os quais diminuem a aceitação para o consumo. Por isso, se analisamos tempo de armazenagem utilizado pelos agricultores familiares em questão, bem como o lugar de armazenamento;
- Representantes dos produtores: certificar quem são os principais representantes dos produtores e o que eles fazem para serem “eleitos”;
- Existência e atuação efetiva de sindicatos: verificar se existe um sindicato que represente a classe de produtores de feijão. Caso exista, entender qual sua atuação para proteger os interesses desses produtores;
- Associações e grupos de produtores: verificar se há uma associação e ou grupo que represente os interesses dos produtores de feijão na região. Caso a resposta seja afirmativa, buscar saber qual sua atuação junto aos interesses desses produtores e como ele é formado;
- Representatividade das associações de classe (caso das câmaras): analisar se há uma atuação efetiva dessas associações, em qual elo da cadeia elas são mais efetivas e quem são esses representantes;
- Competência do líder: o objetivo, aqui, é saber se na região há líderes, se eles estão em situação formal ou informal e se possuem consciência e competência para desempenhar

- esse papel enquanto representantes de uma determinada classe, nesse caso a dos produtores de feijão;
- Sistema de contratos: averiguar se há algum tipo de contrato nas negociações de feijão e, caso haja, qual é esse sistema de contrato, a forma de pagamento, a frequência com que eles se repetem, quem paga os custos desses contratos, as multas, se há alguma cláusula que preveja perda total da safra etc.;
 - Sistema de parcerias: em relação às parcerias, qual a forma de negociação e de pagamento, ou seja, qual a porcentagem de divisão da produção, tempo de parcerias, qual a frequência com que elas ocorrem;
 - Sistema de arrendamento: sobre o sistema de arrendamento, qual a forma de negociação, a forma de pagamento, a duração desse arrendamento e a frequência desse sistema;
 - Crédito oficial (Programa Nacional de Custeio da Agricultura Familiar – PRONAF) para custeio: apurar se há crédito oficial (PRONAF) para custeio, se existem informações satisfatórias a respeito dessa política e quais são os maiores obstáculos para acessá-la. Ainda, pesquisar qual a frequência com que se acessa essa política pública, se o valor acessado atinge os objetivos do produtor e qual o objetivo mais comum quando se acessa essa política de recursos;
 - Crédito oficial (PRONAF) para investimento: neste item, a meta também é verificar se existem informações satisfatórias a respeito dessa política e quais são os maiores obstáculos para acessá-la, bem como a frequência com que esses agricultores acessam essa política pública, o valor acessado e a finalidade do recurso acessado;
 - Prazo de carência para pagar: em relação ao prazo de carência e prazo para pagar, checar se esses recursos financeiros via PRONAF são suficientes, se os produtores da agricultura familiar conseguem pagar em dia e se possuem parcelas atrasadas;
 - Estoque regulador via CONAB: essa política do governo federal visa produtores rurais, agricultores familiares e/ou suas cooperativas, todos beneficiados por essa modalidade, cuja aquisição é realizada quando o preço de mercado está abaixo do preço mínimo estabelecido para a safra vigente de qualquer produto da pauta da PGPM, condicionada ao repasse pelo Tesouro Nacional dos recursos para a operacionalização das aquisições. Logo, o objetivo, nesse direcionador, será verificar a existência de comercialização de feijão pelo agricultor familiar goiano via CONAB e qual a porcentagem dessa comercialização;

- Garantia de preço mínimo: a observação será feita com o intuito de saber se o preço mínimo garantido pelo governo é realmente suficiente para cobrir os custos do produtor com a produção do feijão;
- Sistema tributário em Goiás: em relação à carga tributária, a meta, aqui, é averiguar se os agricultores familiares em questão possuem informações a respeito das taxas tributárias, tais como as alíquotas do imposto de circulação de mercadorias e serviços, as quais podem ser encontradas na Lei nº 11.651/1991, artigo 27, que possui as especificações para o feijão;
- Mercado informal: analisar qual o destino da produção desse feijão, e, caso seja para comercialização, se há informalidade; se houver, examinar o grau dessa informalidade;
- Questões sanitárias e fitossanitárias: neste item se busca analisar como se dá controle sanitário e fitossanitário da produção de feijão em questão (como o produtor faz o controle de pragas e doenças no que diz respeito à semente, ao plantio, ao cultivo e ao grão final para consumo);
- Questões ambientais: o objetivo é aferir se os agricultores familiares se preocupam efetivamente com as questões ambientais e que atitudes são desenvolvidas na propriedade para evitar os problemas ambientais.

3.11 TRATAMENTO DOS DADOS

A terceira etapa do processo metodológico foi constituída pela análise e discussão dos dados colhidos em campo. Tais dados são baseados nas percepções dos agentes-chave entrevistados utilizando a escala Likert e essas percepções dizem respeito aos direcionadores e fatores de cada determinante de competitividade do feijão produzido por agricultores familiares. Os dados coletados no trabalho de campo se basearam em respostas dos questionários, seguidos de entrevistas gravadas mediante o consentimento dos entrevistados de cada município pesquisado, tendo por objetivo avaliar a competitividade do feijão produzido pela agricultura familiar em Goiás a partir da ótica dos entrevistados. Os dados colhidos foram tratados utilizando o software Excel 2007.

3.12 ANÁLISE DOS DADOS DE CAMPO UTILIZANDO A ESCALA TIPO LIKERT

Para realizar a análise dos dados foi utilizada a Escala Likert, levando-se em conta os seguintes passos:

- a) Primeiro passo: para efeito de cálculo, foram somados todos os pesos dos fatores de cada direcionador individualmente, dividindo-se cada fator por sua soma e encontrando a média de cada fator;
- b) Segundo passo: somaram-se todas as médias dos pesos de cada fator, dividindo-as pelo número de entrevistados, encontrando o peso médio ponderado;
- c) Terceiro passo: foi realizado o jogo de sinais de todas as médias do grau de importância dos fatores em escala Likert. Depois, elas foram divididas pelo número de entrevistados, encontrando a avaliação média ponderada;
- d) Quarto passo: multiplicou-se a avaliação média pelo peso médio de cada fator. Depois, para efeito de resultado final da análise de cada direcionador, fez-se uma soma do resultado de cada fator e emitiu-se o peso final de cada direcionador. Assim, permitiu-se que os resultados da avaliação fossem visualizados em representação gráfica, bem como que fossem combinados quantitativamente para comparações agregadas. Por último, foi somado o peso de todos os direcionadores e dividido por seu total, gerando um quociente capaz de avaliar a competitividade analisada. Quanto ao grau de controlabilidade, este foi medido pelo maior número de ocorrência (ver Apêndice F).

3.13 CONSTRUÇÃO DAS FIGURAS ILUSTRATIVAS

Após os resultados primários e secundários de pesquisa, foram elaborados mapas dos municípios, número de produtores por variedade e produtividade de feijão, bem como os mapas de suas regionais.

Para a confecção dos mapas foi utilizado o Sistema de Informações Geográficas ArcGIS, o qual é constituído de três módulos funcionais: ArcCatalog, ArcMap e ArcToolbox. Esses módulos permitiram agrupar as entidades de um tema em classes e cada cor representou um intervalo de valores. As graduações das cores representam as intensidades, ou seja, quando a cor é mais forte quer dizer que o valor é mais alto. O método de classificação dos dados foi o Natural Breaks, definido por Jenks em 1967, cuja metodologia é utilizada para classificar os dados de forma que a variância seja a menor possível no interior das classes e a maior possível entre as classes (ESRI, 2015).

Ademais, foram elaboradas tabelas, utilizando os recursos do programa Microsoft Excel 2007, contendo o número de produtores, o número de municípios, as variedades, a produtividade e suas respectivas regionais sobre a ótica dos entrevistados. Também foi

realizada a construção de gráficos com direcionadores de competitividade no programa Microsoft Excel 2007.

3.14 DIFICULDADES DURANTE A APLICAÇÃO DO MÉTODO

Nota-se que qualquer método científico de coleta de dados pode apresentar dificuldades de aplicação, e na presente pesquisa não foi diferente. Durante a aplicação dos instrumentos foram detectadas:

- a) Recusas de sujeitos em participar da pesquisa, por motivos pessoais não declarados;
- b) Dificuldades de acesso a algumas propriedades rurais por questões climáticas, como chuvas intensas e estradas precárias;
- c) Dificuldades para encontrar agentes-chave na regional Vale do Paraná;
- d) Em alguns casos, dificuldade de compreensão das questões formuladas pelo pesquisador.

Contudo, apesar dessas dificuldades, o número de agentes-chave previsto na amostra foi alcançado.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

As análises dos resultados aqui apresentados foram baseadas, essencialmente, nos dados colhidos na pesquisa de campo, tendo por objetivo avaliar a percepção da competitividade da produção e comercialização de feijão pela agricultura familiar no estado de Goiás. Para isso, o levantamento de dados secundários, oriundos de fontes públicas confiáveis, aconteceu de setembro de 2013 a janeiro de 2015, enquanto o levantamento dos dados primários aconteceu em duas etapas, sendo a primeira no mês de março de 2015 e a segunda em junho do mesmo ano. Ademais, também foram utilizadas observações pessoais da pesquisadora.

No intuito de atender aos objetivos propostos para este estudo, procedeu-se à análise dos dados secundários e à avaliação dos dados primários coletados durante a aplicação dos questionários, bem como a observação dos aspectos qualitativos neles envolvidos. Salienta-se que as evidências levantadas também oportunizaram avaliar a hipótese colocada para este estudo de campo.

Por meio do levantamento dos dados secundários foi possível identificar as regiões que produzem feijão por meio da agricultura familiar no estado de Goiás, bem como os municípios com mais expressão produtiva e com o maior número de produtores. Na sequência, foi realizado o mapeamento da cadeia produtiva dos agricultores de interesse para a problemática do estudo.

Sendo assim, este capítulo teve como objetivo elencar os resultados obtidos na pesquisa de campo e apresentar a análise sistematizada dos dados. As inferências geradas por tais procedimentos foram apresentadas de maneira contextualizada, juntamente com os objetivos colocados nesta pesquisa.

A análise dos resultados será realizada em três tópicos:

- Identificação das regiões produtoras de feijão em Goiás onde a agricultura familiar possui, até o momento, mais expressão: neste item foi apresentado o levantamento de todas as regiões produtoras de feijão por agricultores familiares. Na sequência, foram identificados todos os municípios, o número de produtores por município, as variedades produzidas por produtor e a quantidade produzida por variedade baseados nos dados do censo 2006;
- Mapeamento da cadeia produtiva do feijão da agricultura familiar goiana: nesta parte do capítulo foi mostrada a cadeia produtiva em questão por meio do mapa do estado de

- Goiás dividido em regionais produtoras, número de municípios produtores e número de produtores por regional. Na sequência, fez-se a identificação e o mapeamento das regionais e dos municípios estudados nesta pesquisa, seguidos de uma figura da visão sistêmica da cadeia produtiva do feijão da agricultura familiar goiana. Assim, foi possível ter uma noção de sua disposição geográfica e de seu funcionamento;
- Avaliação da competitividade atual da cadeia do feijão que tinha produção familiar como ponto de partida em Goiás: para tal, foi selecionado um conjunto de direcionadores e fatores de competitividade específicos para a cadeia estudada, que foram avaliados por meio da percepção dos agentes-chave envolvidos. Essas avaliações possibilitaram identificar a influência de cada fator em relação ao seu direcionador e apontar o nível de favorecimento dos direcionadores de competitividade da leguminosa. Por fim, a avaliação final foi gerada por um índice da soma do nível de favorecimento de todos os direcionadores e representado por uma média ponderada.

4.1 LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO DE FEIJÃO PELA AGRICULTURA FAMILIAR GOIANA

Por meio da pesquisa documental e bibliográfica realizada em fontes públicas foi possível fazer o levantamento dos dados secundários da produção de feijão pela agricultura familiar em todo o estado de Goiás, seguindo os critérios estabelecidos pela Empresa de Assistência Técnica Extensão Rural do Estado de Goiás (EMATER-GO), que, na época da pesquisa, dividia o estado em catorze regionais, conforme pode ser percebido na Tabela 8.

Tabela 8: Nomes das regionais EMATER-GO, número de município, número de municípios produtores e variação do módulo fiscal.

Regional EMATER	Nº de municípios	Nº municípios produtores	Varição módulo fiscal
Meia Ponte	20	10	07/35 há
Planalto	15	14	35/70/há
Rio das Antas	20	17	16/70/há
Sul	22	11	20/45/há
Rio Paranaíba	15	03	22/40/há
Rio dos Bois	20	07	20/35/há
Serra da Mesa	21	14	50/70/ha
Caiapó	15	07	20/ 60/ha
Sudoeste	15	05	20/60/ha
Vale do Araguaia	11	02	20/50/ha
Vale do Paranã	16	16	45/80/ha
Vale São Patrício	22	16	20/35/ha

[Continuação Tabela 8]

Regional EMATER	Nº de municípios	Nº municípios produtores	Variação módulo fiscal
Estrada de Ferro	17	12	28/45/há
Rio Vermelho	17	09	20/70/há
Total	246	143	

Fonte: IBGE (2006a); EMATER-GO (2015).

Elaboração própria.

Os dados primários mostraram que, dos 246 municípios que compõem o estado, 143 deles produziam feijão pela agricultura familiar. Isso levou a considerar a produção do grão por agricultores familiares como possibilidades de segurança alimentar para as famílias desses agricultores e, em alguns casos, de geração de emprego e renda a uma parcela significativa da população desses municípios. Assim, evidencia-se a importância econômica e social do grão no estado de Goiás, pois, desse total de municípios produtores da leguminosa, 109 produziam feijão de cor, 87 feijão-caupi e cinquenta deles feijão preto (IBGE, 2006a). A somatória dos produtores de feijão pela agricultura familiar dessas catorze regionais, nas três variedades de feijão, foi de 2.288 produtores, sem distinção de cor ou grupo do produto.

Quanto à produção da leguminosa em termos de cores, tipos, variedades de matizes e preferências para consumo, tem-se que, desses 2.288 produtores: o feijão de cor era produzido por 1.549 agricultores familiares, 646 produziam feijão-caupi e 93 produziam feijão preto (Tabela 9).

Tabela 9: Nomes das regionais EMATER-GO, número de produtores por regional e número de produtores por variedade.

Regional EMATER	Nº de produtores	Feijão de cor	Feijão-caupi	Feijão preto
Meia Ponte	20	16	04	00
Planalto	733	451	265	17
Rio das Antas	173	123	37	13
Sul	29	12	12	05
Rio Paranaíba	03	01	02	00
Rio dos Bois	09	04	01	04
Serra da Mesa	155	126	22	07
Caiapó	17	11	05	01
Sudoeste	23	12	05	06
Vale do Araguaia	04	03	01	00
Vale do Paranã	940	649	262	29
Vale São Patrício	95	74	15	06
Estrada de Ferro	68	57	09	02
Rio Vermelho	19	10	06	03
Total	2.288	1.549	646	93

Fonte: IBGE (2006a); EMATER-GO (2015).

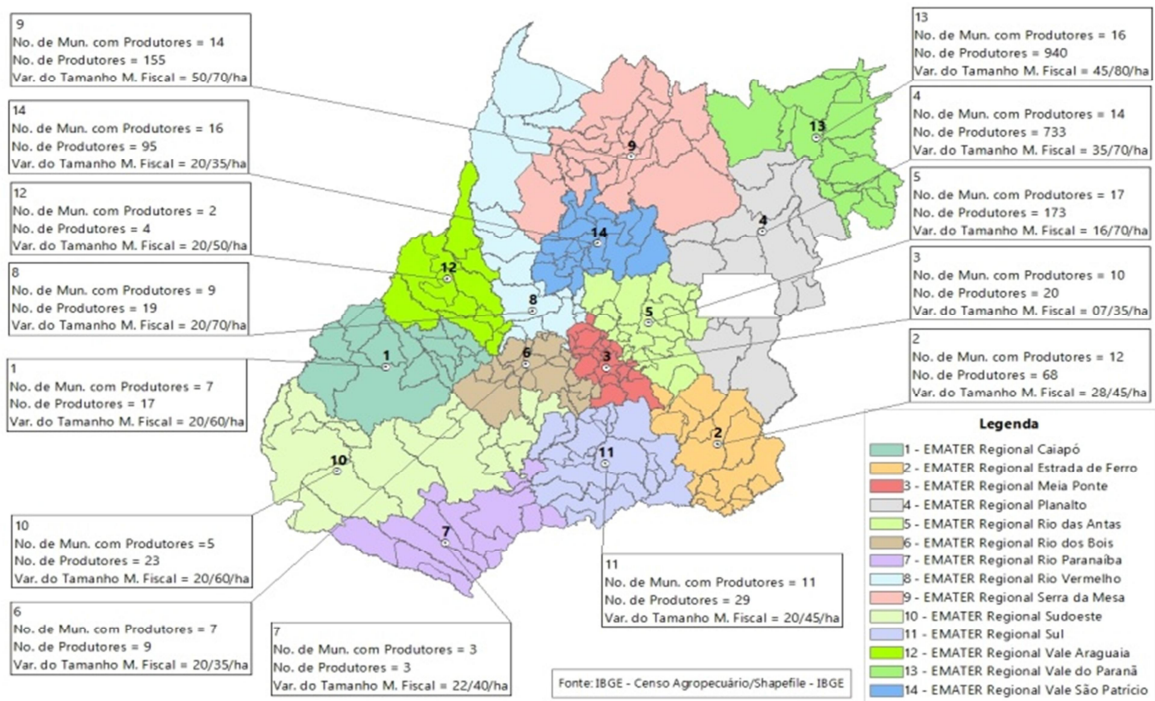
Elaboração da autora.

A diferenciação produtiva do feijão em termos de variedades talvez pudesse ser explicada pela preferência do tipo de grão a ser consumido pela família do agricultor ou pela razão dos diferentes interesses dos produtores em relação à leguminosa, das possibilidades de produção, por suas estratégias de mercado ou do próprio meio físico em que estavam inseridos esses agricultores em algum desses 143 municípios do cerrado goiano.

4.2 CADEIA PRODUTIVA DO FEIJÃO PRODUZIDO PELA AGRICULTURA FAMILIAR GOIANA

A configuração espacial em que foram identificados esses agricultores em questão foi ampla, pois, entre as catorze regionais analisadas, há agricultores familiares produtores de feijão espalhados por todas elas (Figura 5).

Figura 5: Mapa do estado de Goiás, que seguiu os critérios de divisão da EMATER-GO, número de municípios produtores, número de produtores e tamanho do módulo fiscal.



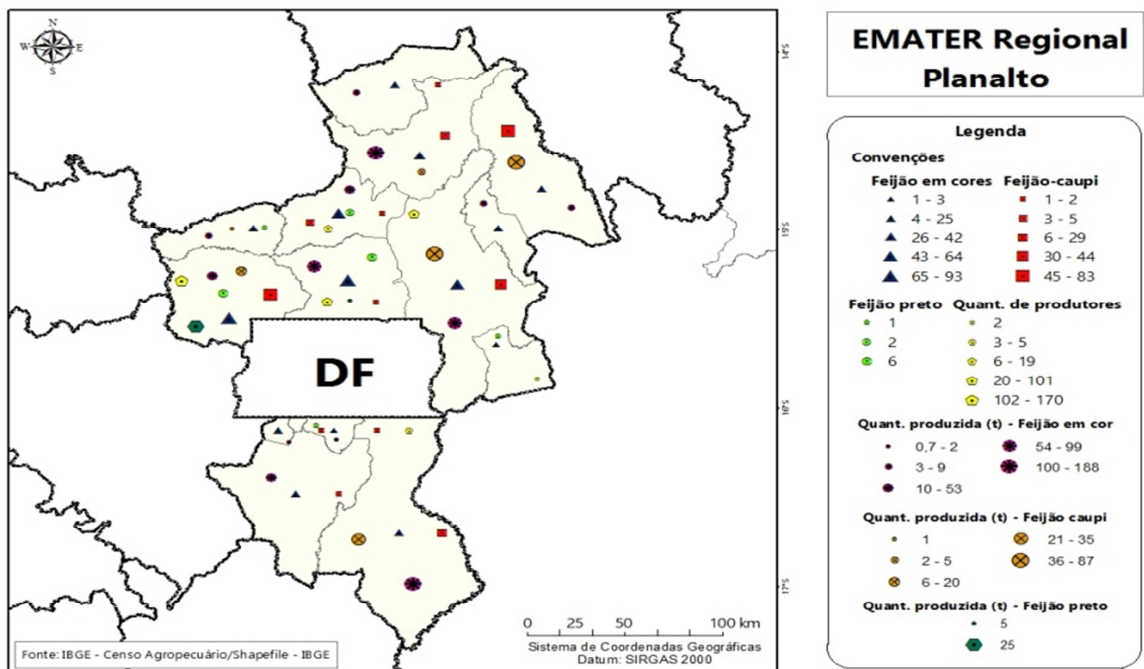
Fonte: IBGE (2006a); EMATER-GO (2015).
Elaboração da autora.

Entretanto, o foco do estudo eram apenas as regiões com maior número de agricultores familiares produtores de feijão e, simultaneamente, maior produtividade da leguminosa. Em decorrência dos dados primários, foram identificadas as regionais EMATER Planalto e

regional EMATER Vale do Paranã. Diante do grande volume de municípios e de produtores encontrados, a amostra se delimitou aos municípios que contavam com mais de cem agricultores familiares. A regional EMATER Planalto teve analisados os municípios de Padre Bernardo, Formosa e Planaltina, enquanto na regional EMATER Vale do Paranã foram investigados os municípios de Damianópolis, Mambai, Simolândia, Sítio da Abadia e Posse.

A regional EMATER Planalto, localizada no entorno de Brasília, na Mesorregião do Leste do estado, abrange quinze municípios goianos. Essa regional se destacou pelo cultivo de gêneros como soja, milho, feijão e arroz em larga escala, além de gêneros menos expressos em área plantada, como algodão, trigo e mandioca, voltados à subsistência ou à complementação da produção e da renda de agricultores familiares. Ela apresentou 733 produtores de feijão em regime de agricultura familiar em catorze de seus municípios (ver Figura 6).

Figura 6: Regional EMATER Planalto, número de produtores e quantidade de feijão produzida em (t) das variedades de cor, feijão-caupi e preto.



Fonte: IBGE (2006a); EMATER-GO (2015).
Elaboração da autora.

Na regional EMATER Planalto, os municípios analisados se encontram em ordem crescente por números de produtores. O município de Padre Bernardo apresentou 170 produtores, com a seguinte divisão: 85 produtores de feijão de cor, com produção de 36

toneladas; 79 produtores de feijão-caupi, produzindo vinte toneladas; seis produtores de feijão preto, que geraram vinte toneladas de produção. O município de Formosa, em Goiás, apresentou 108 produtores, sendo 64 de feijão de cor, com 92 toneladas de produção; 44 de feijão-caupi, com 81 toneladas,mas não foi possível encontrar dados sobre a produção de feijão preto. Por fim, no município de Planaltina, foram encontrados 101 produtores: 93 de feijão de cor, com 99 toneladas; seis de feijão preto, com cinco toneladas, e dois de feijão-caupi, porém, sem registros produtivos (ver Tabelas 10,11e 12).

Tabela 10: Padre Bernardo – produção de feijão, variedades, número de produtores por variedade e produção em toneladas.

Município	Variedade	Nº produtores/ variedade	Quantidade/t
Padre Bernardo-GO	Feijão de cor	85	36
	Feijão-caupi	79	20
	Feijão preto	06	20
Total		170	76

Fonte: IBGE (2006a).

Tabela 11: Formosa – produção de feijão, variedades, número de produtores por variedade e produção em toneladas.

Município	Variedade	Nº produtores/ variedade	Quantidade/t
Formosa-GO	Feijão de cor	64	92
	Feijão-caupi	44	81
	Feijão preto	X	x
Total		108	173

Fonte: IBGE (2006a).

Tabela 12: Planaltina – produção de feijão, variedades, número de produtores por variedade e produção em toneladas.

Município	Variedade	Nº produtores/ variedade	Quantidade/t
Planaltina-GO	Feijão de cor	93	99
	Feijão-caupi	02	x
	Feijão preto	06	05
Total		101	104

Fonte: IBGE (2006a).

A variação de produtividade entre os municípios analisados pode ser explicada pelas seguintes variáveis: sistema de colheita utilizado pelos produtores, independentemente do tamanho da plantação; uso de agrotóxico por áreas colhidas; uso de adubação química; e uso de sementes certificadas.

No município de Formosa, bem como no de Planaltina, foram colhidos, de forma mecanizada, sete hectares de feijão de cor em cada um, enquanto em Padre Bernardo a colheita foi de quatro hectares, também realizada mecanicamente.

Quanto ao uso de agrotóxicos, eles foram identificados em 1.718 ha de área colhida de feijão de cor no município de Formosa; em Padre Bernardo, em 43 ha de área colhida; e, em Planaltina, em 1.230 ha de área colhida de feijão de cor.

A adubação química foi manejada em 1806 ha de área colhida de feijão de cor em Formosa. Contudo, foram identificados 86 ha colhidos com o uso de agrotóxicos no município de Padre Bernardo. Ademais, foi verificado que 1.385 ha de feijão de cor no município de Planaltina de Goiás utilizaram esse tipo de adubação.

O uso de sementes certificadas para o plantio de feijão de cor no município de Formosa foi de 1.435 ha em quinze estabelecimentos; em Padre Bernardo não foi identificada produção de feijão de cor com sementes certificadas. Por fim, em Planaltina de Goiás há 637 ha, em 29 estabelecimentos, conforme Tabela 13:

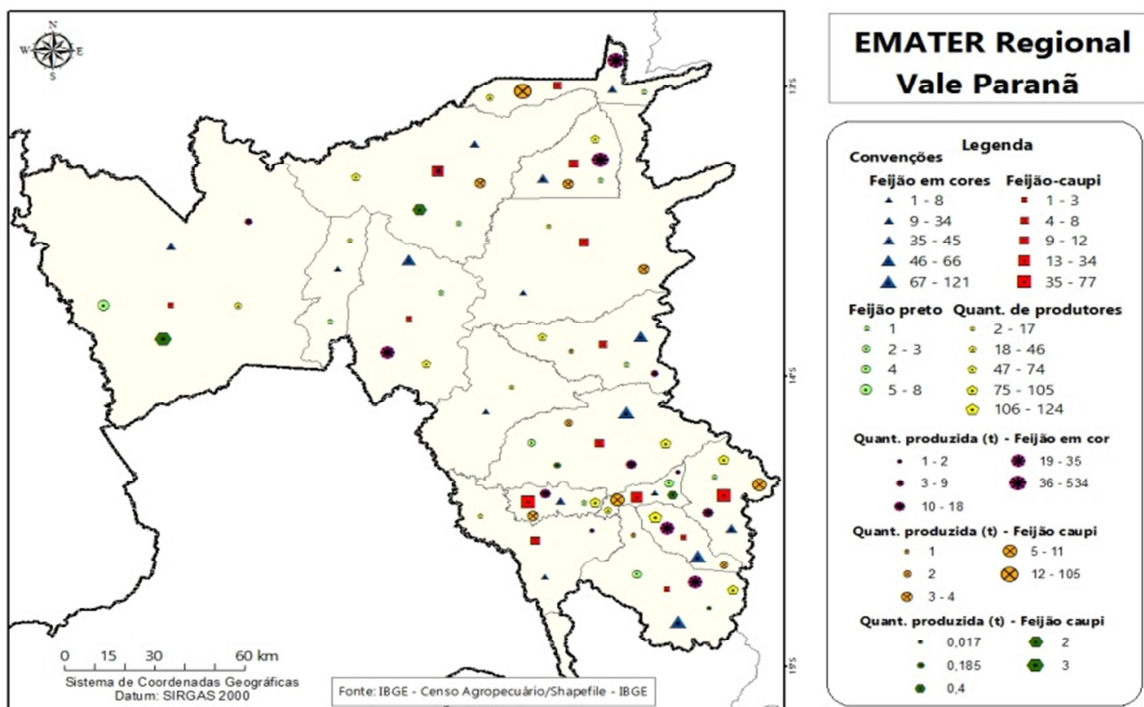
Tabela 13: Municípios goianos, área colhida de feijão em ha, hectares de colheita mecanizada, hectares com uso de agrotóxico, hectare com uso de adubação química e hectares colhidos com uso de semente certificadas.

Município	Colheita mecanizada (área colhida em ha)	Uso de agrotóxico (área colhida em ha)	Adubação química (área colhida em ha)	Sementes certificadas para o plantio (em área colhida em ha)
Formosa	7	1718	1806	1.435
Padre Bernardo	4		86	X
Planaltina-GO	6	1230	1385	637

Fonte IBGE (2006a).
Elaboração da autora.

A regional Vale do Paranã abrange dezesseis municípios goianos e se destacou como forte entreposto comercial, principalmente devido à agricultura em escala do oeste baiano, que realizava suas transações comerciais no município de Posse-GO, gerando emprego e renda a uma parcela significativa da população. Outro fator importante é a existência de potencial hídrico em algumas áreas, que permitiu o processo de irrigação por gravidade ou bombeamento, além de usinas hidrelétricas tanto em São Domingos quanto em Buritinópolis e Mambaí. Essa regional apresentava 940 produtores, divididos em dezesseis de seus municípios (ver Figura 7).

Figura 7: Mapa regional EMATER Vale do Paranã, número de produtores e variedades produzidas em toneladas.



Fonte: IBGE (2006a); EMATER-GO (2015).
Elaboração da autora.

Na Regional EMATER Vale do Paranã, os municípios analisados, em ordem decrescente, em relação aos números de produtores são Damianópolis, Mambaí, Simolândia, Sítio da Abadia e Posse.

Em Damianópolis, foram identificados 127 produtores, divididos em 124 produtores de feijão de cor, com produtividade de trinta toneladas; três produtores de feijão-caupi, com duas toneladas de caupi; não há registro produtivo de feijão preto.

O município de Mambaí tem 105 produtores, sendo 43 de feijão de cor, 61 de feijão-caupi e um de feijão preto. Simolândia possui 104 produtores de feijão, sendo 26 deles de feijão de cor, com doze toneladas; 77 de feijão-caupi, com quatro toneladas; e um de feijão preto, sem registro produtivo.

Em Sítio da Abadia foram encontrados cem produtores, sendo 93 de feijão de cor, com 35 toneladas de produtividade; três de feijão-caupi, com uma tonelada, e quatro de feijão preto, com 0,017 toneladas.

Assim, no município de Posse foram identificados cem produtores, sendo 87 da variedade feijão de cor, com dezoito toneladas; dez de feijão-caupi, com duas toneladas, e três de feijão preto, com 0,185 toneladas (ver Tabelas 13, 14, 15, 16 e 17).

Tabela 14: Damianópolis – produção de feijão, variedades, número de produtores por variedade e produção em toneladas.

Município	Variedade	Nº produtores/ variedade	Quantidade/t
Damianópolis	Feijão de cor	124	30
	Feijão-caupi	03	02
	Feijão preto	x	x
Total		127	

Fonte: IBGE (2006a).

Tabela 15: Mambaí – produção de feijão, variedades, número de produtores por variedade e produção em toneladas.

Município	Variedade	Nº produtores/ variedade	Quantidade/t
Mambaí	Feijão de cor	43	182
	Feijão-caupi	61	11
	Feijão preto	01	x
Total		105	

Fonte: IBGE (2006a).

Tabela 16: Simolândia – produção de feijão, variedades, número de produtores por variedade e produção em toneladas.

Município	Variedade	Nº produtores/ variedade	Quantidade/t
Simolândia	Feijão de cor	26	12
	Feijão-caupi	77	04
	Feijão preto	01	x
Total		104	14

Tabela 17: Sítio da Abadia – produção de feijão, variedades, número de produtores por variedade e produção em toneladas.

Município	Variedade	Nº produtores/ variedade	Quantidade/t
Sítio da Abadia	Feijão de cor	93	35
	Feijão-caupi	03	01
	Feijão preto	04	0,017
Total		100	36,017

Fonte: IBGE (2006a).

Tabela 18: Posse – produção de feijão, variedades, número de produtores por variedade e produção em toneladas.

Município	Variedade	Nº produtores/variedade	Quantidade/t
Posse	Feijão de cor	87	18
	Feijão-caupi	10	0,2
	Feijão preto	03	0,185
Total		100	20,185

Fonte: IBGE (2006a).

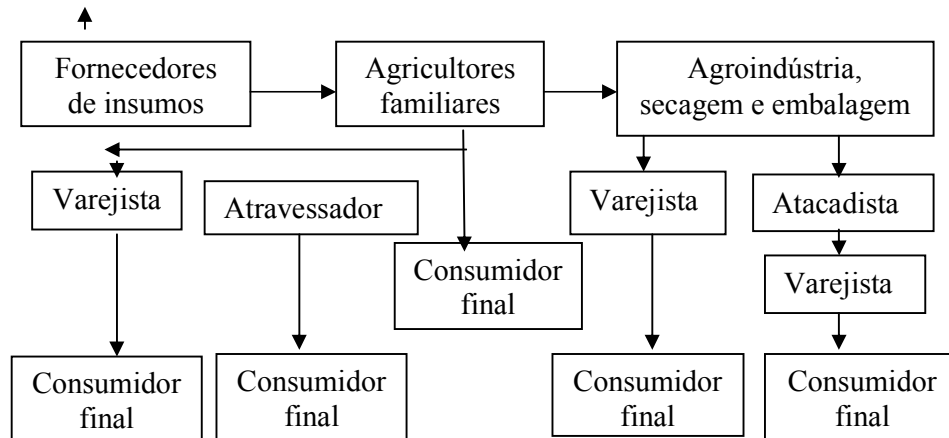
A pesquisa em questão apresentou como proposta descrever a cadeia produtiva de feijão oriunda da agricultura familiar e avaliar a competitividade atual da produção de feijão nesse regime produtivo, por meio do levantamento e da identificação dos municípios com maior número de produtores e expressão produtiva da leguminosa. Os municípios estudados se localizavam nas Regionais EMATER Planalto e EMATER Vale Paranã (IBGE, 2006a).

Após o trabalho de campo, verificou-se que a regional Vale do Paranã não era mais produtora de feijão via agricultura familiar, pois seus agricultores não mais o produziam. Os argumentos utilizados pelos entrevistados para tal fato foram o avanço de pastagens sobre as áreas de produção e o ataque da mosca branca às lavouras, vindas das produções em escala realizadas nos estados da Bahia e Minas Gerais. Isso se deve ao fato de os municípios de Posse, Sítio da Abadia, Damianópolis, Simolândia, e Mambaí, pertencentes à regional EMATER Vale do Paranã, serem muito próximos a esses estados. No município de Mambaí, os produtores também apontaram a construção de três barragens para a produção de energia— Pequena central hidrelétrica PCH (I) e (II) e Riachão— nas áreas baixas, onde se situava o maior número de produtores de feijão, como obstáculo.

Assim, a presente pesquisa, com o objetivo de não enviesar o estudo, tratou de analisar e discutir apenas os dados colocados pelos agentes-chave dos municípios de Formosa, Planaltina e Padre Bernardo, os quais pertencem à regional Planalto.

A estrutura da cadeia do feijão pela agricultura familiar foi visualizada pela composição dos seguintes atores: fornecedores de insumos (adubos, fertilizantes, acaricidas, fungicidas, máquinas e equipamentos agrícolas); produtores (agricultores familiares); atacadistas (controlam o mercado e os estoques da leguminosa); varejistas (compradores e distribuidores em menor proporção); atravessadores (compradores que simplesmente fazem o canal produtor via um segundo comprador intermediário); e consumidor final. Este se encontra no final da cadeia, mas é o que possui mais força, estabelecendo a variedade, a quantidade e a qualidade da leguminosa a ser produzida. Ademais, é o gerador de receitas para que os objetivos de toda a cadeia sejam atingidos, sendo esses a satisfação, a fidelidade, a retenção, a captação e a lucratividade (OLIVEIRA, 2008). Desse modo, a cadeia produtiva de feijão dos agricultores familiares de Goiás foi descrita, no decorrer da pesquisa, da seguinte forma (Figura 8).

Figura 8: Visão sistêmica da cadeia produtiva do feijão pela agricultura familiar em Goiás.



Fonte: Elaboração da autora.

Em busca de diminuir as diferenças de preço existentes entre os elos da cadeia seria necessário que seus atores monitorassem seus diferentes elementos, identificando as variáveis que influenciam seus direcionadores de competitividade, a fim de adequar suas estratégias individuais visando lucratividade e uma parcela de mercado (ALVES; WANDER, 2010). É importante ressaltar que os direcionadores de competitividade de uma cadeia produtiva podem se alterar em função das mudanças institucionais, tecnológicas e do próprio ambiente competitivo, e isso conduz à necessidade de adequação das estratégias individuais desses atores em questão.

4.3 DIRECIONADORES DE COMPETITIVIDADE DA CADEIA PRODUTIVA DO FEIJÃO PELA AGRICULTURA FAMILIAR EM GOIÁS

Os direcionadores de competitividade foram definidos como um conjunto de fatores que determinavam o desempenho das variáveis “parcelas de mercado” e “lucratividade”, (SILVA; BATALHA, 1999). Assim, este estudo selecionou doze direcionadores de competitividade para essa cadeia do feijão, sendo eles: a) gestão da propriedade; b) planejamento estratégico; c) tecnologia; oferta de insumos; d) logística; d) armazenagem; f) governança/coordenação; g) contratos; h) ambiente institucional; i) política de preço mínimo utilizada em Goiás; j) tributação; k) legislação sanitária, ambiental, inspeção e fiscalização.

Esses direcionadores foram divididos em fatores, que indicavam a competitividade dessa cadeia frente à escala de produção e comercialização empresarial da leguminosa em Goiás. A análise dos dados de campo teve como objetivo avaliar o peso de cada um dos

fatores em relação ao direcionador e, na sequência, aferir o favorecimento destes para essa competitividade.

4.4 AVALIAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DIRECIONADORES E FATORES DE COMPETITIVIDADE PARA A PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DO FEIJÃO PELA AGRICULTURA FAMILIAR GOIANA

4.4.1 Direcionador: Gestão da propriedade

4.4.1.1 Fator: Gestão da propriedade pelo agricultor familiar (AF)

Segundo todos os entrevistados, a gestão da propriedade da agricultura familiar em questão era realizada pelo próprio agricultor, em parceria com a família, baseando-se em informações externas. Estas, em alguns casos, provinham de técnicos particulares.

Os entrevistados A, E e D – os dois primeiros técnicos agrícola de empresas particulares e o último um agricultor familiar – apontaram que a estratégia para uma boa gestão utilizada pelos agricultores familiares produtores de feijão para fins comerciais era que eles buscavam informações externas e as confrontavam com suas experiências anteriores. Ainda, os entrevistados A e B argumentaram que a gestão do produtor de feijão (AF) poderia ser considerada, em alguns casos, como muito boa. Contudo, a produção de feijão, para o agricultor produtor que visava a comercialização, precisava de mais do que uma boa gestão, necessitava de chuva e sol em dosagens certas e nas horas certas.

O fator gestão da propriedade foi avaliado como favorável em 0,50 para a competitividade de feijão analisada. Quanto ao grau de controlabilidade, esta era feita somente pela família (ver Tabela 19).

Diante da análise do direcionador gestão da propriedade por parte do agricultor familiar, este foi apontado como favorável em 0,50, tendo sido avaliado em 0,50 e sendo um direcionador capaz de conduzir o (AF) à competitividade da leguminosa (ver Tabela 19).

Tabela19: Avaliação do direcionador: Gestão da propriedade.

Direcionador	Controlabilidade				Quantificação da	Peso
					Avaliação	
1. Gestão da propriedade	CF	CG	QC	I	(PM*AM)	(MF, F, N, D, MD)
➤ Gestão da propriedade	x				0,50	F
Total					0,50	F

(CF): Fatores controláveis pelo governo; (CG): Fatores quase controláveis (QC) e Fatores incontroláveis por uma das partes ou por ambas (I); Peso médio vezes avaliação média (PM*AM); Fatores muito favoráveis (MF); Favoráveis (F); Neutro (N); desfavoráveis (D); e muito desfavoráveis (MD).

Fonte: Elaboração da autora.

4.4.2 Direcionador: Planejamento estratégico

4.4.2.1 Fator: Fator planejamento e controle da produção

Segundo todos os entrevistados, a elaboração um plano estratégico que considere da produção à comercialização é importante. O entrevistado C, representante de armazéns e secadoras na regional Planalto, possui formação agrônômica e mestrado e explicou que planejar e controlar a produção é muito importante, mas é preciso considerar aspectos externos e internos à organização produtiva. Para Oliveira (2008), aspectos internos são os aspectos: organizacionais; de pessoal; de marketing e financeiros. Já os externos não podem ser controlados pela organização, tais como: comportamento dos mercados (nacional e internacional); tecnologias; fornecedores; cenário financeiro; aspectos culturais, socioeconômicos, legais, políticos e sindicais; existência de mão de obra; e comportamento dos concorrentes.

Todavia, esse mesmo entrevistado colocou que a maioria desses aspectos não era planejado e muito menos controlado pelos agricultores familiar produtores de feijão para fins comerciais da regional EMATER Planalto.

Os demais entrevistados explicaram que esse fator normalmente acontecia só “de cabeça”, ou seja, sem anotações. Quando havia outro tipo de planejamento e controle, este ficava restrito às formas rudimentares de registros, especificamente na área de análise de custos de produção. A estratégia era somente associada ao método de produção mais barato relativo aos outros métodos utilizados (VASCONCELOS; GARCIA, 2004).

Logo, a avaliação desse fator foi desfavorável -0,11. Quanto ao grau de controlabilidade pela família, ver Tabela 20. O desfavorecimento apontado pelo direcionador planejamento e controle da produção do feijão pela agricultura familiar a conduzia à imprecisão em sua apuração e controle de sua gestão.

O planejamento estratégico baseia-se em algumas etapas fundamentais, a saber: a) análise do negócio; b) análise do ambiente interno e externo; c) estabelecimento de diretrizes; d) formulação de estratégias; e) implementação de estratégias (CALLADO; MORAES FILHO, 2011; SOUZA FILHO; BATALHA, 2006; LOURENZANI, 2005; REZENDE; ZYLBERSZTAJN, 1999; COSTA, 2007; OLIVEIRA, 2008).

Resultados semelhantes com relação ao planejamento estratégico na agricultura familiar foram encontrados na cadeia produtiva do feijão na região Leste de Goiás por Silveira et al. (2014); por César (2009), na cadeia produtiva do Biodiesel no Brasil; e por Marques, Faria e Souza (2013), na cadeia produtiva do frango na Microrregião de Anápolis, no estado de Goiás.

4.4.2.2 Fator: Preço recebido nas vendas

Conforme todos os entrevistados, o cenário da cadeia produtiva do feijão, oriundo da agricultura familiar, era repleto de incertezas. O fator preço recebido pelo feijão, em especial o feijão do grupo comercial carioca, foi considerado inconsistente, pois havia anos em que seu preço estava bom e outros em que o preço recebido não chegou a pagar os custos produtivos.

Segundo dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA, 2015), o feijão teve um aumento de preços expressivo no mês de janeiro de 2008 e 2009. Esse comportamento foi explicado pelo fato de, na safra 2007/2008, os insumos terem sido vendidos a um custo muito alto e, por isso, muitos agricultores deixaram de produzir. Outro agravante foi o excesso de chuvas, que influenciou diretamente na quantidade e na qualidade dos grãos colhidos naquele ano, ocasionando uma falta de estoque por parte do governo. Conseqüentemente, durante os primeiros meses de 2008 houve uma remuneração vantajosa pela leguminosa, situação que continuou até fevereiro de 2009 (verTabela20).

Dados da CONAB (2010) informam que boa parte do feijão colhido na primeira safra sofreu depreciação de qualidade devido ao excesso de chuvas durante o mesmo período, principalmente nos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Nos demais estados, o produto foi considerado de boa qualidade. No entanto, em janeiro de 2010, o mercado abastecido registrou queda de preço e um dos piores níveis dos quatro primeiros meses desde 2006. O mesmo pode ser visualizado nos meses finais de safra, como é o caso de março e abril, em especial dos anos 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015.

Toda essa movimentação dos preços do feijão de janeiro a abril de todos os anos tinha relação direta com a safra produzida, que estava ligada a fatores como condições climáticas,

entrada e saída de produtores em relação a safras anteriores, oferta e demanda regional e nacional, fluxo de exportações e importações do produto (WANDER, 2005).

Tabela 20: Média de preços recebidos pela saca de 60 kg de feijão comum em São Paulo, entre os meses de janeiro e abril de 2006/2015.

Leguminosa	Mês	Ano	Moeda (Real)	Medida
Feijão	1	2006	R\$ 71,84	sc.60 kg
Feijão	2	2006	R\$ 78,58	sc.60 kg
Feijão	3	2006	R\$ 89,91	sc.60 kg
Feijão	4	2006	R\$ 89,27	sc.60 kg
Feijão	1	2007	R\$ 61,77	sc.60 kg
Feijão	2	2007	R\$ 60,62	sc.60 kg
Feijão	3	2007	R\$ 63,96	sc.60 kg
Feijão	4	2007	R\$ 60,15	sc.60 kg
Feijão	1	2008	R\$ 210,98	sc.60 kg
Feijão	2	2008	R\$ 196,55	sc.60 kg
Feijão	3	2008	R\$ 167,84	sc.60 kg
Feijão	4	2008	R\$ 143,91	sc.60 kg
Feijão	1	2009	R\$ 131,94	sc.60 kg
Feijão	2	2009	R\$ 109,96	sc.60 kg
Feijão	3	2009	R\$ 81,31	sc.60 kg
Feijão	4	2009	R\$ 77,57	sc.60 kg
Feijão	1	2010	R\$ 50,63	sc.60 kg
Feijão	2	2010	R\$ 58,75	sc.60 kg
Feijão	3	2010	R\$ 93,31	sc.60 kg
Feijão	4	2010	R\$ 119,01	sc.60 kg
Feijão	1	2011	R\$ 67,57	sc.60 kg
Feijão	2	2011	R\$ 60,52	sc.60 kg
Feijão	3	2011	R\$ 79,21	sc.60 kg
Feijão	4	2011	R\$ 83,06	sc.60 kg
Feijão	1	2012	R\$ 157,26	sc.60 kg
Feijão	2	2012	R\$ 152,21	sc.60 kg
Feijão	3	2012	R\$ 158,00	sc.60 kg
Feijão	1	2013	R\$ 166,77	sc.60 kg
Feijão	2	2013	R\$ 183,31	sc.60 kg
Feijão	3	2013	R\$ 194,09	sc.60 kg
Feijão	4	2013	R\$ 202,41	sc.60 kg
Feijão	1	2014	R\$ 88,84	sc.60 kg
Feijão	2	2014	R\$ 92,96	sc.60 kg
Feijão	3	2014	R\$ 138,43	sc.60 kg
Feijão	4	2014	R\$ 137,77	sc.60 kg
Feijão	1	2015	R\$ 160,95	sc.60 kg
Feijão	2	2015	R\$ 159,54	sc.60 kg
Feijão	3	2015	R\$ 163,40	sc.60 kg
Feijão	4	2015	R\$ 161,21	sc.60 kg

Fonte: IEA (2015).

De acordo com todos os entrevistados, o agricultor familiar produtor de feijão que visava à comercialização tentava se proteger, por meio da gestão financeira, com relação às flutuações de preço de mercado utilizando diferentes estratégias, tais como: venda de toda

sua produção no momento pós-colheita ou venda do produto em meses que possuíam histórico de mais valorização, como é o caso da entressafra, que ocorre entre os meses de maio e abril (ver Tabela 21).

Toda essa movimentação dos preços do feijão, que acontecia de janeiro a abril de todos os anos, tinha relação direta com a safra produzida, e esta estava ligada a fatores como as condições climáticas e a entrada e saída de produtores.

O entrevistado D – um agricultor familiar – afirmou que, além dessas estratégias, normalmente associava o sistema de interplântio polivarietal a variedades que requeriam baixo tempo de uso do solo para a produção e tinham preços para venda mais atraentes.

A redução do tempo de uso do solo com a cultura pode ser explicada pelo menor tempo de uso do solo para a produção proporcionar ao produtor mais possibilidades de plantar outras culturas sequenciais em anos de preços baixos, uma vez que o reduzido uso de solo é uma das alternativas estratégicas para a redução de riscos e incertezas quanto aos preços recebidos.

Acrescentou, ainda, que o uso do solo e os custos da produção do feijão eram equivalentes quando comparados a outras culturas (como o valor da saca do milho *versus* o valor da saca do feijão jalo), sendo o preço recebido pelo feijão melhor. Segundo Costa (2007), algumas organizações vislumbram a lucratividade por meio de estratégias de redução dos riscos, dentre outras.

Para Miller Jr. (2013), essa estratégia de interplântio polivarietal utilizada pelo agricultor para a produção de feijão reduz a chance de perder a maioria ou toda a safra por causa de pragas, mau tempo e outras adversidades às quais a leguminosa apresenta fragilidade. Ademais, esse sistema de plantio envolvia colocar, em uma mesma lavoura, diversas variedades genéticas da mesma plantação.

Quando questionados sobre a produção de feijão-caupi, os entrevistados D, E e F fizeram a mesma observação com relação à variedade ainda verde. Na regional, ela apresentava algumas diferenças em relação às outras variedades, tais como não ter sazonalidade de preço e nem de produção, visto que não havia uma safra específica, podendo ser produzido durante o ano todo.

Segundo eles, existia um número muito grande de agricultores familiares na regional Planalto que produziam essa variedade, ainda verde, para comercialização. Os entrevistados A, B e F apontaram que existia um nicho na regional, cuja demanda por essa variedade se dava durante o ano todo, com pico acentuado nos meses da Quaresma. Dados semelhantes podem ser encontrados em Hoffmann (1998) e Silveira et al. (2014).

Quando indagados sobre as estratégias utilizadas pelos agricultores familiares para conquistar esse nicho de mercado, eles afirmaram, em um primeiro momento, que não havia estratégia alguma, que era apenas uma variedade que tinha um nicho específico e que os agricultores aproveitavam para atender a essa demanda.

Os entrevistados A e F inferiram que uma parcela desses agricultores familiares, em especial os assentados e os horticultores que comercializam no Distrito Federal, visava o modelo produtivo voltado à sustentabilidade, em fase de transição. Eles adotavam parcialmente algumas práticas sustentáveis, como o emprego de diferentes práticas de manejo de solo, de controle de erosão e faixas de rotação, diversificação de culturas, consorciação e rotação/incorporação de matéria orgânica, restos de cultura e, em alguns casos, realizam adubação verde.

Contudo, o entrevistado A apontou que esse manejo com base sustentável era muito prejudicado pelas culturas desenvolvidas em torno dessas propriedades, pois eram atividades produtivas de alta contaminação do solo e de recursos hídricos por produtos agroquímicos, oriundos principalmente das lavouras de soja.

Quanto à estratégia de agregação de valor para essa variedade, os entrevistados expuseram que era muito baixa. Os entrevistados A e B afirmaram que o feijão-caupi ainda verde era vendido em caixas, pacotes e/ou debulhado, por litro ou quilo, com destino à feira do produtor de Planaltina-DF, às Centrais de Abastecimento (CEASA-DF) e às feiras da região.

As avaliações dos entrevistados sobre o preço recebido pelo feijão foram favoráveis em 0,18. O grau de controlabilidade teve como resultado “incontrolável”, tanto pelo (AF) quanto pelo governo. Assim, foi apontado que quem controlava o fator preço recebido era o mercado, ou seja, a oferta e a demanda. Eles argumentaram que o agricultor familiar não tinha condições de estabelecer o preço e que o governo tinha apenas certa influência (ver Tabela 20).

Resultados semelhantes quanto à agregação de valor foram encontrados por Assunção e Wander (2014), na competitividade do sistema agroindustrial do feijão-comum no estado de Goiás; quanto à estratégia de plantio polivarietal, o tema foi abordado por Silveira et al. (2014) em “Estratégias de comercialização do feijão produzido por agricultores familiares: um estudo de caso na região Leste do estado de Goiás” e por Silveira et al. (2015), em “Produção de feijão nos sistemas de plantio direto e convencional no município de Água Fria de Goiás”.

De acordo com Certo e Peter (1993), Costa (2007) e Oliveira (2008), as estratégias decréscimo visam atender a novos mercados. Logo, o plantio polivarietal pode ser colocado como servindo a tal finalidade, ou seja, tem mais “participação de mercado”.

Segundo a perspectiva de Wiggins (2006), o sistema de plantio polivarietal poderia ser uma estratégia que oportunizasse mais inserção no mercado e que o agricultor familiar precisava se adequar para se inserir nos mercados convencionais, os *staple markets*.

A produção de feijão-caupi com base sustentável, que visa um nicho específico de mercado, poderia alcançar melhores preços por meio de sua certificação como produto orgânico, pois esta classificação agrega valor, como explicado por Abramovay (2003), Veiga (2004), Wilkinson (2002), Lima e Wilkinson (2002). A especialização numa determinada área ou produto específico, como é o caso do feijão-caupi para comercialização ainda verde, pode ser vista como redução de custos unitários em massa, tratando-se de uma estratégia de especialização por esses agricultores familiares (OLIVEIRA, 2008).

4.4.2.3 Fator: As variedades adquiridas pelo agricultor familiar para produção de feijão

Conforme todos os entrevistados, a maioria dos agricultores familiares utilizavam somente “grãos sementes”, ou seja, “sementes próprias”. Caso adquirissem sementes para esse cultivar, elas seriam de segunda geração e, quando ocorria essa compra, as variedades mais comuns eram: grupo comercial carioca Pérola, BRS Estilo e preto Esmeralda.

O entrevistado D fez uma observação quanto à ineficiência das embalagens das sementes de feijão, as quais, para ele, precisavam trazer mais informações sobre as melhores condições de plantio e a que condições essas variedades responderiam melhor, tais como clima, solo, regime de chuvas etc. Para ele, muitas vezes eram necessárias várias safras para avaliar os melhores resultados. Apontou, também, que o agricultor familiar que tinha por foco a comercialização sempre tomava a decisão pela variedade a ser produzida com mais critério. A estratégia utilizada na escolha da semente a ser plantada era a de procurar conhecer suas vantagens e sua aceitação pelo mercado consumidor.

Os entrevistados A, E e Fenfatizaram a necessidade de se desenvolver novas variedades de feijão, menos susceptíveis a doenças e pragas, principalmente a mosca branca e o mosaico dourado. A finalidade dessas variedades seria atender as áreas já zoneadas para esse cultivo. Eles deixaram claro que possuíam conhecimento de que o processo de criação de geoplasmas com características resistentes a essas demandas era um processo lento.

Assim, para alcançar as vantagens competitivas, as empresas de uma determinada região precisam construir suficiente capacidade inovadora e diferenciação para ingressar em mercados mais avançados, buscando oportunidades em novas demandas (PORTER, 1999).

Baseado nesse contexto competitivo, cabe ao agricultor em questão demandar novas variedades de sementes para a produção, que estejam de acordo com a demanda de feijão no mercado-alvo.

Na percepção dos entrevistados, as variedades de feijão disponibilizadas no mercado para produção foram favoráveis 0,14. Portanto, esse fator foi apontado como controlável pela família (ver Tabela 21).

4.4.2.4 Fator: O padrão de qualidade do feijão produzido

Quando questionados com relação à qualidade do feijão produzido pelo agricultor familiar, todos os entrevistados apontaram que a maior preocupação estava relacionada à aparência do grão, pois, em sua percepção, esta tinha relação direta com sua aceitabilidade pelo consumidor.

Segundo o entrevistado C, a estratégia dos agricultores para uma produção de qualidade do feijão estava incorporada às boas práticas produtivas, mas o produtor precisava avaliar os riscos ao longo da produção, de forma a assegurar sua qualidade. Todavia, o entrevistado colocou que a questão da aparência do feijão era inseparável de sua qualidade. Essa qualidade se devia, portanto, a sua aparência, e esta, por sua vez, era muitas vezes prejudicada por questões climáticas, que a danificavam. Desse modo, mesmo sendo perfeita do ponto de vista de segurança, a leguminosa não seria bem aceita pelos consumidores.

De acordo com todos os entrevistados, a estratégia utilizada pelo agricultor familiar para adquirir um padrão de qualidade era plantar sementes de procedência idônea, mais resistentes a pragas e doenças, e que apresentassem mais tempo de prateleira. Isso fazia com que essas características fossem as mais observadas ao longo das experiências produtivas. Eles deixaram claro que o agricultor familiar que produzia feijão do grupo comercial carioca sabia que ele perdia cor ao longo do tempo de armazenamento, afetando sua aceitação comercial.

A qualidade em termos de aparência dos produtos podia ser afetada por fatores climáticos e por técnicas de produção e manejo que dificultassem a padronização e a regularidade da produção, afetando os preços recebidos (BATALHA; BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2005).

Conforme Oliveira Júnior (2014), a produção oriunda da agricultura familiar tinha sérias dificuldades em se adaptar às exigências e à legislação, visto não fazer distinção de tamanho da produção. Isso era um forte entrave à competitividade da produção e comercialização do produto da agricultura familiar. Para minimizar esse problema seria necessário, além da adoção de políticas de gestão e controle de qualidade produtiva pelos agricultores, que os órgãos competentes procurassem reavaliar os níveis de exigência para as diferentes cadeias, sendo elas ajustadas, dentro do possível, à realidade da agricultura familiar (BATALHA, 2002; BATALHA; MING, 2003).

O fator padrão de qualidade do feijão produzido pelo (AF) foi apontado como favorável em 0,12, bem como a controlabilidade. Para todos os entrevistados, existia forte preocupação com relação à qualidade do feijão produzido pelo agricultor familiar (ver Tabela 21).

Resultados semelhantes para fiscalização foram encontrados por Oliveira Junior (2014) na cadeia da Mandioca em Jussara-GO; por Moraes et al. (2013), na cadeia de alimentos orgânicos; por Marques, Farias e Souza (2013), na cadeia do frango na Microrregião de Anápolis-GO.

4.4.2.5 Fator: A questão quanto à tradição de produção/comercialização de feijão

Para o entrevistado C– agrônomo e mestre em agronomia–, o fator tradição em produzir e comercializar o excedente produtivo na agricultura familiar possui perspectiva sociológica, tendo por objetivo preservar para a sociedade os costumes e as práticas que já demonstraram ser eficazes no passado.

A necessidade de produzir para subsistência trouxe ao agricultor familiar a experiência produtiva, que o induzia a plantar “grãos sementes”, pois eles já conheciam suas qualidades agrônomicas e essas qualidades lhe garantiam, de certa forma, sua comercialização.

Ainda segundo o entrevistado C, os agricultores tradicionais tentavam se transformar para se adequarem às novas necessidades do consumidor e, sempre que possível, adquiriam “grãos sementes” melhorados, pois sabiam que a aparência do grão e o tempo de cocção eram de suma importância para a venda.

Todos os entrevistados afirmaram que a estratégia utilizada nesse caso era a frequência das transações comerciais, que lhes proporcionava a reputação entre os agentes nelas envolvidos. Essa repetição das negociações impactava positivamente nos resultados, evidenciando certas estruturas de governança na comercialização.

Resultados semelhantes com relação à tradição e à comercialização foram encontrados por Lourenzani, Bankuti e Souza Filho (2003), em agricultores familiares produtores de hortaliças em São Carlos, no estado de São Paulo.

Esse fator foi avaliado pelos entrevistados como favorável em 0,24 e a controlabilidade como sendo pela agricultura familiar, porque, segundo eles, cabia somente ao agricultor familiar controlar a qualidade do produto, mantendo a tradição da produção e garantindo sua comercialização (ver Tabela 21).

4.4.2.6 Fator: Mão de obra

De acordo com os entrevistados A, D e B, a falta de mão de obra capacitada para a produção de feijão, na regional EMATER Planalto, não era diferente do que ocorria em todas as outras cadeias produtivas brasileiras. Todavia, o agricultor familiar, em questão sobre restrições financeiras para a utilização de mão de obra temporária para o preparo do solo, plantio e crescimento, explicou que a usava exclusivamente no período de colheita. O entrevistado D – produtor – argumentou que a mão de obra familiar era de fundamental importância, uma vez que, sem ela, tudo se tornaria muito mais difícil e oneroso. Logo, a estratégia utilizada era tirar o máximo de aproveitamento dessa mão de obra temporária.

Para Callado e Moraes Filho (2011), o pequeno empreendimento rural apresentava como vantagem mais controle dos trabalhos executados e mais aproveitamento da mão de obra disponibilizada. Logo, esse fator foi avaliado como favorável para a agricultura familiar em questão, 0,12, e sua controlabilidade foi apontada como incontrolável pela família e pelo governo, visto que, diante das oportunidades encontradas no meio urbano, a mão de obra qualificada para o meio rural estava cada vez mais difícil de ser encontrada (ver Tabela 21).

A falta de mão de obra qualificada foi colocada por Marques, Farias e Souza (2013) ao estudar a cadeia do frango na Microrregião de Anápolis-GO; por Machado, Wander e Figueiredo (2012), ao investigar sobre a cadeia de bovinocultura de corte em Goiás; por Lourenzani, Bankuti e Souza Filho (2003), ao pesquisar os agricultores familiares produtores de hortaliças em São Carlos-SP.

4.4.2.7 Fator: Mão de obra familiar como custo

Os entrevistados A e E explicaram que o fator custo na mão de obra familiar era complexo, pois muitos familiares desempenhavam outras atividades remuneradas fora da

propriedade. Essas atividades eram julgadas por eles como mais atrativas do que as desenvolvidas na propriedade das famílias.

Ademais, outra dificuldade é a falta de investimentos nas pequenas propriedades, que conduz à baixa tecnologia. Conseqüentemente, isso elevava a penosidade da mão de obra e diminuía a produtividade (MAZOYER; ROUDART, 2010; COSTA, 1995). Desse modo, se induz os familiares desses agricultores a buscarem alternativas de renda fora dela.

De acordo com os entrevistados B, C, D e F, o custo da mão de obra não era levado em conta nos custos produtivos, uma vez que o agricultor familiar entendia que, quando havia lucro ou prejuízo, este ficava em família. A estratégia desses agricultores familiares na avaliação dos custos dessa mão de obra consistia em pensar que, se a safra fosse produtiva e conseguissem bons preços, todos sairiam ganhando, do contrário, o prejuízo seria repassado de forma igual, visto que toda a remuneração da produção, independente do resultado, ficava em família e se transformava em compensações como reforma da casa, troca de móveis, troca e/ou compra de carro, compra e/ou troca de motos para os filhos etc.

Nesse caso, a mão de obra familiar como fator custo para a produção de feijão foi abordada, neste trabalho, como relativa, já que se a família não colaborasse no andamento do planejamento estratégico produtivo da leguminosa este não seria possível.

Os entrevistados A e E se colocaram em oposição a essa mão de obra familiar como fator custo relativo. Para eles, a produção de feijão na regional em que eles prestavam assistência técnica desenvolvia-se, em sua maioria, somente pelo gestor principal, e, portanto, essa mão de obra não tinha colaboração dos familiares. Dessa maneira, ela contava com mão de obra de diaristas e, então, passava a ser vista como custo real, tendo ela um custo aparente maior do que o custo relativo.

O fator mão de obra familiar foi apontado como favorável, 0,8, e a controlabilidade desse fator era incontrolável tanto pela família quanto pelo governo, já que, conforme surgiam oportunidades melhores, essa mão de obra familiar desaparecia e vice-versa (ver Tabela 21).

Quanto à avaliação desse direcionador planejamento estratégico, ela foi considerada favorável, 0,77, em relação à competitividade do feijão oriundo da agricultura familiar.

Tabela 21: Avaliação do direcionador: Planejamento estratégico.

Direcionador	Controlabilidade				Quantificação da avaliação (PM*AM)	Peso (MF, F, N, D, MD)
	CF	CG	QC	I		
➤ Planejamento Estratégico						
2.1. O planejamento e o controle da produção	x				-0,11	D
2.2. Os preços recebidos				X	0,18	F
2.3. As variedades de feijão adquiridas	x				0,14	F
2.4. O padrão de qualidade do feijão	x				0,12	F
2.5. Tradição de produção/comercialização	x				0,24	F
2.6. Mão de obra	x	x	x		0,12	F
2.7. Mão de obra familiar como custo				X	0,08	F
Total					0,77	F

(CF): Fatores controláveis pelo governo; (CG): Fatores quase controláveis (QC) e Fatores incontroláveis por uma das partes ou por ambas (I); Peso médio vezes avaliação média (PM*AM); Fatores muito favoráveis (MF); Favoráveis (F); Neutro (N); desfavoráveis (D); e muito desfavoráveis (MD).

Fonte: Elaboração da autora.

4.4.3 Direcionador: tecnologia

4.4.3.1 Fator: Assistência Técnica

Com base na pesquisa de campo, todos os entrevistados abordaram a importância da assistência técnica. Os entrevistados A, B, D e F expuseram que a estratégia utilizada para receberem assistência técnica era a de que o agricultor familiar recorria, na medida do possível, a orientações técnicas particulares para a produção de feijão. Não sendo possível pagar por essas orientações técnicas, ele cultivava com base naquilo que acreditava ser o modo correto, pois a assistência técnica gratuita por parte da EMATER-GO não possuía funcionários disponíveis para a regional.

Segundo o entrevistado F – técnico particular e ex-técnico da EMATER –, a política pública de assistência técnica e extensão rural deveria ser retomada em caráter de emergência no estado, visto que essa política estava deixando a desejar em Goiás. Para ele, uma assistência técnica pública tinha a capacidade de promover a recuperação das ocupações agrícolas, não agrícolas e pecuárias e reduzir o êxodo rural, especialmente em municípios mais carentes e afastados da capital.

A colocação dos entrevistados pode ser observada em trabalhos de Buainain e Souza Filho(2007), que explicaram que as atividades agrícolas familiares eram fortemente influenciadas por fatores culturais e pela hereditariedade, e isso contribuía para o manejo impróprio do cultivo. As práticas mais comuns eram: densidade do plantio inferior ou superior ao necessário; exposição do solo; consórcios com espaçamentos menores que

os recomendados que, por sua vez, propiciavam aumento da competição entre os cultivos; uso de grãos sementes; dentre outros.

Diante do apontado, o fator assistência técnica foi avaliado como favorável em 0,06, mas está muito próximo ao neutro, tendendo ao seu desfavorecimento. Esse favorecimento foi apontado a partir do ponto de vista de que o agricultor familiar não assistido por técnicos públicos conseguia superar parcialmente essa barreira por meio de parcerias com revendedoras de insumos.

O grau de controlabilidade da assistência técnica foi de quase controlável (QG) pelo governo e pelo (AF): pelo primeiro, pois teria como controlar essa assistência por políticas públicas, mas, na regional, ela ainda não havia sido efetivada; pelo segundo porque, caso tivesse condições financeiras, poderia contratar uma assistência particular ou estabelecer parcerias (ver Tabela 22).

Resultados semelhantes com relação à assistência técnica foram encontrados na cadeia produtiva do leite, na Regional Vale do Rio Vermelho, em Goiás, por Medina (2014); na cadeia produtiva do feijão, em Água Fria, Goiás, por Silveira et al. (2015); e por Oliveira Junior (2014), na cadeia produtiva da mandioca em Jussara-GO.

4.4.3.2 Fator: Sementes certificadas

De acordo com os entrevistados, o agricultor familiar não utiliza sementes certificadas. A estratégia desses produtores de feijão em questão era, em alguns casos, usar no máximo as sementes de segunda geração, em geral “grãos sementes”, ou seja, sementes próprias.

Para os entrevistados A e D, os agricultores familiares em questão, ou seja, os que produziam feijão para comercialização, reconheciam as vantagens das sementes certificadas, a saber: pureza genética, pureza física, qualidade fitossanitária e qualidade fisiológica. Seu uso conduzia a um maior retorno financeiro, mas muitos deixavam de adquiri-las porque elas representavam mais ou menos 10% do custo da produção. Assim, eles tentavam plantar sementes de segunda geração, ou “grãos sementes”, cuja procedência era por eles conhecida.

Segundo Vieira e Yokoyama (2000), o tipo de semente a ser plantada era uma escolha muito séria e dependia da determinação de sua qualidade e de uma procedência idônea. No entanto, a denominação “sementes próprias” não significava que o grão guardado pelo produtor fosse um grão semente de primeira ou de segunda geração, e sim que apresentava qualidades físicas adequadas e desejáveis para serem utilizados como sementes.

Baseado no reconhecimento da importância de sementes certificadas, o agricultor tentava se aproximar delas utilizando sementes de segunda geração e/ou “grãos sementes” com procedência. Esse fator foi apontado como favorável, 0,28, e a controlabilidade do uso dessas sementes certificadas foi realizada pela agricultura familiar (ver Tabela 22).

4.4.3.3 Fator: Nível tecnológico adotado

O entrevistado D apontou que os aspectos “tecnologia” e “inovação” estavam dentre os fatores determinantes da competitividade: eles se complementavam, estruturando-se como o cerne das estratégias competitivas. O participante afirmou que o agricultor familiar que tinha como foco a comercialização lançava mão, na medida de suas possibilidades, de estratégias de inovação, uma vez que as estratégias de base tecnológicas dependiam de recursos financeiros. Ele fez a seguinte observação: “O feijão é uma cultura de baixo custo de implantação e de fácil adaptação. Então, sempre que o preço for bom em um ano, no ano seguinte todo mundo planta”. Ou seja, o feijão apresenta-se como uma cultura de baixas barreiras para a entrada e saída de produtores.

O entrevistado A expôs a heterogeneidade do nível tecnológico utilizado entre os agricultores familiares em questão. Na percepção dele, havia exceções entre esses agricultores, cujo nível tecnológico adotado poderia ser considerado médio, já que, por meio de orientações especializadas, utilizavam tecnologias que eram nada mais do que a combinação de insumos, em termos de qualidade e quantidade, na hora certa, além de serviços realizados algumas vezes por máquinas e outras por homens, que faziam toda a diferença em relação aos agricultores considerados de baixo nível tecnológico.

Os dados da pesquisa apontaram o nível tecnológico geral utilizado como baixo e, conseqüentemente, desfavorável: -15. Para os entrevistados E e F, o cultivo do feijão pela agricultura familiar na regional era difundido, em sua maioria, em áreas dominadas por assentamentos rurais, que não faziam muitos investimentos em equipamentos direcionados ao cultivo do feijão. A controlabilidade do fator foi apontada como quase controlável pela família, porque nem sempre ela tinha dinheiro para adquirir determinadas tecnologias indispensáveis à produção desta leguminosa (ver Tabela 22).

Conforme Batalha, Buainain e Souza Filho (2005), o baixo uso de tecnologias pelo agricultor familiar, por si só, em muitos casos não era explicável, pois muitas vezes elas não faziam nenhuma contribuição em inovação. Segundo os autores, a tecnologia estava disponível, o que falta é predisposição e capacitação para utilizá-la de forma adequada.

Diante da análise dos fatores Assistência técnica recebida, em 0,06, Sementes certificadas, em 0,28, e Nível tecnológico, em -15, o direcionador Tecnologia mostrou-se favorável, 0,19, mas com valor baixo, próximo à neutralidade, tendenciando a competitividade da leguminosa ao desfavorecimento pelo baixo uso de tecnologia.

Tabela 22: Avaliação do direcionador: Tecnologia.

Direcionador	Controlabilidade				Quantificação da avaliação (PM*AM)	Peso (MF, F, N, D, MD)
	CF	CG	QC	I		
3.Tecnologia						
3.1. Assistência técnica recebida	x	x	x		0,06	F
3.2. Sementes certificadas	x				0,28	F
3.3. Nível tecnológico adotado	x	x	x		-0,15	D
Total					0,19	F

(CF): Fatores controláveis pelo governo; (CG): Fatores quase controláveis (QC) e Fatores incontroláveis por uma das partes ou por ambas (I); Peso médio vezes avaliação média (PM*AM); Fatores muito favoráveis (MF); Favoráveis (F); Neutro (N); desfavoráveis (D); e muito desfavoráveis (MD).

Fonte: Elaboração da autora.

4.4.4 Direcionador: Oferta de insumos

4.4.4.1 Fator: Oferta de insumos para produção de feijão

Segundo todos os entrevistados, a oferta por insumos na regional Planalto deixava a desejar, uma vez que os insumos para a produção de feijão, em termos de variedade e qualidade, eram encontrados, em sua maioria, em Anápolis, Goiânia e, em menor proporção, em Formosa. Essa distância elevava muito os preços e os agricultores sabiam que pagavam uma diferença de preço de forma direta devido a ela. Ao estabelecerem parcerias com outros produtores ou comprarem direto de grandes distribuidores, o preço era bem melhor do que quando compravam em pequenas quantidades no próprio município.

Na percepção do entrevistado D, a falta de coordenação entre os produtores prejudicava a produção de feijão na regional. Para ele, caso houvesse uma associação entre eles para comprarem em quantidade maior poderiam comprar direto do atacado, com preços mais competitivos, algo que já havia tentado várias vezes e nem sempre dava certo. Apontou, ainda, que o processo de gestão desse tipo de associação para a compra conjunta dos suprimentos requer um processo de monitoramento e conferência desses produtos. Sem isso, essa negociação poderia comprometer a confiança entre os associados, sendo muito difícil

lidar com as pessoas. Então, a estratégia dele e de muitos outros agricultores familiares produtores da leguminosa feijão era a parceria com fornecedores da própria região.

No entanto, os entrevistados A e E colocaram que a oferta de insumos para feijão na regional poderia ser considerada baixa, questão que tinha relação direta com sua demanda, uma vez que, caso houvesse demanda, haveria oferta. O entrevistado A – técnico e fornecedor de insumos – explicou que a maioria dos produtores da leguminosa da regional produzia em áreas pequenas, com baixa tecnologia produtiva e, conseqüentemente, baixa demanda por insumos.

De acordo com dados de campo, a oferta de insumos para produção de feijão, ou seja, a qualidade e a variedade dos insumos disponíveis para compra na regional, foi avaliada como desfavorável, -0,33, sendo a controlabilidade vista como incontrolável pelo governo e pelo agricultor familiar, visto que, segundo todos os entrevistados, quem controlava a oferta dos insumos era a demanda de mercado, ou seja, os próprios produtores (ver Tabela 23).

4.4.4.2 Fator: O preço dos insumos no mercado goiano

O entrevistado E afirmou que “comprar bem e vender bem” era tão importante quanto “produzir bem”. Desse modo, o preço dos insumos no mercado goiano era apontado por ele como desfavorável, pois, se altos, diminuía a possibilidade de comprá-los. Esse fator afetava diretamente a produtividade da leguminosa. Ele mostrou que a estratégia utilizada pela maioria dos agricultores familiares era de manterem a área para produção e diminuir os insumos por hectare, afetando diretamente a quantidade produzida.

A relação entre preço e quantidade demandada poderia ser estabelecida da seguinte forma: se o preço do bem aumentava, reduzia a quantidade demandada, mas, se diminuía, a quantidade demandada aumentava, sendo inversamente proporcional ao preço do bem/serviço, visto que o consumidor sempre desejava comprar uma quantidade maior de produtos pelo menor preço (VARIAN, 2006).

Os entrevistados A, B, C e F acreditavam que essa diferença de preço se dava por uma série de fatores, tais como: parte da compra ser em maior quantidade, menor quantidade de atravessadores e, com certeza, pelo fato de o valor do frete ser reduzido pelo número de viagens. Assim, o correto era comprar em parceria com outros produtores e direto de grandes fornecedores, visto que o conhecimento prévio das diferenças dos preços poderia fornecer-lhes a base para tendências mercadológicas e projeções futuras da leguminosa, traçando um

horizonte que lhes permitiria um melhor planejamento, evitando transtornos com relação ao futuro da produção e comercialização do grão.

O conhecimento prévio dos custos produtivos lhes possibilitaria visualizar, na prática, um possível retorno financeiro. Todavia, o agricultor familiar produtor de feijão precisava ter predisposição e capacitação para gerenciar as relações estabelecidas na cadeia produtiva. Isso se deve ao fato de o ganho de produtividade originado em anos de investimentos em tecnologias de processo de produção poder ser perdido caso o agricultor não conseguisse acessar mercados que remunerassem adequadamente a produção (BATALHA; BUAINAIN; SOUZA, 2005).

As diferenças de preço dos insumos nas cadeias produtivas brasileiras variam de uma região para outra, pois há diferenças regionais de preços e características físicas dos insumos (TAVARES; CARVALHO; ZEN, 2009).

Resultados diferentes com relação aos custos dos insumos foram encontrados na cadeia produtiva do frango no Mato Grosso, já que esse estado se distingue dos demais produtores da ave pela grande produção de soja e milho, principais insumos para sua produção (MELTZ; SOUZA FILHO; MEIRELES, 2011).

Conforme dados de campo, todos os entrevistados disseram que o fator preço dos insumos no mercado goiano para produção de feijão na regional EMATER Planalto foi apontado como desfavorável, -0,50, sendo controlável pelo governo (ver tabela 23). A justificativa foi que grande parte dos insumos para a produção de feijão era importado e cotado em dólar americano, moeda que naquele momento se encontrava em alta.

Tabela 23: Avaliação do direcionador: Oferta de insumos.

Direcionador	Controlabilidade				Quantificação da Avaliação (PM*AM)	Peso (MF, D, N, D, MD)
	CF	CG	QC	I		
4. Oferta de insumos						
4.1. Oferta de insumos para produção		x		x	-0,33	D
4.2. Os preços dos insumos no mercado goiano		x			-0,50	D
Total					-0,83	D

(CF): Fatores controláveis pelo governo; (CG): Fatores quase controláveis (QC) e Fatores incontroláveis por uma das partes ou por ambas (I); Peso médio vezes avaliação média (PM*AM); Fatores muito favoráveis (MF); Favoráveis (F); Neutro (N); desfavoráveis (D); e muito desfavoráveis (MD).

Fonte: Elaboração da autora.

4.4.5 Direcionador: Logística

4.4.5.1 Fator: Infraestrutura das vias de transporte

De acordo com o entrevistado B – corretor de transporte de grãos –, no Brasil, o sistema de transporte de cargas era altamente voltado para o modal rodoviário, que apresenta baixas restrições para operação e é prioridade nos investimentos por parte dos governantes. Ele acrescentou que Goiás possuía pouquíssimas rodovias com manutenção terceirizada, ou seja, que cobravam pedágio, e a falta dessa terceirização eleva os gastos dos cofres públicos. Por falta de recursos, o modal em Goiás deixava a desejar em questão de qualidade e, por sua vez, a ausência de manutenção aumenta os preços dos transportes.

Segundo ele, Goiás, por se encontrar na região central do país, era um estado privilegiado, pois era um grande demandante de frete, além de se encontrar no centro das rotas de transporte. Devido a isso, tinha grandes possibilidades de negociações, principalmente por poder aproveitar o retorno dos caminhões às cidades de origem após terem realizado suas entregas. Todavia, essa rota de transporte apresentava um ponto negativo, que era o fato de as estradas se encontrarem muito danificadas, o que elevava o valor do frete. Assim, a estratégia utilizada por esses produtores era vender a produção na própria regional.

O fator infraestrutura das vias de transporte rodoviário utilizadas pelos produtores da regional Planalto teve um resultado desfavorável, -0,31, visto que eles consideraram que as vias de transporte na regional deveriam ser melhores. Tal percepção se deve não só a aproximação como Distrito Federal, mas também porque as rodovias que por ali passavam faziam conexão com a Bahia e Minas Gerais, apresentando grande fluxo de caminhões carregados, o que danificava muito a malha viária. Quanto à controlabilidade, esta foi colocada como de responsabilidade do (CG) (ver Tabela 23).

4.4.5.2 Fator: A distância dos principais fornecedores de insumos

Todos os entrevistados, quando indagados com relação à distância dos fornecedores de insumos agrícolas, apontaram que a maioria desses insumos era importado e tinha como origem os portos de Salvador, de Santos, e, ainda, havia uma pequena parcela de fosfato oriundo de Catalão-GO. Logo, os principais fornecedores, representantes, apresentavam uma distância considerada grande e desfavorável à produção em Goiás.

No entanto, existia uma concentração de revendedoras de insumos para essa regional nos municípios de mais expressão produtiva, como Formosa, Planaltina e Anápolis, em Goiás, e Planaltina, no Distrito Federal. Essas revendedoras normalmente eram de médio porte e na maioria delas era possível encontrar sementes, fertilizantes e defensivos. Em alguns casos, havia máquinas agrícolas, peças, assistência técnica, prestação de serviços, dentre outras necessidades do produtor. Contudo, a distância dos principais distribuidores elevava os preços desses insumos para os produtores, cuja estratégia era comprar dessas revendedoras de menor porte e maiores preços, inviabilizando a produção.

O fator foi colocado como desfavorável, -024, devido à distância dos principais distribuidores de insumos agrícolas para a regional. A controlabilidade foi apontada como incontrolável pelo governo e pelo agricultor, visto que a maioria dos insumos é importada (ver Tabela 24).

4.4.5.3 Fator: Quem paga pelo transporte lavoura via cerealista

Para todos os entrevistados, a estratégia utilizada pelos agricultores em questão era de o transporte da produção do feijão ser pago pelo comprador e que o preço do feijão recebido pelo (AF) independia de se o comprador fosse da regional ou de um estado distante.

Quanto à controlabilidade do fator Quem pagava pelo frete, este era de responsabilidade do governo (CG). O argumento utilizado foi o de que o governo tinha controle sobre os combustíveis, sobre a infraestrutura da malha rodoviária, as tarifas de pedágio etc. (ver Tabela 24).

O direcionador Logística para cadeia produtiva do feijão em questão foi colocado como desfavorável. Resultado semelhante foi encontrado nas vias de transporte do Mato Grosso, desfavorecendo a competitividade da cadeia produtiva frango do estado. Conforme Meltz, Souza Filho e Meireles (2011), a má qualidade das vias de transporte pode ser apontada como fator que influenciava a elevação dos preços do frete.

Tabela 24: Avaliação do direcionador: Logística.

Direcionador	Controlabilidade				Quantificação	Peso
	CF	CG	QC	I	(PM*AM)	(MF, F, N, D, MD)
5. Logística						
5.1. Infraestrutura das vias de transporte		X			-0,32	D
5.2. A distância dos principais fornecedores de insumos		X			-0,24	D
5.3. Quem paga pelo frete da lavoura via cerealista	x	X	x		0,04	F
Total					-0,50	D

(CF): Fatores controláveis pelo governo; (CG): Fatores quase controláveis (QC) e Fatores incontroláveis por uma das partes ou por ambas (I); Peso médio vezes avaliação média (PM*AM); Fatores muito favoráveis (MF); Favoráveis (F); Neutro (N); desfavoráveis (D); e muito desfavoráveis (MD).

Fonte: Elaboração da autora.

4.4.6 Direcionador: Armazenagem

4.4.6.1 Fator: Armazenagem do feijão

Segundo todos os entrevistados, o agricultor familiar não tinha disponibilidade de armazém próprio, nem de cooperativa, muito menos auxílio do governo, para guardar a safra de feijão. De acordo com suas percepções, um lugar adequado para armazenar o grão seria o ideal para eles, pois, no atual cenário, tentar comercializar toda a safra ainda na lavoura era a prática mais comum entre os produtores em questão.

Contudo, quando não se conseguia vender toda a safra ainda na lavoura, era preciso guardar parte ou até mesmo toda a safra por alguns dias, e esse armazenamento era realizado na própria casa, inclusive porque a venda deveria ser feita logo pela necessidade de honrar compromissos financeiros. Para o entrevistado C – representante das secadoras e dos armazéns –, a estocagem do feijão precisava ser muito bem planejada e ser feita em lugar adequado, que tivesse controle de umidade, temperatura, luminosidade, tempo de estocagem etc.

Mesmo o (AF) não usufruindo do benefício propiciado pelo fator Lugar para armazenar, considerou-o favorável em 0,34, porque utilizava como estratégia competitiva a venda logo após a colheita. Os agricultores familiares argumentaram que ter um lugar para guardar a leguminosa seria pouco relevante para eles, visto que não poderiam esperar melhores preços e operam com baixa capacidade produtiva.

Quanto à controlabilidade do lugar para guardar o grão, ela foi classificada, pela maioria dos entrevistados, como realizada pelo (AF) (ver Tabela 25). Resultados semelhantes

foram encontrados na cadeia do Biodiesel, no Brasil, por César (2009); por Silveira et al. (2015), com a leguminosa feijão, em Água Fria-GO; por Marques, Faria e Souza (2013), na cadeia do frango na Microrregião em Anápolis-GO; por Meltz, Souza Filho e Meireles (2011), na cadeia produtiva do frango em Mato Grosso.

4.4.6.2 Fator: Tempo de armazenagem

Conforme todos os entrevistados da pesquisa, o controle de tempo de armazenagem de feijão na agricultura familiar era muito pequeno. Segundo os entrevistados C e D, a venda era realizada em no máximo sessenta dias, inclusive porque, como já dito, não se podia esperar melhores preços, já que havia compromissos assumidos. Além disso, a leguminosa era muito suscetível ao envelhecimento rápido, o que depreciaria seu valor comercial: a preferência dos clientes da regional era pelo feijão mais jovem, ou seja, colhido há pouco tempo. Assim, o fator tempo de armazenagem foi apontado como favorável, com 0,39, sendo a competitividade da leguminosa feijão e a controlabilidade desse tempo de estoque de total controle do agricultor familiar (Tabela 25).

O fator lugar para armazenar foi colocado por Batalha, Buainain e Souza Filho (2005) como um grande indicador de precibilidade para a agricultura familiar, porque a maioria dos agricultores não possuía espaço físico adequado para tal e tampouco produziam em escala suficiente para justificar a aquisição e a manutenção de infraestrutura de conservação da produção, reduzindo as possibilidades de competição no mercado.

De acordo com os resultados da análise dos subfatores armazenagem do feijão, em 0,34 e Tempo de armazenagem, em 0,39, o direcionador Armazenagem foi avaliado como favorável em 0,74, conduzindo a produção e a comercialização do feijão na agricultura familiar à competitividade (Tabela 25).

Resultados semelhantes com relação ao direcionador Armazenagem foram encontrados por Oliveira Junior (2014), na cadeia da mandioca, em Jussara-GO; como fator neutro, por Meltz, Souza Filho e Meireles (2011), na cadeia produtiva do frango, em Mato Grosso, devido ao alto custo de se manter o estoque de frango congelado e por ser um produto perecível.

Tabela 25: Avaliação do direcionador: Armazenagem.

Direcionador	Controlabilidade				Quantificação	Peso
	CF	CG	QC	I	(PM*AM)	(MF, F, N, D, MD)
6. Armazenagem						
6.1. Armazenagem do feijão (lugar)	x				0,34	F
6.2. Tempo de armazenagem	x				0,39	F
Total					0,74	F

(CF): Fatores controláveis pelo governo; (CG): Fatores quase controláveis (QC) e Fatores incontroláveis por uma das partes ou por ambas (I); Peso médio vezes avaliação média (PM*AM); Fatores muito favoráveis (MF); Favoráveis (F); Neutro (N); desfavoráveis (D); e muito desfavoráveis (MD).

Fonte: Elaboração da autora.

4.4.7 Direcionador: Governança/coordenação da cadeia produtiva

4.4.7.1 Fator: Existência e atuação efetiva de sindicato dos produtores rurais

Os entrevistados colocaram que desconheciam a existência de sindicatos dos produtores rurais na regional, sabendo apenas dos sindicatos dos trabalhadores rurais. No entanto, afirmaram que eles não eram atuantes com relação aos produtores. Dessa forma, consideraram a ausência de um sindicato que representasse os interesses dos produtores na regional como muito desfavorável, com -0,51, aos produtores de feijão da agricultura familiar e a controlabilidade como quase controlável pelo (QG), podendo o governo estimular a criação de sindicatos nos municípios (Tabela 26).

A justificativa foi a de que não havia controle, por parte do governo, sobre as ações dos sindicatos. Com relação aos agricultores familiares, eles não possuíam uma cultura da sindicalização, e, se não havia número de filiados, não havia porque existirem sindicatos. O entrevistado F contou que eram poucos os sindicalizados e que essa afirmação poderia ser comprovada pelo número de sindicatos na regional, tão pequeno que existia um para atender de três a quatro municípios.

Quando questionados sobre as estratégias utilizadas pela ausência de sindicatos dos produtores rurais, os entrevistados A, B e E colocaram que eles se articulavam na medida do possível, sendo, segundo o entrevistado E, “cada um por si e Deus por todos” (ver Tabela 26).

4.4.7.2 Fator: A representatividade das associações de classe (caso câmara setorial)

De acordo com os entrevistados, a representatividade dos agricultores familiares como produtores de feijão na câmara setorial era extremamente frágil, pois nela não existiam representantes dos agricultores da regional.

Ainda conforme as entrevistas, eles não tinham muito conhecimento e, em alguns casos, não tinham nenhum conhecimento a respeito da câmara setorial. Todavia, os entrevistados A, D e E disseram que os representantes dela poderiam articular melhor os produtores. Ademais, isso possibilitaria a coleta de informações sobre as demandas de mercado e os custos de produção, como possibilidade de disseminação de novas tecnologias e de maiores preços para a leguminosa. Entendiam que, quanto mais organizados fossem, mais fortes seriam para reivindicar junto aos poderes públicos. Logo, argumentaram que esse fator era desfavorável em -0,28 e a controlabilidade seria por parte do governo (CG). Porém, só teriam força por meio de um sindicato ou cooperativa estruturada (ver Tabela 26).

4.4.7.3 Fator: Competência do líder

Todos os entrevistados afirmaram que eram necessários líderes que representassem cada elo de uma cadeia. Os entrevistados A e D disseram que conheciam alguns casos isolados de produtores com boas iniciativas, mas a falta de cultura de cooperativismo entre eles dificultava as ações de possíveis líderes na regional Planalto. Havia pessoas qualificadas para desempenhar essa função, mas se julgavam sem tempo para exercer esse papel.

Logo, os demais entrevistados contaram que desconheciam a existência de líderes na cadeia do feijão que representassem os produtores da agricultura familiar da regional em questão, acreditando que os agricultores familiares não eram adeptos a esse tipo de papel. Eles nunca tiravam tempo para pensar nas possibilidades do sistema como um todo. Quanto à sua percepção, esse fator foi avaliado como favorável em 0,06, muito próximo à neutralidade, uma vez que a maioria não pensava nessa possibilidade simplesmente pela falta de cooperativismo entre eles. Quanto à controlabilidade desse fator, era desempenhada pelo agricultor familiar (Tabela 26).

Em relação à avaliação dos subfatores Existência e atuação efetiva de sindicatos, esta foi de -0,51, Representantes de associações de classe, em 0,28, e competência do líder, em 0,06; o diretor Governança/coordenação da cadeia produtiva foi avaliado como

desfavorávelem 0,73, para a competitividade do feijão dessa cadeia, pois eles não utilizavam nenhum tipo de estratégia competitiva nessa direção (Tabela 26).

Esse desfavorecimento do direcionador Governança/coordenação da cadeia produtiva em questão já era claro para a comunidade acadêmica e empresarial e para os formuladores e gestores das políticas públicas. Inúmeros estudos comprovaram que a competitividade da cadeia produtiva oriunda da agricultura familiar somente poderia ser construída por meio de bases sustentáveis, as quais deveriam lançar mão da adoção de práticas que estimulassem a cooperação entre seus agentes econômicos (BATALHA; BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2005).

Tabela 26: Avaliação do direcionador: Governança/coordenação da cadeia produtiva.

Direcionador	Controlabilidade				Quantificação da Avaliação (PM*AM)	Peso (MF, F, N, MD)
	CF	CG	QC	I		
7. Governança/coordenação						
7.1. Existência e atuação efetiva de sindicatos	x				-0,51	D
7.2. Representatividade de associações de classe (Câmara setorial)	x				-0,28	D
7.3. Competência do líder	x				0,06	F
Total					-0,73	D

(CF): Fatores controláveis pelo governo; (CG): Fatores quase controláveis (QC) e Fatores incontroláveis por uma das partes ou por ambas (I); Peso médio vezes avaliação média (PM*AM); Fatores muito favoráveis (MF); Favoráveis (F); Neutro (N); desfavoráveis (D); e muito desfavoráveis (MD).

Fonte: Elaboração da autora.

4.4.8 Direcionador: Contrato

4.4.8.1 Fator: Sistema de contratos

O uso de contratos futuros como estratégia de gerenciamento de riscos dos preços na comercialização de feijão não existia na regional, uma vez que os entrevistados não possuíam muito conhecimento desse fator com relação ao feijão. Assim, a falta de conhecimento de sua existência para essa leguminosa os conduzia a uma avaliação favorável, com 0,06, próxima à neutralidade, e sua controlabilidade em relação a aderir ou não ao sistema de contratos se dá exclusivamente pelo agricultor familiar (ver Tabela 27).

4.4.8.2 Fator: Parcerias

O entrevistado C explicou que no sistema parceria era muito comum a presença dos *stakeholders*, ou seja, parceiros informais, os quais entravam e saíam da atividade dependendo da perspectiva do mercado. Na região eram representados, principalmente, pelos revendedores de insumos, supostos parceiros que possuíam conhecimento de quem eram os melhores produtores e de suas possíveis falhas, além de conhecimento técnico de como corrigi-las para obter mais produtividade.

Neste trabalho, o termo “parceria” foi entendido como uma estreita relação entre agricultores e fornecedores de insumos, sem que haja, contudo, um contrato formal estabelecendo as diretrizes do relacionamento, caracterizando-se por um comprometimento informal das partes. Do lado dos fornecedores de insumos, há o fornecimento de assistência técnica “gratuita”, a “compra antecipada” dos insumos indicados pelo técnico, periodicidade de visitas técnicas à lavoura, além da qualidade e da quantidade de insumos a serem utilizados. Por parte do produtor, a garantia se referia à fidelidade na compra desse fornecedor.

O entrevistado D, produtor, disse que sempre fazia parcerias com um representante de insumos, na qual ele entrava com o fator terra, trabalho e maquinário, enquanto a outra parte entrava com os insumos e eles dividiam a produção. Esse tipo de parceria era muito comum na regional.

A estratégia de parceria era positiva, na opinião de todos os entrevistados, e garantia a produção, a assistência técnica particular do início ao fim e, em alguns casos, até a comercialização da leguminosa.

O entrevistado F questionou a parceria entre assistência técnica e compra dos insumos por parte das revendedoras. Segundo ele, havia muitos casos, por parte dos técnicos, de “máfê”, em que eles prescreviam produtos e número de aplicações desnecessários, que comprometiam não só o lucro do produtor, mas também envolviam diretamente as questões ambientais, principalmente relacionadas à água.

Todavia, afirmaram que o ideal, para o produtor, seria não precisar das parcerias por questões financeiras e que os agricultores conseguissem produzir e comercializar sozinhos. Dessa maneira, o fator parcerias foi avaliado como favorável, em 0,43, e a controlabilidade como exclusivamente por parte do (AF). Esses dados podem ser visualizados na Tabela 27.

Resultados com relação ao favorecimento das parcerias, além da produção integrada de frango de corte, foram encontrados por Marques, Faria e Souza (2013), na microrregião de

Anápolis-GO, e por Silveira et al.(2015), na análise econômica dos diferentes sistemas de plantio de feijão em Água Fria-GO.

Para Wilkinson (2008), os novos formatos de parcerias e negócios no mesmo espaço econômico podem ser vistos como alternativas a economias de escala. Além disso, uma segunda questão tem conduzido a agricultura familiar em direção a mercados baseados na construção de novos valores, redes e instituições.

Certo e Peter (1993), Costa (2007) e Oliveira (2008) associam as parcerias com estratégias de crescimento, nas quais o objetivo é a busca pelo crescimento, o aumento das vendas, a maximização dos lucros, bem como a participação de mercado da empresa.

Conforme Costa (2007) e Oliveira (2008), as estratégias de alianças e parcerias podem ser entendidas como estratégia de desenvolvimento de capacidade, pois seus resultados podem conduzir a benefícios mútuos, como o caso dos produtores que não possuíam recursos financeiros para a produção e estabeleceram parcerias com revendedoras de insumos para atingirem o objetivo desejado: produzir bem e com qualidade.

4.4.8.3 Fator: Arrendamentos

O sistema de arrendamento ocorre quando o proprietário da terra a aluga temporariamente. De acordo com os dados de pesquisa, esse sistema de arrendamento normalmente não acontecia na regional pesquisada e, se ocorresse, o motivo era o proprietário não ter condições financeiras ou, na maioria das vezes, estar com problemas de saúde na família.

Quando acontecia por necessidade do (AF), os entrevistados julgaram ser favorável, em 0,76, sendo o arrendamento plausível caso apresentasse alguma das duas justificativas, pois ajudaria a família financeiramente. Assim, cabia a ele a decisão de escolher para quem arrendar, por quanto tempo e o valor (Tabela 27).

Após a análise dos subfatores Sistema de contrato, em 0,06, Sistema de parcerias, em 0,43, e Sistema de arrendamento, em 0,27, o direcionador Contrato foi avaliado como favorável, em 0,76, sendo ele competitivo à leguminosa em questão (ver Tabela 27).

Tabela 27: Avaliação do diretor: Contrato.

Direcionador	Controlabilidade				Quantificação da	Peso
	CF	CG	QC	I	avaliação (PM*AM)	(MF, F, N, D, MD)
8. Contratos						
8.1. Sistema de contratos	x				0,06	F
8.2. Sistema de parcerias	x				0,43	F
8.3. Sistema de arrendamento	x				0,27	F
Total					0,76	F

(CF): Fatores controláveis pelo governo; (CG): Fatores quase controláveis (QC) e Fatores incontroláveis por uma das partes ou por ambas (I); Peso médio vezes avaliação média (PM*AM); Fatores muito favoráveis (MF); Favoráveis (F); Neutro (N); desfavoráveis (D); e muito desfavoráveis (MD).

Fonte: Elaboração da autora.

4.4.9 Direcionador: Ambiente institucional

4.4.9.1 Fator: Crédito oficial (PRONAF) custeio

Segundo todos os entrevistados, um eficiente sistema de custeio era essencial para que ocorressem melhorias nesse processo de tomada de decisão. Logo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com sua linha de crédito, custeio, comercialização e investimento era de fundamental importância para o agricultor familiar, uma vez que propiciava recursos para o financiamento das despesas feitas em cada plantio, em cada safra ou ciclo de produção.

Os entrevistados B, C e D apontaram as seguintes dificuldades encontradas pelos produtores familiares:

- Elaboração de um projeto;
- Exigência de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP);
- Comprovações de que não há restrições cadastrais;
- Análise do histórico do agricultor;
- Capacidade gerencial, técnica e mão de obra da família;
- Risco de morte do tomador do financiamento;
- Existência de doenças;
- Excesso de dívidas;
- Capacidade de pagamento.

O entrevistado D – produtor – salientou que grande parte deles apontava o valor inicial como insuficiente para o pagamento dos custos de produção das propriedades e que seria conveniente uma adequação nos projetos de safra, prevendo o custo de produção e a liberação de uma porcentagem sobre este valor antecipadamente ou do total do montante, já que a liberação é demorada e acabava acontecendo apenas no meio da safra, elevando os custos produtivos.

Dessa forma, a estratégia utilizada por esses agricultores era, para não correrem o risco de terem o projeto recusado, recorrer à ajuda de técnicos. O entrevistado D apontou, também, um problema grave, pois quando eles tentavam acessar essa política de crédito sozinhos, os agentes bancários sempre tentavam demovê-los de realizar o custeio agrícola e induzi-los ao custeio para pecuária. Segundo ele, esses agentes argumentavam que este tinha aprovação mais rápida que aquele e era mais seguro, dentre outros motivos.

Conforme os entrevistados A, B e F, dentre os agentes financeiros o mais procurado era o Banco do Brasil, pois as taxas de juros eram muito interessantes e o prazo para pagar também. Bastava que o agricultor se organizasse que conseguiria pagar em dia, o que acontecia com a maioria dos produtores, que sempre recorriam a essa linha de crédito.

Alguns especialistas explicam que as políticas públicas são capazes de atuar nas estruturas da agricultura familiar. No caso das políticas de créditos, elas são de suma importância para a garantia de suas condições de desenvolvimento, das condições de apoio não só dentro da porteira, mas fora dela também, como as conexões de ofertas e demandas comerciais (ABRAMOVAY, 1998; MEDINA, 2014; WIGGINS, 2006; PLOEG; RENTING, 2000; SCHUMPETER, 1997).

Apesar das dificuldades expostas pelos entrevistados, esse fator foi apontado como favorável, em 0,11, no ambiente de crédito. Quanto à controlabilidade, esta ocorre por parte do governo (CG). Esses dados podem ser visualizados na Tabela 28.

4.4.9.2 Fator: Crédito Oficial (PRONAF) investimento

De acordo com os dados da pesquisa, todos os entrevistados apontaram que a linha de crédito para investimento do PRONAF era a mais procurada pelo agricultor familiar da regional. Segundo eles, o maior acesso a essa linha de crédito se dava pela oportunidade de ampliar e modernizar a infraestrutura de produção e serviços da propriedade.

Para Medina (2014), as políticas de crédito do PRONAF são de grande importância para os agricultores familiares, pois representam a promoção de tecnologias e competitividade no campo.

Já tendo apontado as dificuldades mais citadas pelos entrevistados anteriormente (ver item 4.4.9.1), ao explicar sobre o custeio, e sendo elas as mesmas para o investimento, a seguir se apontam as vantagens mais apregoadas por eles, a saber:

- Prazo de carência;
- Tempo para pagar;
- Juros baixos.

Desse modo, entende-se que os entrevistados desconheciam o endividamento por parte de agricultores familiares na regional. Quanto à avaliação, esta foi favorável, com 0,22, e a controlabilidade é específica por parte do governo (ver Tabela 28).

4.4.9.3 Fator: prazo para pagar

Segundo os entrevistados A, B e F, o prazo para pagar as linhas de crédito era muito bom e, em alguns casos, considerado até desnecessário. Assim, a estratégia mais utilizada pelos agricultores familiares era pagar assim que podiam, tendo a chance de recorrer a elas outras vezes. O entrevistado F comentou casos de agricultores que chegavam a esquecer a época de pagar as parcelas devido à extensão dos prazos.

Na opinião do entrevistado D, o prazo era bom, mas poderia ser melhor. Todavia, disso resultou que não houve nenhum caso, de conhecimento deles, em que o prazo para pagar tenha sido causa de endividamento do agricultor familiar em alguma das duas linhas de financiamento em questão. Ela foi apontada como favorável em 0,39 e controlável pelo governo e pelo agricultor familiar (ver Tabela 28).

As linhas de crédito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) visam garantir a disponibilidade de recursos financeiros para o investimento produtivo e o custeio do pequeno agricultor. Apesar do volume de crédito ser crescente, ainda está longe de ser suficiente para atender às reais necessidades desses agricultores (NANTES; SCARPELLI, 2001).

Resultados semelhantes quanto ao acesso ao crédito por parte dos respondentes, às condições de operacionalização e à baixa inadimplência foram encontrados por Marques, Farias e Souza (2013), na cadeia produtiva do frango na microrregião de Anápolis-GO.

Desse modo, o direcionador Ambiente institucional teve resultado de, após análise de seus fatores Crédito oficial (PRONAF), custeio, em 0,11, investimento, em 0,22, e prazo de carência, em 0,39, favorável, portanto, em 0,72, para a competitividade da leguminosa feijão, produzida e comercializada por agricultores familiares goianos (ver Tabela 28).

Tabela 28: Avaliação do direcionador: Ambiente institucional.

Direcionador	Controlabilidade			Quantificação da avaliação (PM*AM)	Peso (MF, F, N, D, MD)
	CF	CG	I		
9. Ambiente institucional					
9.1. Crédito oficial do governo (PRONAF) custeio		x		0,11	F
9.2. Crédito oficial do governo (PRONAF) investimento		x		0,22	F
Prazo de carência para pagar	x	x		0,39	F
Total				0,72	F

(CF): Fatores controláveis pelo governo; (CG): Fatores quase controláveis (QC) e Fatores incontroláveis por uma das partes ou por ambas (I); Peso médio vezes avaliação média (PM*AM); Fatores muito favoráveis (MF); Favoráveis (F); Neutro (N); desfavoráveis (D); e muito desfavoráveis (MD).

Fonte: Elaboração da autora.

4.4.10 Direcionador: Política de preço mínimo utilizada em Goiás

4.4.10.1 Fator: Estoque regulador via CONAB

Os entrevistados, agricultores familiares da regional em questão, não tinham o hábito de vender para o governo, pois sua estratégia de venda era vender na própria regional, apesar de a produção não ser suficiente para suprir a demanda desse mercado. Sendo assim, acreditavam que o estoque regulador via CONAB não atrapalhava a comercialização, principalmente pelo fato de o consumidor preferir o feijão novo.

O fator estoque regulador do governo foi avaliado como favorável, com 0,16, pela seguinte razão: se não encontrasse comprador com preço justo, ele tinha pelo menos a compra garantida por parte do governo com preço mínimo, e isso viabilizava economicamente a próxima safra. Com relação à controlabilidade do estoque regulador, ela era feita exclusivamente pelo governo via CONAB (ver Tabela 29).

4.4.10.2 Fator: Garantia do preço mínimo

Todos os entrevistados apontaram que a garantia de preço mínimo por parte do governo não influenciava nos preços comercializados na regional, uma vez que eles não comercializavam com a CONAB.

Segundo o entrevistado D, o preço mínimo pago pelo governo quase sempre era muito ruim. Todavia, em fevereiro de 2014, houve uma chamada da CONAB para a compra de vinte mil toneladas de feijão, negociada a R\$ 95,00 (noventa e cinco reais) a saca de sessenta quilos. Segue explicando que, por falta de informação sobre aquela chamada, em junho do mesmo ano comercializou parte de sua produção a R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) a saca, de mesmo peso, com um atacadista do estado do Tocantins, valor este que mal pagava os custos produtivos, uma vez que a safra em questão teve custo de R\$ 61,00 (sessenta e um reais) por saca.

Desse modo, esse fator foi apontado como favorável, em 0,27, e de controlabilidade por parte do governo (Tabela 28). Após, a análise dos subfatores Estoque do governo via Conab foi avaliada em 0,16 e a Garantia de preço mínimo em 0,27, o direcionador Política de preço mínimo utilizado em Goiás ficou em 0,42. Os dados podem ser visualizados na Tabela 29.

Tabela 29: Avaliação do direcionador: Política de preço mínimo utilizada em Goiás.

Direcionador	Controlabilidade				Quantificação da avaliação (PM*AM)	Peso (MF, F, N, D, MD)
	CF	CG	CG	I		
10. Política de preço mínimo						
10.1. Estoque do governo via CONAB		x			0,16	F
10.2. Garantia de preço mínimo		x			0,27	F
Total					0,42	F

(CF): Fatores controláveis pelo governo; (CG): Fatores quase controláveis (QC) e Fatores incontroláveis por uma das partes ou por ambas (I); Peso médio vezes avaliação média (PM*AM); Fatores muito favoráveis (MF); Favoráveis (F); Neutro (N); desfavoráveis (D); e muito desfavoráveis (MD)

Fonte: Elaboração da autora

4.4.11 Direcionador: Tributação

4.4.11.1 Fator: O sistema tributário em Goiás

Conforme os dados de campo, o sistema tributário em Goiás, em especial o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte

Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) para o feijão, atualmente entre 7% e 12%, é considerado muito alto. Esse valor limitava as possibilidades de negociação com outros estados, pois o maior concorrente do feijão goiano era o paranaense, cujo ICMS era de 1%.

O entrevistado B, representante de corretoras de feijão, argumentou que a incidência de tributos sobre esse produto na regional em questão era ainda pior, porque, se levassem o feijão para secar no Distrito Federal, por exemplo, pagariam impostos duas vezes maiores do que pagavam normalmente, um de entrada e outro de saída para a mesma mercadoria.

Estudos desenvolvidos por Batalha (2002) e Batalha e Ming (2003) apontavam a importância de uma legislação tributária ajustada à realidade dos agricultores familiares. Segundo os autores, o fator “tributos” possuía influência direta na questão formalidade das negociações e em sua competitividade. Esse fator estabelece a informalidade entre os elos das cadeias.

Nesse sentido, o fator sistema tributário para o feijão foi avaliado, em Goiás, como desfavorável, em -0,52, e sua controlabilidade se dá pelo governo (CG) (ver Tabela 30).

Resultados semelhantes ao desfavorecimento do sistema tributário ICMS foram encontrados por Meltz, Souza Filho e Meirelles (2011), na cadeia produtiva do frango do Mato Grosso; e por Machado, Wander e Figueiredo (2012), na competitividade da bovinocultura de corte no estado de Goiás.

4.4.11.2 Fator: Mercado informal

Para todos os entrevistados nesta pesquisa, normalmente o escoamento da produção do feijão oriundo da agricultura familiar, devido ao volume produzido, tendia a ir para o mercado informal, pois o(s) canal(is) de distribuição da leguminosa se dava(m), normalmente, na própria regional, para o consumidor final, intermediário, indústria, atacado e varejo, ou seja, o mercado informal. Logo, as produções consideradas maiores, quando comercializadas fora da regional, se destinavam ao mercado formal.

O argumento utilizado pelo entrevistado C foi o de que o preço no mercado físico informal era mais vantajoso para o agricultor familiar, pois sua produção era pequena e, caso eles fossem pagar todos os impostos cobrados pelo governo, sobraria muito pouco e, em determinados anos, poderiam até ter prejuízo, tornando a produção inviável. Desse modo, a estratégia utilizada era, na maioria das vezes, a comercialização no mercado informal.

Por outro lado, o entrevistado D, que era produtor, argumentou que vários agricultores familiares vendem no mercado formal, inclusive ele, pois a possibilidade de vender toda a safra para um único comprador era maior. A estratégia que ele utilizava era ir à feira do produtor em Planaltina-DF e localizar pessoas de outros estados interessadas no produto. Esses potenciais compradores sempre aproveitam a viagem de volta para seus estados de origem para novas negociações.

Ademais, esse mesmo entrevistado salientou que esse tipo de estratégia sempre funcionava e que, com isso, ele fazia novos clientes. Em 2013, comercializou oitocentas sacas de sessenta quilos com atacadista do estado de Rondônia que trazia farinha para negociar no Distrito Federal e aproveitava para levar outras mercadorias. A safra de 2014, que teve como produção 1.300 sacas de sessenta quilos, foi comercializada com atacadistas de Palmas-TO e Goiânia-GO.

Partindo do ponto de vista da viabilidade financeira por parte do produtor pela variável volume produzido, o fator mercado informal foi considerado favorável, com 0,48. Quanto à controlabilidade, esta foi apontada como incontrolável pelo governo e que o agricultor familiar, nesse caso o vendedor, deve decidir em qual mercado venderá a sua produção (Tabela 30).

Mediante as avaliações dos fatores, o direcionador tributação para feijão em Goiás diminuiu, substancialmente, a competitividade da leguminosa oriunda da agricultura familiar goiana junto a outros estados (ver Tabela 29), sendo ele desfavorável, com avaliação -0,04.

Resultados semelhantes quanto à venda de feijão pela agricultura familiar no mercado formal podem ser encontrados em Silveira et al. (2014) e Silveira et al. (2015). Quanto ao desfavorecimento do direcionador tributação, ele foi encontrado na Avaliação da competitividade da produção de carne de frango em Mato Grosso, por Meltz, Souza Filho e Meirelles (2011); na cadeia produtiva do Biodiesel no Brasil, por Cesar (2009); por Machado, Wander e Figueiredo (2012), na competitividade da bovinocultura de corte no estado de Goiás; por Batalha e Souza Filho (2009), analisando a competitividade de cadeias agroindustriais no Brasil.

Tabela 30: Avaliação do direcionador: Tributação.

Direcionador	Controlabilidade				Quantificação	Peso
	CF	CG	QC	I	(PM*AM)	(MF, F, N, D, MD)
11. Tributação						
11.1. Sistema tributário em Goiás	X				-0,52	D
11.2. Mercado informal				X	0,48	F
Total					-0,04	D

(CF): Fatores controláveis pelo governo; (CG): Fatores quase controláveis (QC) e Fatores incontroláveis por uma das partes ou por ambas (I); Peso médio vezes avaliação média (PM*AM); Fatores muito favoráveis (MF); Favoráveis (F); Neutro (N); desfavoráveis (D); e muito desfavoráveis (MD).

Fonte: Elaboração da autora.

4.4.12 Direcionador: Legislação sanitária, ambiental, inspeção e fiscalização

4.4.12.1 Fator: Questões sanitárias e fitossanitárias

De acordo com os dados apresentados por todos os entrevistados, uma legislação sanitária e fitossanitária era de fundamental importância em todas as cadeias. No entanto, para o feijão, a questão foi colocada, na regional, como de extrema importância, porque ela estava determinada pela Instrução normativa (02/2014) do Ministério da Agricultura ao vazio sanitário para plantação de feijão no período de 20 de setembro a 20 de outubro, com prazo indeterminado, cujo objetivo era diminuir o ciclo da mosca branca e a proliferação de doenças (vírus mosaico dourado).

Segundo os técnicos A e E, a Agência Goiana de Defesa Agropecuária (AGRODEFESA) tentava fiscalizar e controlar, mas eram inúmeras as propriedades e o quadro de fiscais era muito pequeno, o que dificultava a fiscalização. Contudo, quando havia algum caso de desrespeito e denúncia a fiscalização acontecia.

Para os entrevistados A, D, E e F, a determinação do vazio sanitário era do conhecimento da maioria dos produtores de feijão, salvo alguns muito pequenos, que plantavam apenas por acaso, principalmente o agricultor familiar, que tinha forte ligação com as chuvas. Conforme o entrevistado A, o agricultor familiar preferia arriscar, muitas vezes, o ataque de pragas a perder a possibilidade de aproveitar as primeiras chuvas. Logo, se ele acreditasse que continuaria a chover, plantaria mesmo diante dos riscos.

O entrevistado A explica que esse descumprimento conduzia a surtos não só da mosca branca, mas também de várias outras pragas, tais como: *Helicoverpa armigera*, lagarta e mariposa, que infestavam plantações de soja, milho e algodão e acabavam se espalhando pelo

feijão. Esse descumprimento, para ele, não acontecia só em Goiás, mas também em Minas Gerais e Bahia.

Segundo esse entrevistado, os surtos de pragas e doenças conduziam ao uso exagerado de agrotóxicos, pois não havia orientações técnicas da regional. Ele apontou como exemplo desse tipo de caso a legislação sanitária vigente, a qual colocou em prática a regulamentação sobre o uso da metodologia de garantia e controle de qualidade dos alimentos baseado no modelo APPCC (Análise de Perigos em Pontos Críticos de Controle).

A avaliação do fator questões sanitárias e fitossanitárias, apesar do descumprimento de alguns, foi considerada como favorável em 0,22 e a controlabilidade como sendo por parte do (AF). Apesar de a AGRODEFESA ser atuante na região, eles tinham conhecimento de que era quase impossível o controle total. Por isso, lançavam mão da estratégia de denunciar os produtores que desobedeciam as normas, uma vez que eles colocavam todas as plantações em risco (ver Tabela 31).

De acordo com Batalha e Souza Filho (2009), uma eficiente fiscalização do sistema de inspeção federal conduziria os elos da cadeia a uma estrutura mais forte e confiável, fazendo com que as possibilidades de negócios aumentassem e elevando o nível de sua competitividade. Batalha (2002); Farina e Zylbersztajn, (1997); Batalha e Ming (2003) apontam, em seus estudos, os fatores da legislação (fiscal, sanitária, ambiental e trabalhista) como um dos principais entraves à competitividade.

4.4.12.2 Fator: Questões ambientais

Os entrevistados A, C e F explicaram que havia preocupações ambientais por parte dos agricultores familiares e que nisso eles ainda deixavam muito a desejar. No entanto, o fato de se preocuparem poderia inclusive parecer pouco, mas já era um avanço. As estratégias mais comuns com relação às questões ambientais diziam respeito a não utilizarem queimadas dos restos das lavouras: a maioria fazia rotação de cultura e procurava utilizar o sistema de plantio direto quando possível. Esse último item era usado visando a redução dos custos dos insumos, que eram os fatores limitantes, já que implicavam em investimentos de capital. Todavia, já era uma prática conservacionista, com base numa melhor relação com o meio ambiente.

Os entrevistados A e D levantaram a questão do possível uso demasiado de agrotóxicos na regional, principalmente em plantações de soja. Normalmente, os plantadores de soja arrendavam terras na regional e procuravam explorar ao máximo o potencial oferecido por elas. De acordo com o entrevistado A, esse uso indiscriminado estava acabando com toda

a riqueza de fauna e flora da região, sem contar com as imensas erosões que se espalhavam por toda a regional e eram causadas pelo desmatamento e pelo desrespeito ao meio ambiente. As erosões já se encontravam em um nível preocupante, atraindo a atenção até mesmo dos governantes, pois os impactos ambientais causados já eram enormes e, provavelmente, irreversíveis.

O fator Questões ambientais foi avaliado como neutro (0,00). Todavia, diante dos argumentos expressos, ele possui tendência ao desfavorecimento, pois foi colocado pelos entrevistados que a degradação dos recursos naturais e a poluição ambiental na regional têm aumentado dia a dia. Quanto a sua controlabilidade, ela foi apontada como do agricultor familiar (Tabela 31).

No entanto, o diretorLegislação sanitária, ambiental, inspeção e fiscalização foi apontado como favorável em 0,22para a competitividade da leguminosa em questão, apontando problemas com o fator Questões ambientais, pois foi considerado neutro (verTabela 31).

Resultado semelhante em relaçãoà preocupação com a degradação ambiental como uma das principais ameaças à biodiversidade foi encontrado por Silveira et al. (2015), em análise econômica dos sistemas de plantio direto e convencional em Água Fria-GO; por Alves e Wander (2010), na competitividade da produção de cana-de-açúcar no Cerrado goiano, em que se identificou a preocupação relacionada a questões ambientais por parte dos produtores de cana; por Marques, Faria e Souza (2012), na cadeia produtiva do frango na microrregião de Anápolis-GO, o qual encontrou resultados negativos relacionados a esse diretorreferentes às questões sanitárias e ambientais com possibilidades de substituição de pequenos produtores por produtores maiores e com capacidade operacional compatível às exigências da cadeia produtiva em questão.

Para Batalha et al. (2005), os estudos precisavam ser conduzidos no sentido de que essas legislações pudessem, na medida do possível, serem adaptadas à realidade dos pequenos produtores rurais, uma vez que o pequeno agricultor não possuía recursos materiais e nem financeiros para se enquadrar a essas exigências que lhe foram impostas, normalmente as mesmas demandadas a uma indústria de grande porte.

Tabela 31: Avaliação do direcionador: Legislação sanitária, ambiental, inspeção e fiscalização.

12. Legislação sanitária, ambiental, inspeção e fiscalização	Controlabilidade				Quantificação da avaliação	Peso
	CF	CG	QC	I	(PM*AM)	(MF, F, N, D, MD)
12.1 Questões sanitárias e fitossanitárias	x				0,22	F
12.2. Questões ambientais	x				0,00	N
Total					0,22	F

(CF): Fatores controláveis pelo governo; (CG): Fatores quase controláveis (QC) e Fatores incontroláveis por uma das partes ou por ambas (I); Peso médio vezes avaliação média (PM*AM); Fatores muito favoráveis (MF); Favoráveis (F); Neutro (N); desfavoráveis (D); e muito desfavoráveis (MD).

Fonte: Elaboração da autora.

4.5 AVALIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE ATUAL DA CADEIA DO FEIJÃO QUE TEM A PRODUÇÃO FAMILIAR COMO PONTO DE PARTIDA EM GOIÁS

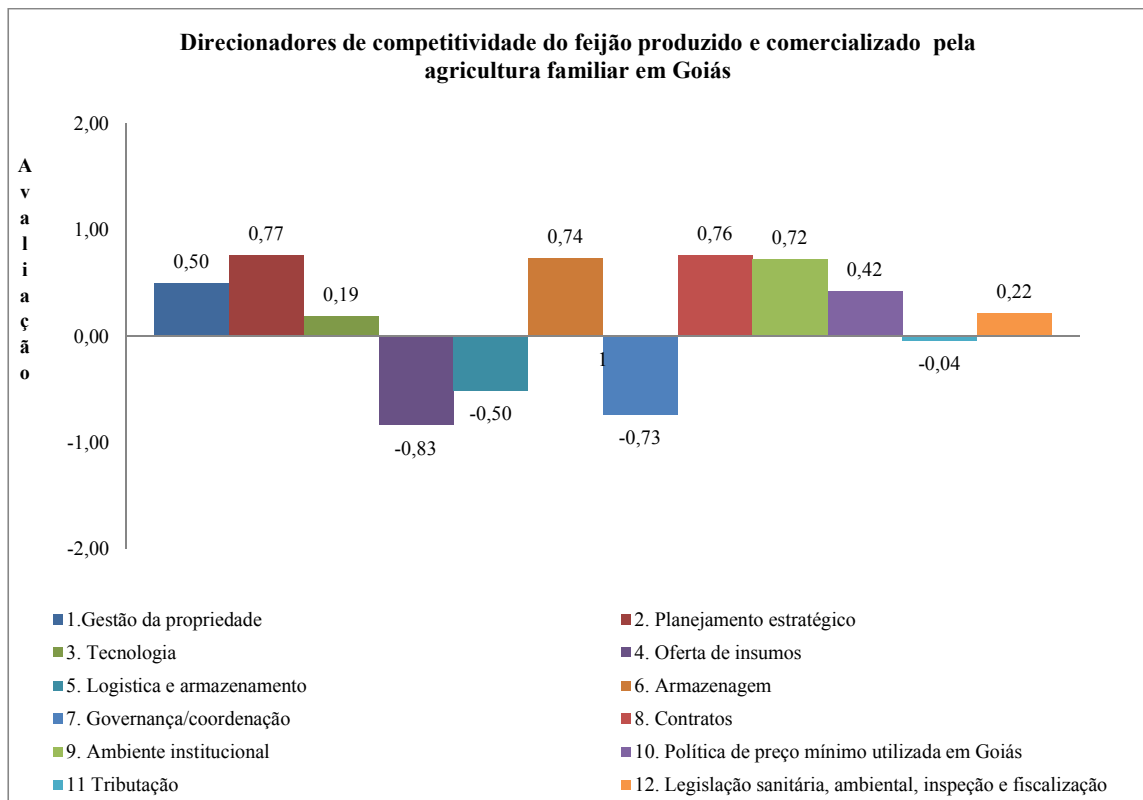
Diante de todos os problemas expostos no decorrer da análise dos resultados desta pesquisa, dentre os doze direcionadores analisados foram identificados direcionadores positivos e negativos à competitividade do produto em questão. Logo, a soma dos níveis de favorecimento de todos os seus doze direcionadores, divididos pelo seu total, gerou uma média ponderada, a qual representou um índice de competitividade de 0,18. Esse índice, de acordo com a escala Likert, demonstrou ser favorável com tendência à neutralidade competitiva dessa cadeia (ver Figura 9).

Dentre os doze direcionadores analisados, percebeu-se que a cadeia produtiva do feijão pela agricultura familiar possuía, à época da coleta de dados, sua competitividade influenciada favoravelmente no elo de produção apresentado nos indicadores: gestão da propriedade, planejamento estratégico, armazenagem, contratos e ambiente institucional, tecnologia, política de preço mínimo, legislação sanitária e fitossanitária, ambiental, inspeção e fiscalização. No entanto, desses oito direcionadores, os de controle da família receberam avaliações melhores. Os três últimos, sendo o fator tecnologia apontado como quase controlável pelo governo e os dois últimos como controlados somente pelo governo, apresentaram tendência à neutralidade.

Por outro lado, quatro direcionadores foram desfavoráveis: dois no elo “antes da porteira” e dois no elo “depois da porteira”, a saber: oferta de insumos, logística, governança/coordenação da cadeia e tributação. O direcionador tributação, apontado como de controle do governo, mostrou um nível de desfavorecimento pequeno, ou seja, com tendência à neutralidade. Contudo, os três primeiros direcionadores desfavoráveis, os quais foram

colocados como de controle do governo e incontroláveis, abordam problemas graves e requerem ações de alta prioridade tanto dos agentes da cadeia analisada como de instituições de apoio privadas e públicas nas três esferas do poder: municipal, estadual e federal. Todavia, trabalhos de Pinheiro Moreira e Horta (1992), a controlabilidade pode resultar em ambiguidade (ver Figura 9).

Figura 9: Gráfico de avaliação dos direcionadores de competitividade do feijão oriundo da agricultura familiar goiana.



Fonte: Elaboração da autora.

O gráfico da avaliação da percepção dos entrevistados sobre os direcionadores de competitividade atual da cadeia do feijão que tem a produção e a comercialização familiar como ponto de partida em Goiás apresentou que a competitividade do elo produção é afetada negativamente pelos direcionadores oferta de insumos, logística, governança/coordenação. Quanto ao ambiente institucional, contratos e armazenagem para produção foram considerados favoráveis.

No elo comercialização, os direcionadores planejamento estratégico e armazenagem foram apontados como favoráveis para esses agricultores familiares, pois estão entre as quatro maiores notas diante da percepção dos agentes-chave entrevistados nesta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação foi abordada a questão da competitividade do feijão produzido e comercializado pela agricultura familiar em Goiás, com a finalidade de oferecer subsídios para comprovar que a produção destinada ao autoconsumo e à comercialização, ou a ambas, possuía grande importância socioeconômica para a agricultura familiar goiana.

Contudo, a importância econômica e a viabilidade da cadeia produtiva do feijão no estado de Goiás evidenciam-se, também, pelo fato de o universo de entrevistados perceber que a atividade era lucrativa e que tinham uma parcela de mercado correspondente ao tamanho da produção. Porém, essa inferência ocorria apenas para aqueles que visualizavam a produção para fins comerciais, ou seja, aqueles que utilizavam estratégias de negócio para comercializar tal produção. Esse dado também podia ser apontado como fator de permanência dos agentes no desempenho das atividades ligadas à cadeia produtiva estudada.

Quanto ao objetivo geral deste trabalho, buscou-se descrever a cadeia produtiva de feijão oriunda da agricultura familiar e avaliar a competitividade atual da produção e comercialização da leguminosa por esses produtores frente ao mercado da leguminosa em Goiás.

O estudo de campo, realizado mediante entrevista e aplicação de questionários com agentes-chave nos diversos segmentos dessa cadeia, apontou dados suficientes e necessários para a formulação desse novo cenário de produção e comercialização de feijão em Goiás. Esses dados foram de fundamental importância para o entendimento a respeito desse novo cenário que foi objeto de pesquisa, possibilitando fazer inferências que alicerçaram a consecução dos objetivos específicos citados, bem como a avaliação da hipótese levantada.

Em relação aos objetivos específicos, o primeiro foi identificar os municípios produtores de feijão pela agricultura familiar e, por meio de levantamento por dados secundários, chegou-se a 246 municípios goianos, dos quais 143 produziam feijão, estimando-se um total de 2.288 produtores em regime de agricultura familiar. Ainda, o feijão de cor era produzido por 1.549 agricultores familiares, 646 produziam feijão-caupi e 93 opreto. No entanto, é importante ressaltar que a pesquisa também apontou que os dados secundários se encontravam defasados quando se analisava o novo cenário de produção da leguminosa no estado de Goiás.

O segundo objetivo específico foi o mapeamento da cadeia produtiva do feijão das regiões produtoras no estado de Goiás, referentes ao objeto de pesquisa, que, igualmente, foi feito de forma satisfatória, o que configura seu cumprimento, possível por informações oficiais.

Logo, esse mapeamento das regiões seguiu critérios de divisão da EMATER-GO e essa divisão possibilitou a identificação das regiões com maior número de produtores e com mais produtividade da leguminosa.

Por último, a avaliação da competitividade atual da cadeia do feijão que tem a produção familiar como ponto de partida em Goiás também foi um dos objetivos específicos alcançado. Nele foram analisados os direcionadores utilizados pelos agricultores familiares, embasados por estratégias que os conduziam à competição na escala empresarial da leguminosa do tipo feijão.

Quanto à hipótese básica levantada de que os direcionadores de utilizados pela agricultura familiar eram frágeis para proporcionar a competitividade necessária aos agricultores familiares: pode-se afirmar que ela é verdadeira, pois no estudo de campo foram identificadas várias dessas estratégias, comprovadas por diversos autores especialistas no assunto no decorrer da análise dos resultados, tais como:

- Estratégia de confronto de informações com relação ao ambiente interno e externo para uma boa gestão da propriedade.
- Estratégia para amenizar o risco quanto à flutuação dos preços recebidos e o risco de perdas da safra, como a venda de toda a produção no momento pós-colheita.
- Estratégia de desenvolvimento, de estabilidade, de mercados alternativos e de mais participação de mercado por meio, por exemplo, do sistema de interplântio polivarietal.
- Estratégias funcionais e de diminuição do risco:
 - a) plantar variedades que requeiram baixo tempo de uso do solo para a produção;
 - b) plantar variedades que não apresentem sazonalidade de preço, de demanda e, tampouco, de produção;
- Estratégia de desenvolvimento financeiro e de lucratividade: plantar as variedades que apresentavam melhor preço para venda.
- Estratégias funcionais e de manutenção, atendendo determinados nichos de mercado.
- Estratégias funcionais, como:
 - a) plantar sementes de procedência idônea, mais resistentes a pragas e a doenças e que apresentam mais tempo de prateleira, com vistas a obter um melhor padrão de qualidade;
 - b) manter a área para produção e diminuir os insumos por hectare, de maneira a produzir observando os preços dos insumos;
 - c) vender a produção na própria regional, de forma a compensar as vias de transporte ruins;
 - d) comprar de revendedoras de menor porte e mais preços na própria regional;
 - e) vender a produção logo após a colheita, para economizar armazenagem e tempo;

- f) governar/coordenar a cadeia de produção, mas sem estratégia definida;
 - g) realizar alianças/parcerias para a produção, utilizando-se de economia de escala, crescimento e desenvolvimento de capacidade;
 - h) vender toda a safra na regional para que não necessitassem vender para o governo ao preço mínimo;
 - i) denunciar os produtores que desobedeciam as normas sanitárias e fitossanitárias.
- Estratégia de estabilidade: a estratégia para uma boa reputação na produção e comercialização de feijão, o caso da frequência das transações comerciais, como o da venda no mercado formal.
 - Estratégia de produção:
 - a) explorar ao máximo a mão de obra temporária;
 - b) recorrer a orientações técnicas particulares para a produção de feijão ou, não sendo possível pagar por essas orientações técnicas, o agricultor familiar cultivava com base naquilo que ele acreditava ser o modo correto;
 - Estratégia financeira e de produção: o caso da mão de obra familiar como custo, a qual era remunerada com outras compensações.
 - Estratégias funcionais, financeiras, de desenvolvimento e/ou de manutenção, como a utilizada no ambiente institucional para acessar as linhas de créditos, recorrendo à ajuda de técnicos para tal.
 - Estratégias financeiras: pagar as parcelas do financiamento assim que possível, sem deixar atrasar.
 - Estratégia de sobrevivência: vender a produção de feijão no mercado informal.
 - Estratégia de produção, financeira e de desenvolvimento de capacidade: não queimar restos das lavouras, fazer rotação de cultura e procurar utilizar o sistema de plantio direto quando possível.

Quanto ao problema de pesquisa levantado por este estudo, preocupava-se em responder à seguinte indagação: “Os direcionadores adotados pelos agricultores familiares goianos produtores de feijão para fins comerciais abarcam estratégias competitivas frente ao mercado?”.

A resposta para tal questionamento confirma a hipótese levantada, pois as informações resultantes desta pesquisa ofereceram indícios de que a cadeia produtiva do feijão oriundo da agricultura familiar, no âmbito do estado de Goiás, considerou que os direcionadores utilizados

por esses produtores goianos abarcavam estratégias que os conduziam à competitividade no mercado.

Vale, no entanto, ressaltar que o nível de favorecimento da competição desses agricultores frente ao mercado foi considerado pela metodologia de Van Duren et al. (1991) como muito baixo, próxima à neutralidade dessa competição, uma vez que os direcionadores utilizados por esses agricultores familiares produtores de feijão para fins comerciais continham fatores considerados frágeis. Requerem, portanto, atenção especial.

Diante do exposto, compreende-se que os propósitos desta pesquisa foram alcançados. Todavia, era necessário salientar que ela não teve a pretensão de esgotar todas as possibilidades de discussão acerca do objeto de estudo escolhido, visto que os aspectos relativos à gestão e à competitividade da cadeia produtiva do feijão oriundo da agricultura familiar constituem um amplo e fértil campo de análise, repleto de questionamentos que poderiam ser investigados sob outros aspectos em trabalhos correlatos. Como contribuição teórica, verificou-se que o método proposto para a análise de competitividade das cadeias produtivas de Van Duren et al. (1991) mostrou-se adequado para a análise da competitividade da cadeia produtiva do feijão oriundo da agricultura familiar, podendo ser adotado em trabalhos semelhantes.

LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Quanto às limitações do estudo, elas podem surgir devido a diferentes fatores, como metodologia utilizada, características da amostra, base teórica utilizada, tratamento adotado, tempo e recursos financeiros etc. Para Creswell (1994), a limitação indica uma fragilidade potencial da investigação.

Neste estudo, algumas limitações podem ser destacadas: a limitação do estudo quanto aos recursos financeiros devido à logística entre os municípios das duas regionais pesquisadas; a disponibilidade dos entrevistados.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial. In: **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Editora Hucitec/Editora da Unicamp, 1998.

ABRAMOVAY, R.; ELI DA VEIGA, J. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília, abril de 1999. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11058/2617>. Acesso em: 23 maio 2015.

ALVARENGA, A.C; NOVAES, A. G. N. **Logística aplicada: suprimento e distribuição física**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1994.

ALMEIDA, M.I.R. de. **Manual de planejamento estratégico: desenvolvendo um plano estratégico com a utilização de planilhas Excel**. São Paulo: Atlas, 2010.

ALMEIDA, P. R. V. **Análise da competitividade potencial da cadeia exportadora de feijões brasileira**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos, Goiânia, 2012.

ALVES, N.C.G.F.; WANDER, A.E. Competitividade da produção de cana-de-açúcar no Cerrado goiano. **Informações Econômicas**, v.40, p.5-17, 2010.

ANDRADE JÚNIOR, A. S. **Viabilidade da irrigação, sob risco climático e econômico, nas microrregiões de Teresina e Litoral Piauiense**. 2000. 566f. Tese (Doutorado) –Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2000.

ANSOFF, I. **Estratégia empresarial**. São Paulo: McGraw-hill, 1977.

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios**. São Paulo: Atlas, 2003.

ASSUNÇÃO, P.E.V.; WANDER, A.E. Competitividade do sistema agroindustrial do feijão-comum no Estado de Goiás. **Scientia Plena**, v. 10, n.7, 2014. Disponível em: <http://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/1787/1008>. Acesso em: 15 jan.2015.

BACKER, P. de. **Gestão ambiental: a administração verde**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

BATALHA, M. O. **A maricultura no estado de São Paulo**. v. 1. São Paulo: SEBRAE SP, 2002. Disponível em: <http://www.sidalc.net/cgi-bin/wxis.exe/?IsisScript=AGB.xis&method=post&formato=2&cantidad=1&expresion=mfn=227673>. Acesso em: jan. 2015.

BATALHA, M.O.; BUAINAIN, A.; SOUZA FILHO, H.M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H.; BATALHA, M. **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos, EDUFSCAR, 2005. Disponível

em:<http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/Tecnologia%20de%20Gest%C3%A3o%20e%20Agricultura%20Familiar.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2015.

BATALHA, M. O.; MING, L. C. **Plantas medicinais e aromáticas**: um estudo de Competitividade no estado de São Paulo. v. 1. São Paulo: SEBRAE SP, 2003.

BATALHA, M. O.; SCARPELLI, M. Gestão da cadeia agroindustrial. In: Workshop o Agronegócio na Sociedade da Informação, 2002, Brasília. **Anais do Workshop O agronegócio na sociedade da informação**. Brasília DF: Programa Sociedade da Informação - MCT, 2002.

BATALHA, M. O.; SILVA, A. L. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições e correntes metodológicas. In: BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão agroindustrial**. v. 1. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. p. 23-63.

BATALHA, M. O.; SOUZA FILHO, H. M. Analisando a competitividade de cadeias agroindustriais: uma proposição metodológica. In: _____ (Org.). **Agronegócio no MERCOSUL**: uma agenda para o desenvolvimento. São Paulo: Atlas, 2009.

BATALHA, M. O.; SPROESSER, R. L. Quality labels for food products: an option for differentiation in the Brazilian agribusiness. In: PALOMAR, A. A. et al. (Org.). **Competitive growth in the global environment**. v. 5. Madrid: [s.n], 2002.

BATALHA, M. O. et al. Agricultura familiar e tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos. In: **CONGRESSO da Sober**, v. 42, p. 1-20. Disponível em:<http://www.researchgate.net/publication/266244829>. Acesso em: 28 jul. 2015.

BODINI, V. L. **Uso da análise estrutural prospectiva para a identificação de fatores condicionante da competitividade na Agroindústria Brasileira**. 2001. 163f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

BORÉM, A.; CARNEIRO, J. E. S. A cultura. In: VIEIRA, C.; PAULA JÚNIOR, T. J.; BORÉM, A. **Feijão**. 2. ed. atual. e ampl. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2006. p. 13-18.

BRANDENBURG, A. Sócio-ambientalismo e novos atores na agricultura. In: CALZAVARA, O.; LIMA, R. de O. (Org.). **Brasil rural contemporâneo**: estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão. Londrina: Eduel, 2004.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 12, de 28 de março de 2008. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 de março de 2008. Seção 1, p. 11-14.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979. Altera o disposto nos artigos 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Seção 1, p. 18673, 11 dez. 1979.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Diário Oficial**

[da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção 1, v. 131, n. 38, p. 2349-2351, 26 fev. 1993.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, 25/07/2006. Disponível em: www.pronaf.gov.br. Acesso em: 24 out. 2013.

BUAINAIN A. M.; SOUZA FILHO, H.M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: BUAINAIN, A. M. (Coord.). **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

CALLADO, A. A. C. (Org.). **Agronegócio**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CALLADO, A. A. C.; MORAES FILHO, R. A. de. Gestão empresarial no Agronegócio. In: CALLADO, A. A. C. (Org.). **Agronegócio**. São Paulo: Atlas, 2011.

CAMPANHOLA, C; VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v. 18, n. 3, set./dez. 2001.

CARBONELL, S.A.M.; POMPEU, A.S. Estabilidade fenotípica de linhagens de feijoeiro em três épocas de plantio no Estado de São Paulo. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v.35, n.2, p.321-329, 2000.

CERTO, S.C.; PETER, J.P. **Administração estratégica: planejamento e implementação da estratégia**. São Paulo: MAKRON Books, 1993.

CERVEIRA, R; CASTRO, M. C. Consumidores de produtos orgânicos da cidade de São Paulo: características de um padrão de consumo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 29, n. 12, p. 7-20, 1999.

CÉSAR, A. S. **Análise dos direcionadores de competitividade da cadeia produtiva de biodiesel: o caso da mamona**. 2009. 171 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)-Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

COLENGUI, V. M. **O & M e Qualidade Total: uma integração perfeita**. 3. ed. Uberaba: Ed. V. M. Colengui, 2007.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento de safra brasileira: grãos, quarto levantamento, janeiro 2010**. Brasília: Conab, 2010. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/3graos_09.12.pdf>. Acesso em: 19 jun.2015.

_____. **Acompanhamento da safra brasileira – Grãos, Safra 2013/2014**. Brasília: CONAB, fev. 2014b (5º Levantamento). **CONAB. Feijão total (1ª, 2ª e 3ª safra) – Brasil**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 27 set. 2014.

_____. **Custos de produção agrícola:** a metodologia da Conab. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/custos.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2014.

_____. Levantamento de Passagem/**Oferta e demanda nacional de feijão.** Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_05_10_08_49_52_boletim_maio_2012.pdf. Acesso em: 7 mar. 2015.

_____. **Perspectivas para a agropecuária.**v.2. Brasília: Conab, 2014a. p. 1-155. Disponível em: < <http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 6 mar. 2015.

COSTA, E.A.da. **Gestão estratégica:** Da empresa que temos para a empresa que queremos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

COSTA, F. O investimento camponês: considerações teóricas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 83-100, 1995.

CRESWELL, J.W. **Research design:** qualitative & quantitative approaches. Thousand Oaks: Sage, 1994.

DA VEIGA, J.E. **Desenvolvimento sustentável:** o desafio do século XXI. São Paulo: Editora Garamond, 2005.

DULLEY, R. D.; SILVA, V.; ANDRADE, J. P. S. Estrutura produtiva e adequação ao sistema de produção orgânico. **Informações Econômicas**. São Paulo, v. 33, n. 11, nov. 2003.

EMATER, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Histórico EMATER.** Disponível em: <http://www.emater.go.gov.br/w/409>. Acesso em: fev. 2014.

EMBRAPA ARROZ E FEIJÃO. **Informações técnicas/Socioeconomia.** 2012. Disponível em: <<http://www.cnpaf.embrapa.br/socioeconomia/index.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

_____. **Sistemas de Produção**, 2. jan. 2003. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Feijao/CultivodoFeijoeiro/>. Acesso em: 26 maio. 2015.

ESRI - *Environmental Systems Resource Institute*. **ArcMap 10.1. 2015.** Disponível em: <https://www.esri.com>. Acesso em: 3 jun. 2015.

FAO, *Food and Agriculture Organization of the United Nations*. **Production Yearbook.** v. 53. Roma: FAO, 1999. Disponível em: <http://www.amazon.co.uk/Food-Agriculture-Organization-Yearbook-v-53/dp/9250045204>. Acesso em: 15 jan. 2015.

FARINA, E. M. M. Q. Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais: um ensaio conceitual. **Revista Gestão e Produção**, v. 6, n. 3, 1999.

_____; ZYLBERSZTAJN, Decio. **Deregulation, chain differentiation and the role of government.** In: FIRST BRAZILIAN WORKSHOP ON AGRICULTURE CHAIN MANAGEMENT. 1997. Disponível em: http://www.researchgate.net/profile/Decio_Zylbersztajn/publication/237432659_DEREGUL

ATION_CHAIN_DIFFERENTIATION_AND_THE_ROLE_OF_GOVERNMENT/links/0deec537a1eb54064b000000.pdf. Acesso em: 28 jul. 2015.

FERRAZ, J.C.; KUPFER, D.; HAGUENAUER, L. **Made in Brazil**: desafios competitivos para a indústria. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FISCHMANN, A.A; ALMEIDA, M. I.R. de. **Planejamento estratégico na prática**. São Paulo: Atlas, 1991.

FRANÇA, C.G. de; DEL GROSSI, M.E.; MARQUES, V.P.M. de A. (Ed.). **O Censo Agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília, DF: MDA, 2009. Disponível em: <http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/agro/dwn/CensoAgropecuario.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2014.

FREIRE FILHO, F. R.; RIBEIRO, V. Q.; SANTOS, A. A. Cultivares de caupi para região Meio-Norte do Brasil. In: CARDOSO, M. J. (Org.). **A cultura do feijão caupi no Meio-Norte do Brasil**. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2000. p. 67-88. (Embrapa Meio-Norte. Circular Técnica, 28). Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/39360/1/Producaomelhoramento.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2013.

FREIRE FILHO, F.R. et al. **Produção, melhoramento genético e potencialidades do feijão-caupi no Brasil**. IV Reunião de Biofortificação. Teresina, Piauí, 2011. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/897440/1/Producaomelhoramento.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2015.

FROTA, K. M. G. et al. Cholesterol-lowering properties of whole cowpea seed and its protein isolate in hamsters. **Journal of Food Science**, Chicago, v. 73, n. 9, p. H235-H240, nov./dez. 2014.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUILHOTO J.J.M. et al. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus Estados. In: **35º Anais do Encontro Nacional de Economia**; 2007. Recife, Brasil [Internet]. Recife: ANPEC, 2007 [citado 2010, jan 18]. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A089.pdf>. Acesso em: jan.2015.

HOFFMANN, R. **Estatística para economistas**. 3.ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

HURTIENNE, T. P. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 1, p. 19-71, jun. 2005. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/47/42>. Acesso em: jan. 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006a**. Número de estabelecimentos agropecuários, quantidade produzida, área colhida e valor da produção

pela agricultura familiar e não familiar e tipo de produção. Disponível em:
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=949>. Acesso em: 21 jan. 2014.

_____. **Censo Agropecuário 2006b**. Agricultura Familiar. Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Disponível em:
<http://ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/apresentacao.shtm. Acesso em: 22 jan. 2015.

_____. **Levantamento sistemático da produção agrícola 2010**. Disponível em:
<<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

IEA - Instituto de Economia agrícola. **Preço recebido pelo feijão**. Disponível em:
<http://www.iea.sp.gov.br/out/bancodedados.html>. Acesso em: 27 maio. 2015.

INCRA. Instrução Especial/INCRA nº 20, de 28 de maio de 1980. Estabelece o módulo fiscal de cada município, previsto no Decreto nº 84.685 de 06 de maio de 1980. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Seção 1, p. 11606, 12 jun. 1980. Disponível em:<http://www.incra.gov.br/>. Acesso em: jan. 2014.

JENKS, G. F. The data model concept in statistical **Mapping, International Yearbook of Cartography**, n. 7, p. 186-190. 1967.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia internacional: teoria e política**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1999.

KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (Org). **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

LIKERT, R. **A technique for the measurement of attitudes**. *Archives of Psychology*, New York, Vol. 22, Issue 140, pp. 1-55, 1932.

LIMA, D. M. A. de; WILKINSON, J. (Org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002.

LOURENZANI, W. **Modelo dinâmico para a gestão integrada da agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

LOURENZANI, W. L.; BANKUTI F. I., SOUZA FILHO, H. M. **Farm management: a systemic approach**. Documento preliminar para discussão. GEPAI/DEP/UFSCar: Mimeo, 2003. Disponível em:http://www.researchgate.net/profile/Ferenc_Bankuti/publication/268049715_MANAGEMENT_OF_THE_RURAL_FIRM_-_A_SYSTEMIC_APPROACH/links/54b843d40cf2c27adc48ae0e.pdf. Acesso em: 24 maio. 2015.

MACHADO, G.R.; WANDER, A.E.; FIGUEIREDO, R.S. Competitividade da bovinocultura de corte no estado de Goiás. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 42, n. 6, nov./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scienciaplena.org.br/sp/article/view/1787>. Acesso em: jun. 2014.

MAIA, C. M.; FILIPPI, E.; RIEDL, M. Território, ruralidade e desenvolvimento regional. **Revista Gestão do Desenvolvimento Regional**, v. 5, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/viewArticle/189>. Acesso em: 24 maio. 2015.

MAÑAS, A. V. Inovação e competitividade: um enfoque na qualidade. In: OLIVEIRA, O. J. (Org.). **Gestão da qualidade: tópicos avançados**. 1. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

MAPA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Importação e exportação de feijão no Brasil**. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/feijao>. Acesso em: 8 jun. 2015.

_____. **Perfil do feijão no Brasil**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/feijao/saiba-mais>. Acesso em: 21 mar. 2015.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____; _____. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**; 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MARQUES, I.C.; FARIA, S.S.; SOUZA, E. M. S. de. Produção integrada de frango de corte: uma análise descritiva do modelo de gestão adotado por produtores da microrregião de Anápolis-GO. **Administra-Ação**, n. 6, p. 96-112, 2013.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. Edição Compacta. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MAXIMIANO, A.C. A. **Introdução à Administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MEDINA, G. Percepção dos agricultores familiares brasileiros sobre suas condições de vida. **Interações (Campo Grande)**, v.15, n.2, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1518-70122014000200016> .ISSN 1518-7012. Acesso em: 23 maio. 2015.

MELTZ, L.; SOUZA FILHO, H. M.; MEIRELLES, H. Avaliação da competitividade da produção de carne de frango em Mato Grosso. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 7, n. 2, 2011. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/viewArticle/423>. Acesso em: jan. 2015.

MILLER JR., G. T. **Ciência Ambiental**. Tradução all tasks; revisão técnica Delliti, W.B.C. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MINAYO, M.C.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.

MORAIS, F. F. et al. Perfil dos consumidores de produtos orgânicos da feira agroecológica do mercado municipal de Goiânia-GO. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento**

Sustentável, Mossoró , v.7, n.4, 2012. Disponível em: <http://revista.gvaa.com.br>. Acesso em: 27 jan. 2015.

MORAIS, F. F. et al. Diagnóstico dos produtores orgânicos da feira agroecológica do mercado municipal de Goiânia-GO. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Mossoró, v. 8, n. 3, p. 70-77, jul./set. 2013. Disponível em: <http://revista.gvaa.com.br>. Acesso em: 3 jan. 2014.

MOURA CASTRO, C.de. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora da Unesp; Brasília: NEAD, 2010.

NANTES, J. F.D.; SCARPELLI, M. Elementos de gestão na produção rural. In: BATALHA, M. O. (org.). **Gestão agroindustrial**. v. 1. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____; _____. Gestão da produção rural no agronegócio. In: BATALHA, M. O. **Gestão agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 2001.

NAVARRO, Z.; PEDROSO, M. T. M. **Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. 248 p. (Texto para Discussão, 42).

NUNES, G. H. D. S. et al. Estabilidade de cultivares de feijão-comum no Estado de Santa Catarina. **Ceres**, v. 46, n. 268, p. 625-633, 2015. Disponível em: <http://www.ceres.ufv.br/ojs/index.php/ceres/article/viewFile/2564/559>. Acesso em: 21 mar. 2015.

NUTTI, M. R.; CARVALHO, J.L.V.; WATANABE, E. **A biofortificação como ferramenta para combate a deficiências em micronutrientes**. 2013. Disponível em: http://www.cprm.gov.br/publique/media/geo_med7.pdf. Acesso em: 21 mar. 2014.

OLIVEIRA, D.P.R. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, J.S.; ZOCOLER, J.L. Custos da irrigação e receita líquida do feijoeiro em um sistema pivô central sob variação do comprimento da tubulação de recalque e desnível topográfico. **Eng. Agríc.** [online], v.33, n.1, p. 121-128, 2013.

OLIVEIRA JÚNIOR, O. P. Cadeia produtiva da mandioca no município de Jussara-GO: Um estudo de caso sob a perspectiva das teorias de canais de distribuição e dos custos de transação. **Revista de Administração da UEG** (ISSN 2236-1197), v. 5, n. 1, p. 27, 2014. Disponível em: http://www.revista.ueg.br/index.php/revista_administracao/article/view/1734. Acesso em: 23 jun.2015.

PERIN, E. et al. (Org.). **Referências modulares do Estado do Paraná em conjunto com SEAB, EMATER e IAPAR, para a produção de feijão na região Sudoeste do Paraná**. 2012. Disponível em: http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/redereferencia/pp_modsudestefeijao.pdf. Acesso em: 23 mar. 2015.

PINHEIRO, A. C.; MOREIRA, A. B.; HORTA, M. H. T. T. **Indicadores de competitividade das exportações**: resultados setoriais para o período 1980/88. Rio de Janeiro: IPEA, 1992.

PLOEG, V.J.D **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008. (Coleção Estudos Rurais).

PLOEG, J. D. et al. From practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 40, n. 4, p. 391-408, 2000.

PLOEG, V. J. D.; RENTING, H. Impact and potential: a comparative review of European rural development practices. **Sociologia ruralis**, v. 40, n. 4, p. 529-543, 2000.

PORTER, M. E. **A vantagem competitiva das nações**. São Paulo: Ed. Campus, 1993.

_____. **Competitive advantage**. New York: The Free Press, 1985.

_____. **Competitive advantage**: creating and sustaining competitive performance. New York: The Free Press, 1986.

PORTER, M.E. **Estratégia competitiva**: Técnicas para análise de indústrias e da concorrência. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. O que é estratégia? In: _____. **Competição - on competition**:estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

_____. **The competitive advantage of nations**. London: Macmillan, 1990.

_____. **Vantagem competitiva**: criando e sustentando um desempenho superior. 27. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

_____; KRAMER, M. R. The competitive advantage of corporate philanthropy. **Harvard business review**, v. 80, n. 12, p. 56-68, 2002. Disponível em: <http://www.expert2business.com/itson/Porter%20HBR%20Corporate%20philantropy.pdf>. Acesso em: 23 maio. 2015.

PORTUGAL, A.D.**O desafio da agricultura familiar**.2004. Disponível em:<www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 2 maio. 2013.

RAMALHO, M.A.P.;ABREU, A.F.B. Interações genótipos x épocas de semeadura, anos e locais na avaliação de cultivares de feijão nas regiões sul e Alto Paranaíba em Minas Gerais. **Ciência eAgrotecnologia**, Lavras, v.22, n.2, p.176-181, 1998.

REZENDE, C.; ZYLBERSZTAJN, D. **Uma análise da complexidade do gerenciamento rural**. IV SEMEAD. São Paulo: FEA-USP, 1999.

SANTOS, C. A. F.; ARAÚJO, F. P. Produtividade e morfologia de genótipos de caupi em diferentes densidades populacionais nos sistemas irrigados e de sequeiro. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v. 35, n. 10, p. 1977-1984, 2000.

SANTOS, R. D. dos; ARAÚJO, G. T. C. de; LIMA, C. C. de. Estudo de produção e demanda de feijão em alagoas no período de 2003 a 2010 como ferramenta para estabelecimento de políticas públicas. **Centro**, v. 206, n. 383.069, p. 1.879, 2013. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/946902/1/Estudodeproducao.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2015.

SCARPELLI, M. Planejamento e controle da produção. In: BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão Agroindustrial**. v. 1. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. p. 290-380.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Trad. de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1997.

SEPLAN - Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás. **Dados 2007**. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/GoDados/2007/dados/03-06-Feijao.htm>. Acesso em: 23 mar. 2015.

SILVA, C.A.B.; BATALHA, M. O. Competitividade em sistemas agroindustriais: metodologia e estudo de caso. **II Workshop Brasileiro de Gestão de Sistemas Agroalimentares** – PENZA/FEA/USP. Ribeirão Preto, 1999. Disponível em: http://ucbweb2.castelobranco.br/webcaf/arquivos/12883/11008/Competitividade_em_Sistemas_Agroindustriais___Metodologia_e_Estudo_de_Caso.pdf. Acesso em: jan. 2014.

SILVA, C. C. da; DEL PELOSO, M. J. (Ed.). **Informações técnicas para o cultivo do feijoeiro comum na região central-brasileira 2005-2007**. Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão, 2006. (Documentos, 193).

SILVA, D.M.; CAMARA, M.R.G.da; DALMAS, L.C. Organic products: barriers to the dissemination of the consumption of organic products in supermarket retail in Londrina-PR. In: **XLI Congresso da Sober – Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Juiz de Fora – MG. 27 a 30 de julho de 2003.

SILVA, O. F. da; WANDER, A. E. **O feijão comum no Brasil passado, presente e futuro**. Santo Antônio de Goiás-GO: Embrapa Arroz e Feijão, 2013. (Embrapa Arroz e Feijão. Documentos, 287). Versão eletrônica em: http://www.cnpaf.embrapa.br/transferencia/informacoestecnicas/publicacoesonline/seriesdocumentos_287.pdf. Acesso em: 5 nov. 2013.

SILVA, O.F. da. **Socioeconomia**: participação percentual das safras de feijoeiro – Brasil 2009. Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão. Disponível em: <http://www.cnpaf.embrapa.br/apps/socioeconomia/docs/feijao/safrasfeijao.htm>. Acesso em: 27 jan. 2013.

SILVA, P. S. L.; OLIVEIRA, C. N. Rendimentos de feijão verde e maduro de cultivares de caupi. **Horticultura Brasileira**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 133-135, 1993.

SILVEIRA, M.A. et al. Estratégias de comercialização do feijão produzido por agricultores familiares: um estudo de caso na Região Leste do Estado de Goiás. **Conjuntura Econômica Goiana**, n. 30, p. 37-54, set. 2014. Versão eletrônica em http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj30/artigo_03.pdf. Acesso em: 12 jan. 2015.

SILVEIRA, M. A. et al. Produção de feijão nos sistemas de plantio direto e convencional no município de Água Fria de Goiás (GO). **Conjuntura Econômica Goiana**, n. 32, p. 63-76, mar. 2015. Disponível em: http://www.seplan.go.gov.br/SEPIN/pub/conj/conj32/artigo_05.pdf. Acesso em: maio.2015.

SINGH, B. B. Recent progress in cowpea genetics and breeding. **Acta Horticulturae**, The Hague, n. 752, p. 69-76, 2007. Edition of the Proceedings of the International Conference on Indigenous Vegetables and Legumes, Hyderabad, India, Sep. 2007. Disponível em: http://www.actahort.org/books/752/752_7.htm. Acesso em: 23 mar. 2015.

SINGLETON, R.; STRAITS, B.; STRAITS, M. **Approaches to social research**. New York: OxfordUniversity Press, 1993.

SOUZA FILHO, H.M.; BATALHA, M.O. **Methodology for assessing Mercosur agri-systems capacity to trade**.2006. Disponível em: http://www.eumercopol.org/f_reports.html. Acesso em: jun. 2014.

SOUZA, R.S. **Ajustamento assimétrico de preços na cadeia produtiva do Feijão no Estado de Goiás**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos, 2013.

SPERS, E. E.; NASSAR, A. M. Competitividade do sistema agroindustrial do feijão. In: FARINA, E. M. Q. (Ed.). **Competitividade do agribusiness brasileiro**. São Paulo: PENSAR/FIA/FEA/USP, 2004. p.103-251.

TAVARES, E. C. N.; CARVALHO, T. B.; ZEN, S. de. Rentabilidade econômica da bovinocultura de corte no Estado de Goiás. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Brasília: SOBER, 2009. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/13/6.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

TREVIZAN, S. P. D; CASEMIRO, A. D. Consumidores de produtos orgânicos em Vitória da Conquista, Bahia. 2nd International workshop advances in cleaner production. **Anais**. São Paulo, maio. 2009. Disponível em: www.advancesincleanerproduction.net/second/files/sessoes/4b/2/S. Acesso em: jun. 2014.

VAN DUREN, E.; MCKAY, H. Forging strategic alliances in Canada's agrifood sector. **Canadian Journal of Agricultural Economics**, v. 42, 1994.

VAN DUREN, E.; MARTIN, L.; WESTGREN, R. Assessing the competitiveness of Canada's agrifood industry. **Canadian Journal of Agricultural Economics**, Toronto, v. 39, n.4, 1991.

VARIAN, H. R. **Microeconomia**– princípios básicos. 7. ed. São Paulo: Editora Campos, 2006.

VASCONCELOS, M.A.S.de; GARCIA, M.E. **Fundamentos de economia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

VIEIRA, C. **Cultura do feijão**. Viçosa: Imprensa Universitária, 1978.

VIEIRA, E.H.N.; YOKOYAMA, M. Colheita, processamento e armazenamento. In: _____. **As sementes de feijão: produção e tecnologia**. Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão, 2000.

WANDER, A.E. Perspectivas de mercado interno e externo para o feijão. In: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA DE FEIJÃO, 8., 2005, Goiânia, GO. **Anais...** Goiânia, GO: Embrapa Arroz e Feijão, 2005. v. 2.

_____. Produção e consumo de feijão no Brasil, 1975-2005. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 7-21, fev. 2007. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/211059>. Acesso em: 23 jan. 2014.

WEBER, E. **Armazenagem agrícola**. Guaíba: Agropecuária, 2001.

WIGGINS, S. **Agricultural growth and poverty reduction: a scoping study**. Working Paper 2, IDRC Globalization, Growth and Poverty Working Paper Series. Ottawa: International Development Research Centre, 2006. Disponível em: <http://idlbnc.idrc.ca/dspace/bitstream/10625/29813/1/124375.pdf>. Acesso em: 27 maio. 2015.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Disponível em: <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/299/296>. Acesso em: 24 maio. 2015.

WILLIAMSON, O. (Ed.). **Organization theory: from Chester Barnard to the present and beyond**. New York: Oxford University Press, 1995.

APÊNDICES

APÊNDICE A–QUESTIONÁRIO (SUBMETIDO AO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA) = (APROVADO)

Título da pesquisa: Competitividade da produção de feijão oriundo da agricultura familiar no estado de Goiás.

Instituição: Universidade Federal Goiás/Embrapa Arroz e Feijão.

Responsável pela pesquisa: Mestranda Marina Aparecida da Silveira.

Orientador: Prof. Dr. Alcido Elenor Wander.

Questionário de entrevistas:

*O responsável pela pesquisa garante total anonimato das informações apresentadas pelos entrevistados, sendo o uso dessas para fins de pesquisa científica e entendimento do funcionamento da cadeia produtiva estudada. As informações relacionadas à identificação dos entrevistados são meramente para controle da pesquisa, não serão divulgados nesta pesquisa os nomes dos produtores, das empresas ou das organizações dos entrevistados, exceto caso solicitado pelo entrevistado.

DADOS DO ENTREVISTADO										
NOME COMPLETO										
PROPRIEDADE										
CONTATO										
1.0. GESTÃO DA PROPRIEDADE	Grau de Controlabilidade				Fator de Avaliação					Peso
	CF	CG	CQ	I	1	2	3	4	5	
1.1. Gestão da propriedade rural pela (AF)										
2. Planejamento estratégico	CF	CG	CQ	I	1	2	3	4	5	Peso
2.1. O planejamento e controle da produção										
2.2. Os preços recebidos										
2.3. As variedades de feijão										
2.4. O padrão de qualidade										
2.5. A questão quanto à tradição de produção/comercialização										
2.6. Mão de obra										
2.7 A mão de obra familiar como custo										
3. Tecnologia	CF	CG	CQ	I	1	2	3	4	5	Peso
3.1. Assistência técnica										
3.2. Sementes certificadas										
3.3. O nível tecnológico adotado										
4. Oferta de insumos	CF	CG	CQ	I	1	2	3	4	5	Peso
4.1. A oferta de insumos para produção										
4.2. Os preços dos insumos no mercado goiano										
5.0 Logística	CF	CG	CQ	I	1	2	3	4	5	Peso
5.1. Infraestrutura das vias de transporte										
5.2. A distância dos principais fornecedores de insumos										
5.3. Quem paga pelo transporte da lavoura via cerealista										

[continua]

6. Armazenagem	CF	CG	CQ	I	1	2	3	4	5	Peso
6.1. Armazenagem do feijão										
6.2. Tempo de armazenagem										
7.0. Governança/coordenação	CF	CG	CQ	I	1	2	3	4	5	Peso
7.1. Existência e atuação efetiva de sindicatos, associações e grupos de produtores										
7.2. Representatividade das associações de classe (caso da Câmara Setorial)										
7.3. Competência do líder										
8. Contratos	CF	CG	CQ	I	1	2	3	4	5	Peso
8.1. Sistema de contratos										
8.2. Sistema de parcerias										
8.3. Sistema de arrendamento										
9.0. Ambiente Institucional	CF	CG	CQ	I	1	2	3	4	5	Peso
9.1. Crédito oficial (PRONAF) para custeio										
9.2. (PRONAF) para investimento é										
9.3. Prazo de carência para pagar										
10. Política de preço mínimo utilizada em Goiás	CF	CG	CQ	I	1	2	3	4	5	Peso
10.1. Estoque regulador via CONAB										
10.2. Garantia de preço mínimo										
11 Tributação	CF	CG	CQ	I	1	2	3	4	5	Peso
11.1. Sistema tributário em Goiás										
11.2. Mercado informal										
12. Legislação sanitária, ambiental, inspeção e fiscalização	CF	CG	CQ	I	1	2	3	4	5	Peso
12.1. Questões sanitárias e fitossanitárias										
12.2 Questões ambientais										

(1) MD= -2

(2) D= -1

(3) N= 0

(4) F= 1

(5) MF= 2

O grau de controlabilidade será classificado em: Fatores controláveis pela firma (CF); Fatores controláveis pelo governo (CG); Fatores quase controláveis (QC); e Fatores incontroláveis (I). Logo, cada subfator teve um indicador de avaliação variando de um a cinco. Posteriormente, foram transformados em escala Likert variando de (2) a (-2).

APÊNDICE B –ROTEIRO DA ENTREVISTA QUE FOI GRAVADO E OS DADOS PREENCHIDOS O QUESTIONÁRIO

1. Gestão da propriedade: o objetivo aqui é saber quais as ferramentas utilizadas pelo agricultor familiar para controlar a produção e quais os processos financeiros desta. Saber como eles identificam o melhor caminho a ser percorrido para alcançar o mercado consumidor de forma competitiva.

1.1. Na gestão da propriedade, as decisões tomadas para produção e comercialização de feijão variando de um a cinco em escala crescente, onde se for:

- Individualmente, sem buscar informações= 1
- Individualmente, pelo principal gestor, com informação externas= 2
- Coletivamente, entre o principal gestor e os familiares, sem informações externas=3
- Decisão familiar baseada em algum tipo de informação= 4
- Decisão familiar junto à família e à assistência técnica=5
- Qual o peso de 1 a 10 para as decisões da gestão da propriedade dentro da gestão da propriedade?
- Quem controla essas decisões?

2. Planejamento estratégico:

2.1 O planejamento e o controle da produção/comercialização:

Dentro das estratégias produtivas, o planejamento e o controle dos custos da produção devem ser prioritários em uma gestão rural, mas é sabido que nem sempre isso acontece. O que de fato será investigado é se há algum tipo de controle da produção/comercialização e como ele é feito.

- Não planeja e nem controla=1
- Planeja, mas não controla =2
- Planeja e controla de cabeça = 3
- Planejamento e controla, porém anotado em parte=4
- Todo o planejamento e controle é anotado em livro de registro=5
- Qual o peso existente em relação ao planejamento e ao controle dos custos de produção, variando de 1 a 10 dentro da gestão da propriedade?
- Quem controla?

2.2. Em relação aos preços recebidos pelo feijão na hora da venda, a intenção aqui é verificar se é uma produção lucrativa e se existe a diferenciação de preços entre os meses do ano e em quais meses.

- A produção não paga as despesas=1
- Paga parte das despesas=2
- Paga 80% das despesas=3
- Paga as despesas=4
- A produção é lucrativa=5
- Qual o peso de 1 a 10 existente em relação ao preço recebido da gestão da propriedade?
- Quem controla os preços recebidos?
- Existe diferenciação entre os meses do ano para venda?
- Quais os meses?
- Existe alguma variedade que apresenta mais variação de preço? Qual?
- A venda é direta ao consumidor ou a intermediário?

2.3.Variedades encontradas no mercado para plantio:

- Diante da diversidade de variedades ofertadas no mercado para o plantio, o que é observado na hora da escolha para a produção?

- Não acredita em novas variedades, planta só o que está acostumado (1)
- Observa a produtividade e a adaptação às diferentes condições climáticas (2)
- Planta, mas não observa as diferenças existentes entre as variedades (3)
- Observa a produtividade, a resistência a pragas e doenças e a adaptação às diferentes condições climáticas (4)
- Observa o desempenho agrônômico, ou seja, a produtividade, resistência a pragas e doenças e adaptação às diferentes condições climáticas e aceitação de mercado e preço (5)
- Qual o peso, variando de 1 a 10, das variedades encontrada no mercado em relação ao planejamento estratégico?
- Quem controla essas variedades ofertadas no mercado?

2.4. O padrão de qualidade do grão de feijão *in natura* é de fundamental importância na hora da negociação do produto, pois a aparência do grão reflete diretamente no valor de mercado na hora da comercialização. Essa questão da aparência é altamente observada pelo consumidor final. Cabe aqui investigar o que o agricultor faz para elevar o padrão da qualidade do grão como: aparência, cor, textura e sabor.

- Não possuem essa preocupação com o grão, armazenam por mais de seis meses (1)
- Se preocupam com essas exigências, mas esperam até vender por preço justo, mesmo que demore. (2)
- Não possuem essa preocupação sempre tem cliente para comprar o seu produto (3)
- Se preocupam com as exigências de mercado e procuram vender rápido (4)
- Plantam sementes de variedades que viabilizam essa qualidade por mais tempo e procuram vender com menos tempo de armazenagem (5)
- Qual o peso, variando de 1 a 10, em relação à qualidade do feijão produzido dentro da gestão estratégica?
- Quem controla essa qualidade?
- Qual variedade de feijão preserva suas características comerciais por mais tempo de armazenagem?

2.5. A tradição da produção tem ligação direta com a procedência da produção, de maneira a se criar um nome no mercado. Assim, a tradição da produção/comercialização pensada dessa forma é:

- Desfavorável ao produtor (1)
- A tradição da produção/comercialização pouco influencia na hora da venda no mercado (2)
- A tradição não faz diferença junto ao mercado (3)
- A tradição da produção/comercialização faz diferença junto ao mercado do produto (4)
- A tradição da produção/comercialização faz muita diferença junto ao mercado (5)
- Qual o peso, variando de 1 a 10, da informalidade dentro dos tributos para o feijão?
- Quem controla?

2.6. A mão de obra para a produção e a comercialização:

- Somente contratada=1
- Contratada/fixa=2
- Contratada/temporária=3
- Familiar +diarista=4
- Somente familiar=5
- Qual o peso, de 1 a 10, da mão de obra utilizada em relação ao planejamento gestão estratégica?
- Quem controla a mão de obra?

2.7. Mão de obra familiar como fator custo.

Normalmente a mão de obra familiar não é incluída nos custos na agricultura familiar. Todavia, é sabido que ela está cada dia mais escassa. Como é paga a mão de obra familiar utilizada para o feijão?

- Não paga a mão de obra familiar =1
- Paga menos de 50% do preço em dinheiro =2
- Outras compensações =3
- Paga mão de obra familiar mais barata, em dinheiro =4
- Paga mão de obra familiar preço normal, em dinheiro =5
- Qual o peso dessa mão de obra familiar, variando de 1 a 10, em relação ao direcionador gestão estratégica?
- Quem controla essa mão de obra familiar?

3. Tecnologia:

3.1. Assistência técnica. O intuito aqui será verificar se na (AF) os produtores de feijão recebem algum tipo de assistência técnica. Caso o agricultor receba, qual assistência recebem: particular ou pública?

- Nunca recebeu assistência técnica =1
- Não recebe assistência técnica =2
- Recebeu assistência técnica 1 vez =3
- Recebeu assistência técnica 2 vezes =4
- Recebeu assistência técnica 3 vezes ou mais por safra =5
- Qual o peso de 1 a 10 da assistência técnica junto à tecnologia aplicada na produção?
- Quem controla?

3.2 Sementes certificadas:

A importância de sementes de boa qualidade para que se tenha uma boa produtividade. Todavia, sabe-se que nem sempre os agricultores familiares a utilizam. Diante dessa afirmação, será verificada qual a semente utilizada.

- Nunca usou nenhuma semente certificada nem melhorada, apenas “grãos sementes” próprios =1
- Usou apenas uma vez sementes melhoradas de 2ª geração =2
- Já usou algumas vezes sementes melhoradas de 2ª geração =3
- Usa sementes melhoradas em algumas variedades =4
- Usa somente sementes melhoradas e certificadas =5
- Qual o peso das sementes certificadas junto ao uso de tecnologias?
- Quem controla?
- Qual a proporção da produção de feijão com o uso de sementes certificadas?
- Qual a variedade de semente certificada preferida pelos agricultores para o plantio?
- Por quê?
- O preço da semente impacta no custo da produção?

3.3. Quanto ao nível tecnológico adotado para produção de feijão?

- O nível tecnológico adotado é muito baixo (1)
- O nível tecnológico adotado é baixo (2)
- O nível tecnológico adotado é médio (3)
- O nível tecnológico adotado é alto (4)
- O nível tecnológico adotado é muito alto (5)
- Quem controla o nível tecnológico adotado na produção?
- Qual o sistema de plantio utilizado diante desse nível tecnológico adotado?
- Qual o peso, de 1 a 10, do nível tecnológico adotado em relação à tecnologia?

4. Oferta dos insumos agrícolas:

4.1. A oferta de insumos para produção de feijão:

-Diante da importância dos insumos agrícolas para a produção de feijão, tais como os insumos minerais, químicos, biológicos e mecânicos, a meta é verificar quais os insumos agrícolas ofertados no mercado goiano que mais fragilizam o sistema produtivo diante do aumento dos preços?

-Adubos químicos, maquinário, mão de obra e combustível (1)

-Adubos químicos, maquinário e mão de obra (2)

-Mão de obra (3)

-Adubos químicos (2)

-Combustível (5)

-Qual o peso, variando de 1 a 10, que a oferta de insumos tem na competitividade do direcionador insumos agrícolas?

- Por quê?

-Quem controla essa oferta?

4.2.Preços dos insumos no mercado goiano.

A meta é verificar se o aumento dos preços dos macronutrientes (N) (P) e (K) afeta a quantidade de feijão produzido em Goiás.

-O preço interfere na quantidade produzida, deixa de produzir? (1)

-O preço interfere de forma direta na quantidade produzida, diminui-se a quantidade demandada por área plantada com o uso dos macronutrientes? (2)

- O preço não interfere? (3)

-O preço interfere de forma direta na quantidade produzida, mantém a quantidade de adubo e diminui-se a área plantada? (4)

-O preço não interfere na quantidade produzida, se vai plantar compra a quantidade de insumos necessários para tal finalidade? (5)

- Qual o peso, de 1 a 10, dos preços dos insumos em relação ao direcionador insumo?

- Quem controla?

-Já produziu menos ou até mesmo deixou de produzir feijão devido ao aumento dos insumos? sim ()
não ()

5.Logística: Verificar se a distância dos principais fornecedores de insumos é apontada como fator negativo para a produção do grão.

5.1. Infraestrutura das vias de transporte: averiguar qual modal mais utilizado para o transporte do grão, como se encontra sua estrutura física, o que pode melhorar e por quê?

Muito ruins=1

Ruins=2

Razoáveis=3

Boas=4

Muito boa=5

-Qual o peso de 1 a 10, para a distância dos principais fornecedores de insumos?

5.2. em relação à infraestrutura das vias de transportes?

-Quem controla a infraestrutura dessas vias de transporte?

A distância dos principais fornecedores de insumos é apontada como fator negativo para a produção do grão. Qual a distância média desses fornecedores? Mais de:

-250 km = ruim= 1

-250 km= longe=2

- 200 km= perto indiferente=3
- 100 km= perto ajuda=4
- 50 km= perto ajuda muito=5

- Qual o peso, de 1 a 10, em relação aos principais fornecedores dentro do direcionador insumos?
- Quem controla essa distância dos fornecedores?

5.3. Quem paga pelo transporte do feijão da lavoura via cerealista.

- Pago mais de 90% pelo produtor (1)
- Pago mais de 60% pelo produtor (2)
- Pago pelo comprador (embutido) no valor da negociação (3)
- Dividido em 50% pelo comprador e produtor (4)
- Pago pelo comprador (5)
- Qual o peso, de 1 a 10, em relação ao valor do frete dentro do direcionador insumos?
- Por que?
- Quem controla?
- Na maioria das negociações quem paga pelo frete?

6. Armazenagem: O feijão é uma leguminosa que não tolera o armazenamento prolongado por diversos fatores, como perda de cor do tegumento, do brilho, aumento do tempo de cocção, dentre outros, os quais diminuem a aceitação para o consumo. Logo, aqui serão analisados o tempo de armazenagem e o lugar armazenado.

6.1. Lugar de da armazenagem do feijão:

- Não tem onde armazenar (1)
- Qualquer cantinho da casa serve para armazenar (2)
- Em galpão próprio (3)
- Armazena no galpão da cooperativa (4)
- Não armazena, vende assim que colhe (5)
- Qual o peso, de 1 a 10, em relação ao lugar armazenado?
- Quem controla essa armazenagem?

O tempo de armazenagem:

- 120 dias ou mais=1
- 90 dias=2
- 60 dias=3
- 30 dias=4
- Entrega ainda na lavoura=5
- Qual o peso, de 1 a 10, em relação ao tempo de armazenagem?
- Quem controla esse tempo de armazenagem?

7. Governança/coordenação:

Existe um sindicato que represente a classe de produtores de feijão na região?

- Não existe (1)
- Existe, mas não é atuante (2)
- Existe, mas tem pouca força (3)
- Existe e é atuante (4)
- Existe e é forte (5)

- Por quê?
- Qual o peso, de 1 a 10, em relação a esses representantes?
- Quem controla a atuação do sindicato?

7.2. Existe uma associação e ou grupo de produtores que represente os interesses dos produtores de feijão na região?

- Não existe (1)
- Existe, mas não é atuante (2)
- Existe, mas tem pouca força (3)
- Existe e é atuante (4)
- Existe e é forte na representação dos interesses dos produtores da região (5)
- Qual o peso, de 1 a 10, em relação a esses representantes?
- Quem controla?
- Existindo, qual sua atuação junto aos interesses desses produtores? Há uma atuação efetiva das associações de classe (caso das Câmaras)?
- Ela não é atuante em nenhum dos elos (1)
- Ela é atuante apenas no elo com relação à organização civil (2)
- Não tem conhecimento sobre as Câmaras Setoriais (3)
- Ela é mais atuante apenas nos elos com relação à sociedade cível e junto a representantes do governo? (4)
- Ela é atuante em todos os elos da cadeia produtiva (5)
- Qual o peso, de 1 a 10, em relação a essa classe dentro da coordenação da cadeia?
- Quem controla a Câmara Setorial?

7.3. Competência dos líderes

- Não tem líder na região (1)
- Tem líder, mas ele não tem competência para liderar (2)
- Não tem conhecimento de líderes na região (3)
- Tem líder na região que tem competência para liderar, mas não tem consciência da competência e nem tempo para se dedicar (4)
- Tem líder consciente e competente, envolvido na causa (5)
- O líder da região é formal () informal ()
- Qual o peso, de 1 a 10, em relação a essa classe dentro da coordenação da cadeia?
- Quem controla?

8. Contratos

8.1. O sistema de contratos para a produção.

- O sistema de contrato prejudica o produtor, pois ele fica amarrado ao comprador (1)
- Prejudica parcialmente o produtor, porque ele não tem dinheiro para produzir sozinho (2)
- Não faz diferença (3)
- Ajuda o produtor nos custos da produção e garante a venda (4)
- Ajuda, e muito, o produtor que não tem como produzir e garante a venda (5)
- Qual o peso, de 1 a 10, em relação a essa classe dentro da coordenação da cadeia?
- Quem controla?
- Existe algum tipo de contrato nas negociações de feijão? sim () não ()
- Qual é esse sistema de contrato?
- Compra antecipada () parte na entrada e restante na entrega ()
- Forma de pagamento? Tudo adiantado () Parte ()

- Frequência que esses contratos se repetem: anual () a cada 2 () a cada 3 () não se repetem ()
- Quem paga os custos desses contratos? O comprador () o vendedor () dividem os custos ()

8.2. Em relação às parcerias, qual a forma de negociação?

- Forma de negociação/pagamento, ou seja, qual a porcentagem de divisão da produção?
- Prejudica o dono da terra, pois a danifica (1)
- Prejudica o dono da terra, pois não pode explorá-la com outras culturas (2)
- Não faz diferença, pois a terra é fraca sem a correção do solo (3)
- Ajuda o dono da terra, pois corrige o solo que ele não teria condições de corrigir (4)
- Ajuda, e muito, o dono da terra, corrigindo o solo e, ainda, pagando para isso (5)
- Qual o peso, de 1 a 10, em relação ao arrendamento.
- Quem controla os arrendamentos?

8.3. Em relação ao sistema de arrendamento, existem diversas formas de negociação/ pagamento.

- Prejudica o dono da terra, pois a danifica (1)
- Prejudica o dono da terra, pois ele não pode usá-la para o cultivo de outras culturas (2)
- Não faz diferença, pois a terra é fraca sem a correção do solo (3)
- Ajuda o dono da terra, pois corrige o solo que ele não teria condições de corrigir (4)
- Ajuda, e muito, o dono da terra, corrigindo o solo e, ainda, pagando para isso (5)
- Qual o peso, de 1 a 10, em relação ao arrendamento?
- Quem controla os arrendamentos?

9. Ambiente institucional

9.1. Quanto ao crédito oficial (PRONAF) custeio

- Acessou uma vez e não conseguiu pagar (1)
- Acessou duas vezes e não conseguiu pagar o segundo acesso (2)
- Nunca acessou por medo ou por não precisar (3)
- Acessou uma vez e pagou (4)
- Acessa sempre e paga em dia (5)
- Há obstáculos para acessá-la? Quais?
- Qual o peso, de 1 a 10, em relação ao arrendamento?
- Quem controla os arrendamentos?

9.2. Crédito oficial (PRONAF) investimento. O objetivo, aqui, é averiguar o número de acessos, o motivo do acesso, as dificuldades encontradas para o acesso a essa linha de crédito.

- Acessou uma vez e não pagou (1)
- Acessou duas vezes e não conseguiu pagar o segundo acesso (2)
- Nunca acessou por medo ou por não precisar (3)
- Acessou uma vez e pagou, mas não tem planos de acessar mais (4)
- Acessa sempre que precisa e paga em dia (5)
- Há obstáculos para acessá-la? Quais?
- Qual o peso, de 1 a 10, para o PRONAF investimento em relação ao ambiente institucional?
- Quem controla essa política?
- Quais são os maiores obstáculos para acessá-la?

9.3. Prazo de carência para pagar

Em relação ao prazo de carência e ao prazo para pagar esses recursos financeiros via PRONAF

- Esse prazo é muito pequeno e não consegue pagar (1)

- O prazo é pequeno, fica apertado, mas paga atrasado (2)
- Fica apertado, mas paga em dia (3)
- O prazo é bom e paga em dia (4)
- O prazo é suficiente para se organizar e pagar todas as parcelas em dia (5)
- Qual o peso, de 1 a 10, em relação ao prazo para pagar as parcelas dentro do ambiente institucional?
- Quem controla esse preço?

10. Política de preço mínimo utilizada em Goiás (PGPM)

10.1. Estoque regulador via CONAB

- O estoque do governo inviabiliza muito a comercialização (1)
- O estoque do governo atrapalha parcialmente a venda quando seu estoque está grande devido a super safras anteriores (2)
- Não faz diferença (3)
- Ajuda o produtor na hora de vender (4)
- Ajuda muito, pois se não achar comprador o governo compra (5)
- Qual o peso, de 1 a 10, do estoque dentro da PGPM
- Quem controla esse estoque?
- Alguma vez comercializou feijão via CONAB?
- Qual a porcentagem dessa comercialização?
- Voltaria a comercializar? Como comercializou/meio e quando?

10.2. Garantia de preço mínimo

O preço mínimo garantido pelo governo é realmente suficiente para cobrir os custos do produtor com a produção do feijão.

- Não paga os custos básicos (1)
- Paga 50% dos custos básicos (2)
- Paga 75% dos custos básicos (3)
- Paga 100% dos custos básicos (4)
- Paga todos os custos da produção (5)
- Qual o peso, de 1 a 10, em relação ao (GPM) pago pelo governo associações de classe dentro da (PGPM)?
- Quem controla esse preço?

11. Tributação

11.1. O sistema tributário em Goiás

A cobrança do ICMS para o feijão comercializado fora do estado de Goiás é de 12%, com exceção da comercialização a 7% com os estados de Minas Gerais, Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. O maior concorrente nacional é o estado do Paraná, cujo ICMS é de 1%. Diante dessa variação dos valores cobrados de ICMS entre os estados, o ICMS atual do feijão goiano é:

- Muito prejudicial (1)
- Prejudicial (2)
- Não altera (3)
- Favorável(4)
- Muito favorável (5)

11.2. O mercado informal:

Ao se analisar o mercado informal em relação aos tributos pagos ao município, ao estado e à federação:

- O mercado informal ajuda, e muito, toda a cadeia produtiva (1)
- O mercado informal ajuda parcialmente a cadeia produtiva. (2)
- O mercado informal não interfere no sistema tributário (3)
- O mercado informal interfere no sistema tributário (4)
- O mercado informal interfere muito na arrecadação do Estado. (5)
- Qual o peso, variando de 1 a 10, para a informalidade, em se pensando nos tributos recolhidos que podem beneficiar toda a cadeia produtiva.
- Quem controla esse mercado informal?
- Qual o destino da produção desse feijão que o senhor produz?
- Qual a forma de comercialização? formal () informal () Porque?

12. Legislação Sanitária “MAPA”, ambiental, inspeção e fiscalização

12.1. Políticas sanitárias e fitossanitárias:

Averiguar se as práticas do controle de pragas e doenças no que abrange à semente do plantio até o consumidor são eficazes. Como se dá o controle por parte do produtor e órgãos responsáveis?

As exigências fitossanitárias estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, cujo objetivo é proteger a cadeia produtiva e evitar a contaminação e a disseminação de pragas.

- O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA 2013/2014) declarou estado de emergência fitossanitária nos estados de Goiás e Minas Gerais por causa de um surto da praga *Helicoverpa armigera*, mosca branca, lagarta e mariposa que infesta plantações de soja, milho e algodão e, em um segundo momento, a prorrogou para mais um ano, contando a partir do dia 27 de novembro de 2014.

-A medida implicava a adoção de uma série de medidas, coordenadas pelo MAPA, para o monitoramento e o controle da lagarta, como o uso de controle biológico e químico; o uso de armadilhas, iscas ou outros métodos de controle físico; determinação da adoção do manejo integrado.

A Instrução normativa 02/2014, do Ministério da Agricultura, a respeito do Vazio Sanitário Formosa, tinha por objetivo diminuir o ciclo da mosca branca e a proliferação de doenças (Vírus mosaica dourado). Estão inseridos no vazio sanitário os seguintes estados: Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal. O vazio sanitário divide os municípios em grupos: Grupo um (1) e Grupo dois (2). No Grupo 1, cujo período do vazio é de 5 setembro a 5 de outubro, não se encaixa nenhum municípios pesquisado; no Grupo 2 se encaixam os municípios de: Damianópolis Formosa, Sítio D’Abadia, Simolândia, Planaltina, Mambai, Padre Bernardo e Posse, no período de são de 20 setembro a 20 outubro.

- O controle e a fiscalização por órgão governamentais e pelos agricultores:

- Não funcionam (1)

- Funcionam parcialmente porque muitos não respeitam as regras, prejudicando os demais produtores. Contudo, precisa de mais atenção aos monitoramentos dos produtores e mais fiscalização por parte do órgão regulamentador (2)

- Não tem conhecimento desses tipos de casos na região (3)

- Funcionam. No entanto, precisa de mais monitoramento por parte dos produtores (4)

- Funcionam, sendo de fundamental importância, principalmente em relação ao controle de pragas e doenças (5)

- Quais são os métodos mais utilizados para o controle de pragas e doenças da semente, da lavoura e pós-colheita?

-Qual sua percepção, variando de 1 a 10, quanto às exigências dos órgãos governamentais?

- Quem controla essa fiscalização?

-Como se dá essa fiscalização?

-Resolve o problema?

-Por que?

13.2. Políticas ambientais:

Constitui o conjunto de metas e instrumentos que visam reduzir os impactos negativos da ação humana sobre o meio ambiente, pois a política ambiental é necessária para induzir ou forçar os agentes econômicos a adotarem posturas e procedimentos menos agressivos ao meio ambiente, ou seja, reduzir a quantidade de poluentes lançados no ambiente e minimizar a depleção dos recursos naturais. Leva-o a pensar não só no presente, mas a direcionar o olhar para o futuro.

-Sendo assim, quais os instrumentos utilizados pelo produtor que visam reduzir os impactos ao meio ambiente?

-Preserva a nascente sem cerca, não preserva a mata ciliar ao longo do curso d'água, às vezes utiliza queimada, não devolve vasilhames tóxicos às indústrias e não faz rotação de cultura... (1)

-Preserva a mata ciliar só nas nascentes, porém sem cerca, faz rotação de cultura (2)

-Protege a nascente com cerca, mas só as nascentes (3)

-Preserva a nascente com cerca, preserva a mata ciliar, não utiliza queimada, faz rotação de cultura (4)

-Preserva a nascente com cerca, preserva a mata ciliar ao longo do curso d'água, não utiliza queimada, devolvem os vasilhames tóxicos às indústrias e faz rotação de cultura... (5)

-Qual o peso, variando de 1 a 10, da informalidade dentro dos tributos para o feijão?

-Quem controla a informalidade da comercialização do feijão?

Tabela 32: Municípios pertencentes à regional EMATER Vale do Paranã, número de produtores por variedade total por regional.

Regional Vale Paranã	Feijão de cor	Feijão-caupi	Feijão Preto	N produtores
Alvorada do Norte	6	11	0	17
Buritinópolis	8	34	4	46
Campos Belos	34	5	1	40
Cavalcante	18	1	8	27
Damianópolis	121	3	0	124
Divinópolis	46	12	1	59
Guarani de Goiás	65	8	1	74
Iaciara	2	0	0	2
Mambaí	43	61	1	105
Montes Alegre de Goiás	31	24	3	58
Nova Roma	66	1	1	68
Posse	87	10	3	100
São Domingos	2	12	0	14
Simolândia	26	77	1	104
Sítio da Abadia	93	3	4	100
Teresina de Goiás	1	0	1	2
Total	649	262	29	940

Fonte Adaptada: (IBGE, 2006a).

Tabela 33: Municípios pertencentes à regional EMATER Rio das Antas, número de produtores por variedade total por regional.

Regional EMATER Rio das Antas	Feijão de cor	Feijão- caupi	Feijão Preto	Nº Produtores
Abadiania	4	2	0	6
Águas Lindas de Goiás	3	0	0	3
Alexânia	6	4	2	12
Anápolis	8	2	0	10
Campo Limpo de Goiás	0	0	0	0
Cocalzinho de Goiás	2	4	2	8
Corumbá de Goiás	50	6	0	56
Gameleira de Goiás	3	2	0	5
Goianápolis	0	0	0	0
Jaraguá	5	0	6	11
Jesúpolis	0	0	0	0
Leopoldo de Bulhões	3	0	1	4
Ouro Verde de Goiás	1	3	0	4
Petrolina de Goiás	9	6	0	15
Pirenópolis	1	4	1	6
Santo Antônio do Descoberto	2	2	0	4
São Francisco de Goiás	2	0	0	2
Silvânia	11	1	0	12
Terezópolis	0	1	0	1
Vianópolis	13	0	1	14
TOTAL	123	37	13	173

Fonte: Adaptada de IBGE (2006a).

Tabela 34: Municípios pertencentes à regional EMATER Sudoeste, número de produtores por variedade total por regional.

Regional sudoeste	Feijão de cor	Feijão-caupi	Feijão preto	Nº produtores
Acreúna	0	0	0	0
Chapadão do céu	0	0	0	0
Indiara	0	0	0	0
Jandaia	0	0	0	0
Jataí	1	2	0	3
Mineiros	1	0	0	1
Montividiu	0	0	0	0
Perolândia	1	1	3	5
Portenlândia	0	0	0	0
Rio Verde	9	1	3	13
Santa Helena	0	0	0	0
Santa Rita do Araguaia	0	0	0	0
Serranópolis	0	1	0	1
Santo Antônio da Barra	0	0	0	0
Survelândia	0	0	0	0
Total	12	5	6	23

Fonte: Adaptada de IBGE (2006a).

Tabela 35: Municípios pertencentes à regional EMATER Serra da Mesa, número de produtores por variedade total por regional.

Regional EMATER Serra da Mesa	Feijão de cor	Feijão-caupi	Feijão Preto	N produtores
Alto Horizonte	0	0	0	0
Amaralina	2	0	0	2
Campinaçu	7	1	0	8
Campinorte	0	1	0	1
Campos Verdes	0	0	0	0
Colinas do Sul	33	1	0	34
Crixás	0	0	0	0
Estrela do Norte	0	0	0	0
Formoso	1	0	0	1
Mara Rosa	1		0	1
Minaçu	70	5	4	79
Montividiu do Norte	0	0	0	0
Mutunópolis	1	0	0	1
Niquelândia	6	1	0	7
Nova Iguaçu de Goiás	0	0	0	0
Porangatu	1	4	0	5
Santa Tereza de Goiás	1	0	0	1
Santa Teresinha de Goiás	1	1	1	3
Trombas	0	7	1	8
Uirapuru	0	0	0	0
Uruaçu	2	1	1	4
TOTAL	126	22	7	155

Fonte: Adaptada de IBGE (2006a).

Tabela 36: Municípios pertencentes à regional EMATER São Patrício, número de produtores por variedade total por regional.

Regional EMATER São Patrício	Feijão de cor	Feijão-Caupi	Feijão Preto	Nº produtores
Barro alto	3	0	0	3
Carmo Rio Verde	16	2	3	21
Ceres	2	4	0	6
Goianésia	2	1	0	3
Guarinos	0	0	1	1
Hidrolina	0	1	0	1
Ipiranga	0	1	0	1
Itapaci	0	0	0	0
Itapuranga	14	0	1	15
Morro Agudo	2	1	0	3
Nova América	0	0	0	0
Nova Glória	0	0	0	0
Pilar de Góias	0	0	0	0
Rialma	0	1	0	1
Rianapolis	0	0	0	0
Rubiataba	2	0	0	2
Santa Isabel	4	0	0	4
Santa Rita do Novo Destino	2	0	0	2
São Luís do Norte	0	0	0	0
São Patrício	2	1	0	3
Uruana	2	0	0	2
Vila Propício	23	3	1	27
Total	74	15	6	95

Fonte: Adaptada de IBGE (2006a).

Tabela 37: Municípios pertencentes à regional EMATER Planalto, número de produtores por variedade total por regional.

Regional EMATER Planalto	Feijão de cor	Feijão-caupi	Feijão Preto	Nº produtores
Água Fria de Goiás	61	2	2	65
Alto Paraíso de Goiás	15	1	0	16
Cabeceiras	1	0	1	2
Cidade Ocidental	3	1	1	5
Cristalina	12	17	0	29
Flores de Goiás	13	83	0	96
Formosa	64	44	0	108
Luziânia	15	1	0	16
Mimoso de Goiás	13	5	1	19
Novo Gama	9	1	0	10
Padre Bernardo	85	79	6	170
Planaltina	93	2	6	101
São João d'Aliança	42	29	0	71
Valparaíso de Goiás	0	0	0	0
Vila Boa	25	0	0	25
TOTAL	451	265	17	733

Fonte: Adaptada de IBGE (2006a).

Tabela 38: Municípios pertencentes à regional EMATER Meia Ponte, número de produtores por variedade total por regional.

Regional EMATER Meia Ponte	Feijão de cor	Feijão-caupi	Feijão preto	Nº produtores
Abadia de Goiás	0	0	0	0
Aparecida de Goiânia	0	0	0	0
Araçu	0	0	0	0
Bela Vista de Goiás	1	0	0	1
Bonfinópolis	0	2	0	2
Brazabrantes	1	0	0	1
Caldazinha	0	0	0	0
Caturai	1	0	0	1
Damolândia	0	0	0	0
Goiânia	0	0	0	0
Goianira	2	0	0	2
Hidrolândia	2	0	0	2
Inhumas	6	0	0	6
Itaçu	0	1	0	1
Nerópolis	2	1	0	3
Nova Veneza	0	0	0	0
Santa Rosa de Goiás	0	0	0	0
Santo Antônio de Goiás	1	0	0	1
Senador Canedo	0	0	0	0
Trindade	0	0	0	0
Total	16	4	0	20

Fonte: Adaptada de IBGE (2006a).

Tabela 39: Municípios pertencentes à regional EMATER Estrada de Ferro, número de produtores por variedade total por regional.

Regional EMATER Estrada de Ferro	Feijão de cor	Feijão-caupi	Feijão preto	Nº produtores
Anhanguera	0	0	0	0
Campo Alegre	0	1	0	1
Catalão	29	2	1	32
Cristianópolis	0	0	0	0
Cumari	2	0	0	2
Davinópolis	0	1	0	1
Goiandira	0	2	0	2
Ipameri	1	0	0	1
Nova Aurora	0	0	0	0
Orizona	21	1	0	22
Ouvidor	0	0	0	0
Palmelo	1	0	0	1
Pires do rio	0	0	0	0
Santa Cruz de Goiás	0	1	0	1
São Miguel do Passa Quatro	2	0	1	3
Três Ranchos	1	0	0	1
Urutaí	0	1	0	1
Total	57	9	2	68

Fonte: Adaptada de IBGE (2006a).

Tabela40: Municípios pertencentes à regional EMATER Caiapó, número de produtores por variedade total por regional.

Regional EMATER Caiapó	Feijão de cor	Feijão-caupi	Feijão preto	Nº produtores
Amorinópolis	0	0	0	0
Aragarças	0	0	0	0
Arenópolis	0	0	0	0
Baliza	2	0	0	2
Bom Jardim de Goiás	4	0	0	4
Caiapônia	4	2	0	6
Diorama	0	2	0	2
Doverlândia	0	0	1	1
Iporá	0	1	0	1
Israelândia	0	0	0	0
Ivolândia	1	0	0	1
Jaupaci	0	0	0	0
Moipora	0	0	0	0
Palestina de Goiás	0	0	0	0
Piranhas	0	0	0	0
Total	11	5	1	17

Fonte: Adaptada de IBGE (2006a).

Tabela 41: Municípios pertencentes à regional EMATER Araguaia, número de produtores por variedade total por regional.

Regional EMATER Araguaia	Feijão de cor	Feijão-caupi	Feijão preto	Nº produtores
Aruana	0	0	0	0
Britânia	0	0	0	0
Buriti de Goiás	0	0	0	0
Córrego do Ouro	0	0	0	0
Fazenda Nova	0	0	0	0
Itapirapuã	1	1	0	2
Jussara	2	0	0	2
Matrinchã	0	0	0	0
Montes Claros	0	0	0	0
Novo Brasil	0	0	0	0
Santa Fé	0	0	0	0
Total	3	1	0	4

Fonte: Adaptada de IBGE (2006a).

Tabela 42: Municípios pertencentes à regional EMATER Sul, número de produtores por variedade total por regional.

Regional Sul	Feijão de cor	Feijão- caupi	Feijão preto	Nº produtores
Água Limpa	0	0	0	0
Aloândia	0	0	0	0
Buriti Alegre	0	0	0	0
Bom Jesus de Goiás	0	0	0	0
Cachoeira Dourada	0	0	0	0
Caldas Novas	0	0	0	0
Cromínia	0	1	0	1
Corumbaíba	0	0	0	0
Edeia	0	2	0	2
Edealina	0	0	0	0
Goiatuba	0	2	0	2
Itumbiara	0	0	0	0
Joviânia	1	0	0	1
Mairipotaba	0	0	1	1
Marzagão	1	0	1	2
Morrinhos	6	1	0	7
Panamá	0	0	1	1
Piracanjuba	3	4	1	8
Pontalina	0	0	1	1
Prof. Jamil	1	2	0	3
Rio Quente	0	0	0	0
Vicentinópolis	0	0	0	0
Total	12	12	5	29

Fonte: Adaptada de IBGE (2006a).

Tabela 43: Municípios pertencentes à regional EMATER Rio Vermelho, número de produtores por variedade total por regional.

Regional EMATER Rio Vermelho	Feijão de cor	Feijão -caupi	Feijão preto	Nº produtores
Araguapaz	0	0	0	0
Bonópolis	0	0	0	0
Faina	0	0	0	0
Goiás	1	0	0	1
Guaraita	1	0	0	1
Heitorai	0	0	0	0
Itaberaí	1	1	0	2
Itaguarí	0	0	1	1
Itaguaru	1	0	0	1
Mossâmedes	0	0	0	0
Mozarlândia	0	0	0	0
Mundo novo	1	0	0	1
Nova Crixás	0	0	0	0
Novo Planalto	0	0	1	1
São Miguel do Araguaia	0	2	0	2
Sancrerlândia	5	3	1	9
Taquaral	0	0	0	0
Total	10	6	3	19

Fonte: Adaptada de IBGE (2006a).

Tabela 44: Municípios pertencentes à regional EMATER Rio dos Bois, número de produtores por variedade total por regional.

Regional EMATER Rio dos Bois	Feijão de cor	Feijão-caupi	Feijão preto	Nº produtores
Adelândia	0	0	1	1
Americano do Brasil	0	0	0	0
Anicuns	1	0	1	2
Aragoiânia	0	1	0	1
Aurilândia	0	0	0	0
Avelinópolis	0	0	0	0
Cachoeira de Goiás	0	0	0	0
Campestre	0	0	0	0
Cesarina	0	0	0	0
Firminópolis	1	0	0	1
Guapó	0	0	0	0
Nazario	0	0	0	0
Palmeiras	0	0	1	1
Palminópolis	0	0	0	0
Paraúna	2	0	0	2
Santa Bárbara	0	0	0	0
São João da Paraúna	0	0	0	0
São Luis de Montes Belos	0	0	0	0
Turvânia	0	0	1	1
Varjão	0	0	0	0
Total	4	1	4	9

Fonte: Adaptada de IBGE (2006a).

Tabela 45: Municípios pertencentes à regional EMATER Rio Paranaíba, número de produtores por variedade total por regional.

Regional EMATER Rio Paranaíba	Feijão de cor	Feijão-caupi	Feijão preto	Nº produtores
Aparecida do Rio Doce	0	0	0	0
Aporé	0	0	0	0
Cachoeira Alta	0	0	0	0
Caçu	0	1	0	1
Castelândia	0	0	0	0
Gouvelândia	0	0	0	0
Inaciolândia	0	0	0	0
Itajá	0	0	0	0
Itarumã	0	0	0	0
Lagoa Santa	1	0	0	1
Maurilândia	0	0	0	0
Paranaiguara	0	0	0	0
Porteirão	0	0	0	0
Quirinópolis	0	1	0	1
São Simão	0	0	0	0
Total	1	2	0	3

Fonte: Adaptada de IBGE (2006a).

APÊNDICE C–TERMO DE COMPROMISSO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA/CEP



TERMO DE COMPROMISSO

Declaro que cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares em vigor no Brasil com relação à ética em pesquisa com seres humanos, desde 13 de junho de 2013. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto de pesquisa intitulado “Competitividade da Produção de Feijão pela Agricultura Familiar no Estado de Goiás”.

Data: 29/10/2014

Assinatura(s):

APÊNDICE D–SÍNTESE DAS PROPOSTAS E/OU RECOMENDAÇÕES

Seguem as contribuições da autora da pesquisa por meio de propostas e/ou recomendações que talvez possam incrementar a competitividade da cadeia produtiva do feijão na agricultura familiar em Goiás.

Por meio da análise dos direcionadores e dos fatores que os compunham, foi possível detectar fatores que contribuíram positiva e/ou negativamente para a competitividade da produção e comercialização do feijão oriundo da agricultura familiar goiana.

Logo, no intuito de elevar a competitividade da produção e a comercialização de feijão na agricultura familiar em Goiás, seguem algumas sugestões para os poderes públicos e privados, baseadas nas observações da pesquisadora e nas percepções dos agentes-chave entrevistados.

Em cada uma das propostas apontadas foram acrescentadas justificativas, agentes responsáveis, agentes impactados, fontes dos recursos e prioridade. As sugestões de maior prioridade são correspondentes aos quatro indicadores que apresentaram desfavorecimento em relação a essa competição analisada.

- Proposta de prioridade 1: criação de cooperativas ou, no mínimo, de grupos de cooperados para compra de insumos direto dos grandes importadores. Isso possibilitaria mais troca de informações entre os elos da cadeia em questão. Consequentemente, traria mais poder de negociação aos produtores. Agentes impactados seriam os produtores. A fonte de recursos utilizada seria dos próprios produtores. A criação de uma cooperativa se justifica por diversos motivos, mas, nesse caso específico, se dá, em primeiro lugar, pela oferta de insumos no mercado goiano, e, em segundo lugar, por sua logística, fatores que influenciam diretamente nos preços.
- Proposta de prioridade 2: criação de sindicatos dos produtores rurais nos municípios de Padre Bernardo, Formosa e Planaltina-GO, tendo como agentes responsáveis os próprios agricultores e as Secretarias da Agricultura Estadual e Municipal. Os agentes impactados são os agricultores de modo geral. Os recursos para implementação da proposta poderiam ser dos próprios agricultores associados, com auxílio dos cofres públicos do município e do estado. A criação de sindicatos se justifica pelo fato de a cadeia produtiva do feijão oriundo da agricultura familiar goiana não possuir nenhum tipo de articulação entre seus diversos agentes e elos, ou seja, completamente sem estrutura de governança/coordenação. Esses produtores não possuíam sequer um sindicato de produtores em seus municípios.

Além disso, a organização sindical possibilitaria coleta de informações sobre custos de produção e disseminaria novas tecnologias entre os produtores. Os agentes responsáveis, e os impactados, por essa ação seriam eles próprios, com o auxílio dos governos do município e do estado.

- Proposta de prioridade 3: fortalecimento da Câmara Setorial do feijão com o envolvimento de líderes representantes de produtores dos municípios em questão, concretizando fóruns de discussão das políticas de desenvolvimento do setor que considerassem os interesses dos familiares produtores de feijão em Goiás. Os agentes impactados são os próprios agricultores familiares e os recursos financeiros provêm de associações de produtores e dos sindicatos dos produtores.
- Proposta prioridade 4: criação de políticas públicas que adequassem, na medida do possível, o sistema tributário para comercialização do feijão oriundo da agricultura familiar goiana, tendo como agente impactador a Secretaria da Fazenda do estado de Goiás e agente impactado o agricultor familiar que comercializa feijão, o qual poderia sair do mercado informal e propiciar mais arrecadação aos cofres públicos. Justifica-se pelo volume da leguminosa comercializada no mercado informal.
- Proposta de prioridade 5: revisão do sistema de assistência técnica pública utilizada em Goiás, sendo o agente impactador a EMATER-GO e o agente impactado o agricultor familiar. Os recursos públicos seriam estaduais e federais, justificando-se pela falta de assistência técnica aos agricultores familiares do estado como um todo.
- Proposta de prioridade 6: criação de políticas públicas na esfera estadual e municipal que pudessem acompanhar de perto a degradação ambiental e o uso exorbitante de agrotóxicos nas lavouras goianas. O agente impactador seria o governo do estado e as secretarias de agricultura dos municípios e o agente impactado o agricultor familiar e a sociedade como um todo, a partir de recursos públicos estaduais e federais. Justificava-se pela degradação ambiental colocada pelos entrevistados e já de conhecimento público.
- Proposta de média prioridade 7: oferecimento de cursos de gestão para os agricultores familiares. Os agentes responsáveis por implantar a proposta seriam as secretarias de agricultura dos municípios, em conjunto com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Os recursos podem ser originários dos cofres municipais. Justifica-se pela falta de planejamento e controle dos custos produtivos, pois a dificuldade em gerenciar os custos pode gerar problemas financeiros e causar sua saída da atividade.
- Proposta de média prioridade 8: órgãos que promovam ações direcionadas para qualificação e diversificação da oferta, nos quais se possam identificar os nichos de

mercados consumidores de “orgânicos” e incentivar seu cultivo, de preferência com certificação, como forma de diferenciá-lo e agregar valor à produção, como seria o caso do feijão-caupi ainda verde. Órgãos competentes para esse processo seriam: SEBRAE, SENAR, órgãos certificadores e instituições de ensino públicas ou privadas. Agentes impactadores: produtores e distribuidores. Fontes de recursos financeiros: SENAR, SEBRAE e/ou governos municipais e estaduais.

Para futuras pesquisas, se sugere que cada um dos direcionadores seja estudado mais a fundo, principalmente os direcionadores insumos, logística e governança/coordenação da cadeia produtiva do feijão oriundo da agricultura familiar. Como campo de pesquisa, propõem-se os assentamentos da regional EMATER Planalto, visto que há um número relativamente grande de produtores de feijão nessa regional. Além disso, fica aqui também a sugestão para um estudo que verifique os impactos da produção de feijão pela agricultura familiar, se essa produção de feijão que visa à comercialização nos municípios contribui ou não para o desenvolvimento dessas famílias. Caso não, investigar o porquê de elas insistirem nessa cultura para fins comerciais.

APÊNDICE E—DIRECIONADORES E SUBFATORES

Direcionadores e subfatores	Peso médio	Avaliação média	Peso médio	Avaliação média	Peso médio	Avaliação média	Peso médio	Avaliação média	Peso médio	Avaliação média	Peso médio	Avaliação média	Peso médio ponderado	Avaliação média ponderada	Quantificação da avaliação (multiplicação do peso ponderado pela avaliação média ponderada)
	Entrevistado A	Entrevistado B	Entrevistado C	Entrevistado D	Entrevistado E	Entrevistado F									
1. Gestão da propriedade	100%	-1	100%	1	100%	1	100%	1	100%	2	100%	-1	100%	0,50	0,50
1. Gestão da propriedade rural pela (AF)	100%		100%		100%		100%		100%		100%		100%		0,50
2. Planejamento estratégico	16,7%	0	14,0%	2	20,4%	-2	14,5%	-2	14,9%	-2	17,5%	0	16%	-0,67	-0,11
2.1 O planejamento e o controle da produção	14,6%	1	10,5%	2	12,2%	0	14,5%	1	13,4%	2	17,5%	2	14%	1,33	0,18
2.2 Os preços recebidos	14,6%	1	14,0%	2	16,3%	-2	13,0%	2	14,9%	2	14,0%	1	14%	1,00	0,14
2.3 As variedades de feijão adquiridas	16,7%	1	12,3%	1	16,3%	-2	14,5%	2	14,9%	2	8,8%	1	14%	0,83	0,12
2.4 O padrão de qualidade do feijão	20,8%	2	14,0%	1	12,2%	0	14,5%	2	14,9%	2	17,5%	2	16%	1,50	0,24
2.5 A questão quanto à tradição de produção/comercialização	6,3%	-1	17,5%	4	12,2%	1	14,5%	1	14,9%	0	17,5%	0	14%	0,83	0,12
2.6 Mão de obra	10,4%	1	17,5%	0	10,2%	0	14,5%	0	11,9%	1	7,0%	2	12%	0,67	0,08
2.7 A mão de obra familiar como custo	100%		100%		100%		100%		100%		100%		100%		0,77
3. Tecnologia	37,5%	1	35,7%	2	37,5%	-1	33,3%	2	35,7%	-1	33,3%	-2	36%	0,17	0,06
3.1 Assistência técnica recebida	41,7%	2	35,7%	1	29,2%	1	33,3%	1	28,6%	0	33,3%	0	34%	0,83	0,28
3.2 Sementes certificadas	20,8%	0	28,6%	0	33,3%	-2	33,3%	0	35,7%	0	33,3%	-1	31%	-0,50	-0,15
3.3 Nível tecnológico adotado	100%		100%		100%		100%		100%		100%		100%		0,19
4. Oferta de insumos	59%	2	50%	-1	50%	-1	50%	-1	47%	-1	44%	-2	50%	-0,67	-0,33
4.1 oferta de insumos para produção	41%	1	50%	-2	50%	-1	50%	-2	53%	-1	56%	-1	50%	-1,00	-0,50
4.2 os preços dos insumos no mercado goiano	100%		100%		100%		100%		100%		100%		100%	total	-0,83

2,21

Direcionadores e subfatores	Peso médio	Avaliação média	Peso médio	Avaliação média	Peso médio	Avaliação média	Peso médio	Avaliação média	Peso médio	Avaliação média	Peso médio	Avaliação média	Peso médio ponderado	Avaliação média ponderada	Quantificação da avaliação (multiplicação do peso ponderado pela avaliação média ponderada)
	Entrevistado A		Entrevistado B		Entrevistado C		Entrevistado D		Entrevistado E		Entrevistado F				
5. Logística e armazenamento	38,9%	1	40,0%	0	34,8%	0	38,5%	-1	37,0%	-1	36,4%	1	38%	-0,83	-0,31
5.1. Infraestrutura das vias de transporte	44,4%	1	25,0%	-2	34,8%	-1	30,8%	0	37,0%	-2	40,9%	0	35%	-0,67	-0,24
5.2. A distância dos principais fornecedores de insumos	16,7%	0	35,0%	2	30,4%	-1	30,8%	2	25,9%	0	22,7%	-2	27%	0,17	0,04
5.3. Quem paga pelo frete da lavoura via cerealista	100%		100%		100%		100%		100%		100%		100%	total	-0,50
6. Armazenagem	18,2%	-1	50,0%	2	53,3%	-1	16,7%	2	41,2%	1	66,7%	2	41%	0,83	0,34
6.1. Armazenagem do feijão (lugar)	81,8%	1	50,0%	2	46,7%	-2	83,3%	-1	58,8%	2	33,3%	2	59%	0,67	0,39
6.2. Tempo de armazenagem	100%		100%		100%		100%		100%		100%		100%		0,74
7. Governança/coordenação	13,6%	-2	33,3%	-2	27,8%	-1	33,3%	-2	28,6%	-2	31,0%	-2	28%	-1,83	-0,51
7.1. Existência e atuação efetiva de sindicatos do produtor de feijão	40,9%	2	33,3%	-2	33,3%	0	33,3%	-2	28,6%	-1	34,5%	-2	34%	-0,83	-0,28
7.2. A representatividade das associações de classe (câmara setorial)	45,5%	2	33,3%		38,9%	-1	33,3%	2	42,9%	0	34,5%	-2	38%	0,17	0,06
7.3. Competência do líder	100%		100%		100%		100%		100%		100%		100%	total	-0,73
8. Contratos	30,4%	0	55,6%	1	23,8%	0	33,3%	0	33,3%	-1	33,3%	1	35%	0,17	0,06
8.1. O sistema de contratos	34,8%	1	22,2%	0	38,1%	2	33,3%	2	33,3%	1	33,3%	2	33%	1,33	0,43
8.2. Sistema de parcerias	34,8%	1	22,2%	-1	38,1%	0	33,3%	2	33,3%	2	33,3%	1	33%	0,83	0,27
8.3. Sistema de arrendamento	100%		100%		100%		100%		100%		100%		100%	total	0,76

	Peso médio	Avaliação média	Peso médio	Avaliação média	Peso médio	Avaliação média	Peso médio	Avaliação média	Peso médio	Avaliação média	Peso médio	Avaliação média	Peso médio ponderado	Avaliação média ponderada	Quantificação da avaliação (multiplicação do peso ponderado pela avaliação média ponderada)
Direcionadores e subfatores	33,3%	2	33,3%	-1	33,3%	-1	33,3%	-2	33,3%	2	33,3%	2	33%	0,33	0,11
9. Ambiente institucional															
9.1. Crédito oficial pronaf custeio	33,3%	2	33,3%	1	33,3%	-1	33,3%	-2	33,3%	2	33,3%	2	33%	0,67	0,22
9.2. Crédito oficial pronaf investimento	33,3%	2	33,3%	-1	33,3%	0	33,3%	2	33,3%	2	33,3%	2	33%	1,17	0,39
9.3. Prazo carência para pagar	100%		100%		100%		100%		100%		100%		100%	total	0,72
10. Política de preço mínimo utilizada em Goiás	47,4%	2	50,0%	2	50,0%	1	50,0%	-1	50,0%	-2	33,3%	0	47%	0,33	0,16
10.1. Estoque regulador via CONAB	52,6%	2	50,0%	2	50,0%	1	50,0%	0	50,0%	-2	66,7%	0	53%	0,50	0,27
10.2. A garantia de preço mínimo	100%		100%		100%		100,0%		100,0%		100,0%		100%	total	0,42
11. Tributação	25,0%	-2	52,6%	2	62,5%	-1	83,3%	-1	42,9%	-2	44,4%	-2	52%	-1,00	-0,52
11.1. O sistema tributário em Goiás	75,0%	-2	47,4%	2	37,5%	1	16,7%	2	57,1%	1	55,6%	2	48%	1,00	0,48
11.2. O mercado informal	100%		100%		100%		100%		100%		100%		100%		-0,04
12. Legislação sanitária, ambiental, inspeção e fiscalização	50,0%	2	30,8%	2	38,1%	2	43,5%	-1	28,6%	1	5,6%	-2	33%	0,67	0,22
12.1. Questões sanitárias e fitossanitárias	40,0%	1	30,8%	1	38,1%	-1	34,8%	-1	35,7%	-1	38,9%	1	36%	0,00	0,00
12.2. Questões ambientais	100%		100%		100%		100%		100%		100%		69%	total	0,22
														Quociente de competitividad e	2,21

Direcionadores e subfatores					Avaliação					peso				
					indicador									
7. GOVERNANÇA/COORDENAÇÃO					CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5
7.1. Existência e atuação efetiva de sindicatos do produtor de feijão								x	-	2				100
7.2. A representatividade das associações de classe (câmara setorial)						x			-	2				100
7.3. Competência do líder					x							x		100
Direcionadores e subfatores					Avaliação					peso				
					indicador									
8. CONTRATOS					CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5
8.1. O sistema de contratos								x				1		100
8.2. Sistema de parcerias					x					0				40
8.3. Sistema de arrendamento					x				-	1				40
Direcionadores e subfatores					Avaliação					peso				
					indicador									
9. AMBIENTE INSTITUCIONAL					CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5
9.1. Crédito oficial pronaf custeio						x			-	1				90
9.2. Crédito oficial pronaf investimento						x						1		90
9.3. Prazo carência para pagar							x		-	1				90
Direcionadores e subfatores					Avaliação					peso				
					indicador									
10. POLÍTICA DE PREÇO MÍNIMO UTILIZADA EM GOIÁS					CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5
10.1. Estoque regulador via CONAB						x						2		100
10.2. A garantia de preço mínimo						x						2		100
Direcionadores e subfatores					Avaliação					peso				
					indicador									
11. TRIBUTAÇÃO					CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5
11.1. O sistema tributário em Goiás						x						2		100
11.2. O mercado informal						x						2		90
11.3. A questão quanto à tradição de produção/comercialização					x							1		80
Direcionadores e subfatores					Avaliação					peso				
					indicador									
12. LEGISLAÇÃO SANITÁRIA, AMBIENTAL, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO					CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5
12.1. As políticas setoriais desenvolvidas						x			-	1				100
12.2. Questões sanitárias e fitossanitárias					x							2		80
12.3. Questões ambientais					x							1		80

Entrevistado C

Direcionadores e subfatores					Grau de controlabilidade		Avaliação							
							indicador					nota		
1. GESTÃO DA PROPRIEDADE					CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5
1.1. Gestão da propriedade rural pela (AF)					x				1					100
Direcionadores e subfatores					Grau de controlabilidade		Avaliação							
							indicador					peso		
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO					CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5
2.1. O planejamento e controle da produção					x				-	1				100
2.2. Os preços recebidos							x				0			60
2.3. As variedades de feijão adquiridas														80
2.4. O padrão de qualidade do feijão					x				-	1				80
2.5. Mão de obra					x	x	x					1		60
2.6. A mão de obra familiar como custo					x						0			50

Direcionadores e subfatores	Avaliação										
						indicador					peso
12. LEGISLAÇÃO SANITÁRIA, AMBIENTAL, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO	CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5	
12.1. As políticas setoriais desenvolvidas		x					0				50
12.2. Questões sanitárias e fitossanitárias		x							2		80
12.3. Questões ambientais	x					-	1				80

Entrevistado D

Direcionadores e subfatores	Grau de controlabilidade				Avaliação						
	CF	CG	QC	I	indicador					peso	
1. GESTÃO DA PROPRIEDADE	CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5	
1.1. Gestão da propriedade rural pela (AF)	x							1			100
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5	
2.1. O planejamento e controle da produção	x				-	2					100
2.2. Os preços recebidos		x		x				1			100
2.3. As variedades de feijão adquiridas	x								2		90
2.4. O padrão de qualidade do feijão	x								2		100
2.5. Mão de obra	x	x		x				1			100
2.6. A mão de obra familiar como custo	x							0			100
3. TECNOLOGIA	CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5	
3.1. Assistência técnica recebida		x							2		100
3.2. Sementes certificadas		x						1			100
3.3. Nível tecnológico adotado		x					0				100
4. OFERTA DE INSUMOS	CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5	
4.1. Oferta de insumos para produção	x		x			-	1				80
4.2. Os preços dos insumos no mercado goiano	x					-	2				80
5. LOGÍSTICA	CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5	
5.1. Infraestrutura das vias de transporte		x				-	1				100
5.2. A distância dos principais fornecedores de insumos				x			0				80
5.3. Quem paga pelo frete da lavoura via cerealista									2		80
6. ARMAZENAGEM	CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5	
6.1. Armazenagem do feijão (lugar)	x								2		20
6.2. Tempo de armazenagem	x					-	1				100
7. GOVERNANÇA/COORDENAÇÃO	CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5	
7.1. Existência e atuação efetiva de sindicatos do produtor de feijão	X				-	2					100
7.2. A representatividade das associações de classe (câmara setorial)		x				-	2				100
7.3. Competência do líder				x				2			100
8. CONTRATOS	CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5	
8.1. O sistema de contratos	X						0				100
8.2. Sistema de parcerias	X								2		100
8.3. Sistema de arrendamento	X								2		100

Direcionadores e subfatores					Avaliação					peso				
					indicador									
9. AMBIENTE INSTITUCIONAL					CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5
9.1. Crédito oficial pronaf custeio						x			-					100
9.2. Crédito oficial pronaf investimento						x			-					100
9.3. Prazo carência para pagar						x						2		100
Direcionadores e subfatores					Avaliação					peso				
					indicador									
10. POLÍTICA DE PREÇO MÍNIMO UTILIZADA EM GOIÁS					CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5
10.1. Estoque regulador via CONAB						x			-					60
10.2. A garantia de preço mínimo									1					60
10.3. A garantia de preço mínimo									0					60
Direcionadores e subfatores					Avaliação					peso				
					indicador									
11. TRIBUTAÇÃO					CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5
11.1. O sistema tributário em Goiás						x			-					50
11.2. O mercado informal								x					2	10
11.3. A questão quanto à tradição de produção/comercialização								x					2	100
Direcionadores e subfatores					Avaliação					peso				
					indicador									
12. LEGISLAÇÃO SANITÁRIA, AMBIENTAL, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO					CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5
12.1. As políticas setoriais desenvolvidas						x			-					50
12.2. Questões sanitárias e fitossanitárias					x	x	x		-					100
12.3. Questões ambientais					x				-					80
									1					80

Entrevistado E

Direcionadores e subfatores					Grau de controlabilidade				Avaliação					peso	
									indicador						
1. GESTÃO DA PROPRIEDADE					CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5	
1.1. Gestão da propriedade rural pela (AF)					x		x							2	100
Direcionadores e subfatores					Grau de controlabilidade				Avaliação					peso	
									indicador						
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO					CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5	
2.1. O planejamento e controle da produção					x	x	x		-						100
2.2. Os preços recebidos						x	x							2	90
2.3. As variedades de feijão adquiridas						x	x							2	100
2.4. O padrão de qualidade do feijão					x	x	x							2	100
2.5. Mão de obra					x						0				100
2.6. A mão de obra familiar como custo					x							1			80
Direcionadores e subfatores									Avaliação					peso	
									indicador						
3. TECNOLOGIA					CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5	
3.1. Assistência técnica recebida					x	x	x		-						100
3.2. Sementes certificadas						x	x				0				80
3.3. Nível tecnológico adotado					x								0		100
Direcionadores e subfatores					Grau de controlabilidade				Avaliação					peso	
									indicador						
4. OFERTA DE INSUMOS					CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5	
4.1. Oferta de insumos para produção						x	x		-						80
4.2. Os preços dos insumos no mercado goiano									1						90
									1						90

Direcionadores e subfatores					Avaliação					
					indicador					peso
5. LOGÍSTICA	CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5
		x	x			-				
5.1. Infraestrutura das vias de transporte					1					100
5.2. A distância dos principais fornecedores de insumos	x	x		x	-					100
5.3. Quem paga pelo frete da lavoura via cerealista		x					0			70
Direcionadores e subfatores					Avaliação					
					indicador					peso
6. ARMAZENAGEM	CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5
6.1. Armazenagem do feijão (lugar)				x						70
6.2. Tempo de armazenagem	x								2	100
Direcionadores e subfatores					Avaliação					
					indicador					peso
7. GOVERNANÇA/COORDENAÇÃO	CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5
7.1. Existência e atuação efetiva de sindicatos do produtor de feijão	x				-					60
7.2. A representatividade das associações de classe (câmara setorial)	x	x				-				60
7.3. Competência do líder				x			0			90
Direcionadores e subfatores					Avaliação					
					indicador					peso
8. CONTRATOS	CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5
8.1. O sistema de contratos				x		-				80
8.2. Sistema de parcerias	x	x	x					1		80
8.3. Sistema de arrendamento	x								2	80
Direcionadores e subfatores					Avaliação					
					indicador					peso
9. AMBIENTE INSTITUCIONAL	CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5
9.1. Crédito oficial pronaf custeio		x								2 100
9.2. Crédito oficial pronaf investimento	x									2 100
9.3. Prazo carência para pagar		x								2 100
Direcionadores e subfatores					Avaliação					
					indicador					peso
10. POLÍTICA DE PREÇO MÍNIMO UTILIZADA EM GOIÁS	CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5
10.1. Estoque regulador via CONAB		x			-					60
10.2. A garantia de preço mínimo		x			-					60
					2					
Direcionadores e subfatores					Avaliação					
					indicador					peso
11. TRIBUTAÇÃO	CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5
11.1. O sistema tributário em Goiás		x			-					60
					2					
11.2. O mercado informal	x							1		80
11.3. A questão quanto à tradição de produção/comercialização	x								2	100
Direcionadores e subfatores					Avaliação					
					indicador					peso
12. LEGISLAÇÃO SANITÁRIA, AMBIENTAL, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO	CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5
12.1. As políticas setoriais desenvolvidas		x			-					100
					1					
12.2. Questões sanitárias e fitossanitárias	x	x	x					1		80
12.3. Questões ambientais	x	x	x		-					100
					1					

Entrevistado F

Direcionadores e subfatores	Grau de controlabilidade				Avaliação						
	CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5	peso
1. GESTÃO DA PROPRIEDADE	CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5	peso
1.1. Gestão da propriedade rural pela (AF)	x				-						100
					1						
Direcionadores e subfatores	Grau de controlabilidade				Avaliação						
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5	peso
2.1. O planejamento e controle da produção	x					0					100
2.2. Os preços recebidos	x	x		x						2	100
2.3. As variedades de feijão adquiridas	x		x					1			80
2.4. O padrão de qualidade do feijão	x	x		x				1			50
2.5. Mão de obra	x	x		x				0			100
2.6. A mão de obra familiar como custo	x	x		x					2		40
Direcionadores e subfatores	Grau de controlabilidade				Avaliação						
3. TECNOLOGIA	CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5	peso
3.1. Assistência técnica recebida		x	x		-						100
					2						
3.2. Sementes certificadas	x	x		x		0					100
3.3. Nível tecnológico adotado	x	x		x				1			100
Direcionadores e subfatores	Grau de controlabilidade				Avaliação						
4. OFERTA DE INSUMOS	CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5	peso
4.1. Oferta de insumos para produção				x	-						40
					2						
4.2. Os preços dos insumos no mercado goiano				x	-						50
					1						
Direcionadores e subfatores	Grau de controlabilidade				Avaliação						
5. LOGÍSTICA	CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5	peso
5.1. Infraestrutura das vias de transporte		x	x					1			80
5.2. A distância dos principais fornecedores de insumos				x		0					90
5.3. Quem paga pelo frete da lavoura via cerealista				x	-						50
					2						
Direcionadores e subfatores	Grau de controlabilidade				Avaliação						
6. ARMAZENAGEM	CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5	peso
6.1. Armazenagem do feijão (lugar)				x						2	100
6.2. Tempo de armazenagem				x						2	50
Direcionadores e subfatores	Grau de controlabilidade				Avaliação						
7. GOVERNANÇA/COORDENAÇÃO	CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5	peso
7.1. Existência e atuação efetiva de sindicatos do produtor de feijão				x	-						90
					2						
7.2. A representatividade das associações de classe (câmara setorial)		x		x	-						100
					2						
7.3. Competência do líder				x	-						100
					2						
Direcionadores e subfatores	Grau de controlabilidade				Avaliação						
8. CONTRATOS	CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5	peso
8.1. O sistema de contratos				x				1			100
8.2. Sistema de parcerias	x								2		100
8.3. Sistema de arrendamento	x							1			100
Direcionadores e subfatores	Grau de controlabilidade				Avaliação						
9. AMBIENTE INSTITUCIONAL	CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5	peso
9.1. Crédito oficial pronaf custeio		x							2		100
9.2. Crédito oficial pronaf investimento		x							2		100
9.3. Prazo carência para pagar		x							2		100

Direcionadores e subfatores					Avaliação					
					indicador				peso	
10. POLÍTICA DE PREÇO MÍNIMO UTILIZADA EM GOIÁS	CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5
10.1. Estoque regulador via CONAB		x					0			30
10.2. A garantia de preço mínimo		x					0			60
Direcionadores e subfatores					Avaliação					
					indicador				peso	
11. TRIBUTAÇÃO	CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5
11.1. O sistema tributário em Goiás		x			-	2				40
11.2. O mercado informal				x					2	50
11.3. A questão quanto à tradição de produção/comercialização				x					2	100
Direcionadores e subfatores					Avaliação					
					indicador				peso	
12. LEGISLAÇÃO SANITÁRIA, AMBIENTAL, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO	CF	CG	QC	I	1	2	3	4	5
12.1. As políticas setoriais desenvolvidas		x						1		100
12.2. Questões sanitárias e fitossanitárias		x			-	2				10
12.3. Questões ambientais	x							1		70

ANEXOS

ANEXO A - TERMO DE ANUÊNCIA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE AGRONOMIA

TERMO DE ANUÊNCIA

A Escola de Agronomia da Universidade Federal de Goiás está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado "COMPETITIVIDADE DA PRODUÇÃO DE FEIJÃO PELA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DE GOIÁS" coordenado pelo pesquisador professor doutor Alcido Elenor Wander, desenvolvido em conjunto com a pesquisadora Marina Aparecida da Silveira na Universidade Federal de Goiás.

A Escola de Agronomia da Universidade Federal de Goiás assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa autorizando a coleta de dados durante os meses de fevereiro de 2015 a março de 2015.

Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso do (a) pesquisador (a) responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados.

Goiânia, 13 de novembro de 2014.

Assinatura/Carimbo do responsável pela instituição pesquisada

Prof. Robson Mala Geraldine
Diretor da Escola de Agronomia
EA/UFG

RODOVIA GOIÂNIA – NOVA VENEZA, KM ZERO, CAMPUS SAMAMBAIA.
CEP 74001-170 TEL.: 62 3521-1530

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA/CEP



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa. Meu nome é Marina Aparecida da Silveira sou a pesquisadora responsável e minha área de Competitividade do feijão pela agricultura familiar.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar o maior participante do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Em caso de dúvida **sobre a pesquisa**, você poderá entrar em contato com o(s) pesquisador(es) responsável, Alcido Elenor Wander: (62) 91361195 ou (62) 35211517. As ligações poderão ser feitas a cobrar discando 9090 antes do número no caso de ligação local ou 90XX62, no caso de ligações interurbanas. Em casos de dúvidas **sobre os seus direitos** como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, nos telefones: 3521-1075 ou 3521-1076.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE A PESQUISA

- Título: Competitividade da Produção de Feijão pela Agricultura Familiar no Estado Goiás.
- Justificativa, objetivos e os procedimentos utilizados da pesquisa: A pesquisa se justifica A presente proposta de pesquisa se justifica pela importância da agricultura familiar. Baseado em levantamentos a agricultura familiar é responsável por 70% da produção de (todas as espécies de feijão) em nível nacional (FRANÇA et. al., 2009).
- O objetivo é avaliar a competitividade atual e a prospecção futura da produção de feijão oriunda da agricultura familiar na cadeia produtiva do Estado de Goiás. Para cumprir esses objetivos serão realizadas entrevistas em profundidade através da aplicação do instrumento questionários. Questionário esse composto por perguntas de forma estruturadas e que serão aplicados junto a agentes chave com relação a produção e /ou comercialização de feijão de cada um dos municípios , aqui previamente selecionados nas duas regionais de maior destaque na produção de feijão oriunda da agricultura familiar em Goiás. Regionais Vale do Paranã nos municípios de Damianópolis, Manbaí, Posse, Simolândia e Sítio D'Abadia e na Regional Planalto os municípios são: Formosa, Padre Bernardo e o município de Planaltina de Goiás, (GO).
- Os entrevistados deverão ter mais que 18 anos. Em caso de exceção, o menor deverá assinar o termo de assentimento e deverá ser aplicado um TCLE com o responsável do entrevistado.
- No caso de utilização incorreta dos dados informados ou divulgação do nome dos entrevistados, os mesmos tem o direito de pleitear indenização.
- No caso de despesas decorrentes da participação da pesquisa, o entrevistado tem direito a ressarcimento.
- Não haverá nenhum tipo de pagamento ou gratificação financeira pela sua participação;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA/CEP



- Os pesquisadores garantem sigilo da identidade e outros dados confidenciais coletados na pesquisa;
- É garantida ao entrevistado, expressa de liberdade de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado.

Nome e Assinatura do pesquisador _____

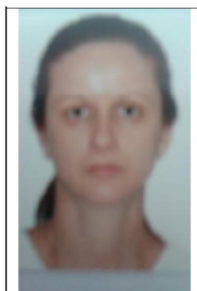
CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA

Eu, _____, RG/ CPF/ n.º de prontuário/ n.º de matrícula _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo _____, como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) _____ sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento, se for o caso).

Local e data: _____

Nome e Assinatura do sujeito: _____

Testemunhas em caso de datiloscópica



ANEXO C - TABELA 949

Tabela 949 - Número de estabelecimentos agropecuários, quantidade produzida, área colhida e valor da produção por agricultura familiar e não familiar e tipo de produção vegetal			
Variável = Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)			
Tipo de agricultura = Agricultura familiar - lei 11.326			
Ano = 2006			
Município	Tipo de produção vegetal		
	Feijão preto	Feijão de cor	Feijão fradinho
Abadia de Goiás - GO	-	-	-
Abadiânia - GO	-	4	2
Acreúna - GO	-	-	-
Adelândia - GO	1	-	-
Água Fria de Goiás - GO	2	61	2
Água Limpa - GO	-	-	-
Águas Lindas de Goiás - GO	-	3	-
Alexânia - GO	2	6	4
Aloândia - GO	-	-	-
Alto Horizonte - GO	-	-	-
Alto Paraíso de Goiás - GO	-	15	1
Alvorada do Norte - GO	-	6	11
Amaralina - GO	-	2	-
Americano do Brasil - GO	-	-	-
Amorinópolis - GO	-	-	-
Anápolis - GO	-	8	2
Anhanguera - GO	-	-	-
Anicuns - GO	1	1	-
Aparecida de Goiânia - GO	-	-	-
Aparecida do Rio Doce - GO	-	-	-
Aporé - GO	-	-	-
Araçu - GO	-	-	-
Aragarças - GO	-	-	-
Aragoiânia - GO	-	-	1
Araguapaz - GO	-	-	-
Arenópolis - GO	-	-	-
Aruanã - GO	-	-	-
Aurilândia - GO	-	-	-
Avelinópolis - GO	-	-	-
Baliza - GO	-	2	-
Barro Alto - GO	-	3	-
Bela Vista de Goiás - GO	-	1	-
Bom Jardim de Goiás - GO	-	4	-

Bom Jesus de Goiás - GO	-	-	-
Bonfinópolis - GO	-	-	2
Bonópolis - GO	-	-	-
Brazabrantes - GO	-	1	-
Britânia - GO	-	-	-
Buriti Alegre - GO	-	-	-
Buriti de Goiás - GO	-	-	-
Buritinópolis - GO	4	8	34
Cabeceiras - GO	1	1	-
Cachoeira Alta - GO	-	-	-
Cachoeira de Goiás - GO	-	-	-
Cachoeira Dourada - GO	-	-	-
Caçu - GO	-	-	1
Caiapônia - GO	-	4	2
Caldas Novas - GO	-	-	-
Caldazinha - GO	-	-	-
Campestre de Goiás - GO	-	-	-
Campinaçu - GO	-	7	1
Campinorte - GO	-	-	1
Campo Alegre de Goiás - GO	-	-	1
Campo Limpo de Goiás - GO	-	-	-
Campos Belos - GO	1	34	5
Campos Verdes - GO	-	-	-
Carmo do Rio Verde - GO	3	16	2
Castelândia - GO	-	-	-
Catalão - GO	1	29	2
Caturaí - GO	-	1	-
Cavalcante - GO	8	18	1
Ceres - GO	-	2	4
Cezarina - GO	-	-	-
Chapadão do Céu - GO	-	-	-
Cidade Ocidental - GO	1	3	1
Cocalzinho de Goiás - GO	2	2	4
Colinas do Sul - GO	-	33	1
Córrego do Ouro - GO	-	-	-
Corumbá de Goiás - GO	-	50	6
Corumbaíba - GO	-	-	-
Cristalina - GO	-	12	17
Cristianópolis - GO	-	-	-
Crixás - GO	-	-	-
Cromínia - GO	-	-	1
Cumari - GO	-	2	-

Damianópolis - GO	-	121	3
Damolândia - GO	-	-	-
Davinópolis - GO	-	-	1
Diorama - GO	-	-	2
Doverlândia - GO	1	-	-
Edealina - GO	-	-	-
Edéia - GO	-	-	2
Estrela do Norte - GO	-	-	-
Faina - GO	-	-	-
Fazenda Nova - GO	-	-	-
Firminópolis - GO	-	1	-
Flores de Goiás - GO	-	13	83
Formosa - GO	-	64	44
Formoso - GO	-	1	-
Gameleira de Goiás - GO	-	3	2
Divinópolis de Goiás - GO	1	46	12
Goianápolis - GO	-	-	-
Goiandira - GO	-	-	2
Goianésia - GO	-	2	1
Goiânia - GO	-	-	-
Goianira - GO	-	2	-
Goiás - GO	-	1	-
Goiatuba - GO	-	-	2
Gouvelândia - GO	-	-	-
Guapó - GO	-	-	-
Guaraíta - GO	-	1	-
Guarani de Goiás - GO	1	65	8
Guarinos - GO	1	-	-
Heitorai - GO	-	-	-
Hidrolândia - GO	-	2	-
Hidrolina - GO	-	-	1
Iaciara - GO	-	2	-
Inaciolândia - GO	-	-	-
Indiara - GO	-	-	-
Inhumas - GO	-	6	-
Ipameri - GO	-	1	-
Ipiranga de Goiás - GO	-	-	1
Iporá - GO	-	-	1
Israelândia - GO	-	-	-
Itaberaí - GO	-	1	1
Itaguari - GO	1	-	-
Itaguaru - GO	-	1	-

Itajá - GO	-	-	-
Itapaci - GO	-	-	-
Itapirapuã - GO	-	1	1
Itapuranga - GO	1	14	-
Itarumã - GO	-	-	-
Itauçu - GO	-	-	1
Itumbiara - GO	-	-	-
Ivolândia - GO	-	1	-
Jandaia - GO	-	-	-
Jaraguá - GO	6	5	-
Jataí - GO	-	1	2
Jaupaci - GO	-	-	-
Jesópolis - GO	-	-	-
Joviânia - GO	-	1	-
Jussara - GO	-	2	-
Lagoa Santa - GO	-	1	-
Leopoldo de Bulhões - GO	1	3	-
Luziânia - GO	-	15	1
Mairipotaba - GO	1	-	-
Mambai - GO	1	43	61
Mara Rosa - GO	-	1	-
Marzagão - GO	1	1	-
Matrinchã - GO	-	-	-
Maurilândia - GO	-	-	-
Mimoso de Goiás - GO	1	13	5
Minaçu - GO	4	70	5
Mineiros - GO	-	1	-
Moiporá - GO	-	-	-
Monte Alegre de Goiás - GO	3	31	24
Montes Claros de Goiás - GO	-	-	-
Montividiu - GO	-	-	-
Montividiu do Norte - GO	-	-	-
Morrinhos - GO	-	6	1
Morro Agudo de Goiás - GO	-	2	1
Mossâmedes - GO	-	-	-
Mozarlândia - GO	-	-	-
Mundo Novo - GO	-	1	-
Mutunópolis - GO	-	1	-
Nazário - GO	-	-	-
Nerópolis - GO	-	2	1
Niquelândia - GO	-	6	1
Nova América - GO	-	-	-

Nova Aurora - GO	-	-	-
Nova Crixás - GO	-	-	-
Nova Glória - GO	-	-	-
Nova Iguaçu de Goiás - GO	-	-	-
Nova Roma - GO	1	66	1
Nova Veneza - GO	-	-	-
Novo Brasil - GO	-	-	-
Novo Gama - GO	-	9	1
Novo Planalto - GO	1	-	-
Orizona - GO	-	21	1
Ouro Verde de Goiás - GO	-	1	3
Ouvidor - GO	-	-	-
Padre Bernardo - GO	6	85	79
Palestina de Goiás - GO	-	-	-
Palmeiras de Goiás - GO	1	-	-
Palmelo - GO	-	1	-
Palminópolis - GO	-	-	-
Panamá - GO	1	-	-
Paranaiguara - GO	-	-	-
Paraúna - GO	-	2	-
Perolândia - GO	3	1	1
Petrolina de Goiás - GO	-	9	6
Pilar de Goiás - GO	-	-	-
Piracanjuba - GO	1	3	4
Piranhas - GO	-	-	-
Pirenópolis - GO	1	1	4
Pires do Rio - GO	-	-	-
Planaltina - GO	6	93	2
Pontalina - GO	1	-	-
Porangatu - GO	-	1	4
Porteirão - GO	-	-	-
Portelândia - GO	-	-	-
Posse - GO	3	87	10
Professor Jamil - GO	-	1	2
Quirinópolis - GO	-	-	1
Rialma - GO	-	-	1
Rianópolis - GO	-	-	-
Rio Quente - GO	-	-	-
Rio Verde - GO	3	9	1
Rubiataba - GO	-	2	-
Sanclerlândia - GO	1	5	3
Santa Bárbara de Goiás - GO	-	-	-

Santa Cruz de Goiás - GO	-	-	1
Santa Fé de Goiás - GO	-	-	-
Santa Helena de Goiás - GO	-	-	-
Santa Isabel - GO	-	4	-
Santa Rita do Araguaia - GO	-	-	-
Santa Rita do Novo Destino - GO	-	2	-
Santa Rosa de Goiás - GO	-	-	-
Santa Tereza de Goiás - GO	-	1	-
Santa Terezinha de Goiás - GO	1	1	1
Santo Antônio da Barra - GO	-	-	-
Santo Antônio de Goiás - GO	-	1	-
Santo Antônio do Descoberto - GO	-	2	2
São Domingos - GO	-	2	12
São Francisco de Goiás - GO	-	2	-
São João d'Aliança - GO	-	42	29
São João da Paraúna - GO	-	-	-
São Luís de Montes Belos - GO	-	-	-
São Luíz do Norte - GO	-	-	-
São Miguel do Araguaia - GO	-	-	2
São Miguel do Passa Quatro - GO	1	2	-
São Patrício - GO	-	2	1
São Simão - GO	-	-	-
Senador Canedo - GO	-	-	-
Serranópolis - GO	-	-	1
Silvânia - GO	-	11	1
Simolândia - GO	1	26	77
Sítio d'Abadia - GO	3	93	4
Taquaral de Goiás - GO	-	-	-
Teresina de Goiás - GO	1	1	-
Terezópolis de Goiás - GO	-	-	1
Três Ranchos - GO	-	1	-
Trindade - GO	-	-	-
Trombas - GO	1	-	7
Turvânia - GO	1	-	-
Turvelândia - GO	-	-	-
Uirapuru - GO	-	-	-
Uruaçu - GO	1	2	1
Uruana - GO	-	2	-
Urutaí - GO	-	-	1
Valparaíso de Goiás - GO	-	-	-
Varjão - GO	-	-	-
Vianópolis - GO	1	13	-

Vicentinópolis - GO	-	-	-
Vila Boa - GO	-	25	-
Vila Propício - GO	1	23	3

Nota:

1 - Os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão desidentificados com o caracter X.

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário.

Se desejar, clique e guarde este link na sua lista de favoritos.

Você poderá consultar novamente este quadro sem precisar refazer as seleções (não funciona com seleções avançadas).
Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=949&z=t&o=1&i=P>. Acesso em: 25 maio. 2015.

Tabela 949 - Número de estabelecimentos agropecuários, quantidade produzida, área colhida e valor da produção por agricultura familiar e não familiar e tipo de produção vegetal			
Variável = Quantidade produzida (TONELADAS)			
Tipo de agricultura = Total			
Ano = 2006			
Município	Tipo de produção vegetal		
	Feijão preto	Feijão de cor	Feijão fradinho
Abadia de Goiás - GO	-	-	-
Abadiânia - GO	-	11	9
Acreúna - GO	-	-	-
Adelândia - GO	X	-	-
Água Fria de Goiás - GO	570	9.844	1.080
Água Limpa - GO	-	-	-
Águas Lindas de Goiás - GO	-	0,46	-
Alexânia - GO	X	496	2
Aloândia - GO	-	-	-
Alto Horizonte - GO	-	-	-
Alto Paraíso de Goiás - GO	X	1.210	X
Alvorada do Norte - GO	-	1	0
Amaralina - GO	-	X	X
Americano do Brasil - GO	-	-	-
Amorinópolis - GO	-	X	-
Anápolis - GO	-	2	X
Anhanguera - GO	-	-	-
Anicuns - GO	X	X	-
Aparecida de Goiânia - GO	-	-	-
Aparecida do Rio Doce - GO	-	-	-
Aporé - GO	-	-	-
Araçu - GO	-	-	-
Aragarças - GO	-	-	-
Aragoiânia - GO	-	-	X

Araguapaz - GO	-	-	-
Arenópolis - GO	-	-	-
Aruanã - GO	-	X	-
Aurilândia - GO	-	-	-
Avelinópolis - GO	-	-	-
Baliza - GO	-	X	-
Barro Alto - GO	-	2	-
Bela Vista de Goiás - GO	-	X	-
Bom Jardim de Goiás - GO	-	6	-
Bom Jesus de Goiás - GO	-	-	X
Bonfinópolis - GO	-	-	X
Bonópolis - GO	-	X	-
Brazabrantes - GO	-	X	-
Britânia - GO	-	-	X
Buriti Alegre - GO	-	-	-
Buriti de Goiás - GO	-	-	-
Buritinópolis - GO	4,2	2	7
Cabeceiras - GO	X	3.271	-
Cachoeira Alta - GO	-	-	-
Cachoeira de Goiás - GO	-	-	-
Cachoeira Dourada - GO	-	-	-
Caçu - GO	-	-	X
Caiapônia - GO	-	3.086	X
Caldas Novas - GO	-	-	-
Caldazinha - GO	-	-	-
Campestre de Goiás - GO	-	-	-
Campinaçu - GO	-	3	1
Campinorte - GO	-	-	X
Campo Alegre de Goiás - GO	X	1	X
Campo Limpo de Goiás - GO	-	-	-
Campos Belos - GO	X	275	104.520
Campos Verdes - GO	-	X	-
Carmo do Rio Verde - GO	2	13	X
Castelândia - GO	-	-	-
Catalão - GO	X	759	0,6
Caturai - GO	-	30.040	-
Cavalcante - GO	4	56	X
Ceres - GO	-	2	2
Cezarina - GO	-	-	-
Chapadão do Céu - GO	-	X	-
Cidade Ocidental - GO	X	419	X
Cocalzinho de Goiás - GO	X	4.435	0,14
Colinas do Sul - GO	-	13	X
Córrego do Ouro - GO	-	-	-
Corumbá de Goiás - GO	-	124	542
Corumbaíba - GO	-	-	-
Cristalina - GO	642	29.786	545
Cristianópolis - GO	-	X	-
Crixás - GO	-	-	-
Cromínia - GO	-	430	X
Cumari - GO	-	X	-
Damianópolis - GO	-	34	2
Damolândia - GO	-	-	-

Davinópolis - GO	-	X	X
Diorama - GO	-	-	X
Doverlândia - GO	X	X	-
Edealina - GO	-	-	-
Edéia - GO	-	-	X
Estrela do Norte - GO	-	-	X
Faina - GO	-	-	-
Fazenda Nova - GO	-	-	-
Firminópolis - GO	-	X	-
Flores de Goiás - GO	-	5	1
Formosa - GO	-	22.700	588
Formoso - GO	-	X	-
Gameleira de Goiás - GO	-	588	X
Divinópolis de Goiás - GO	X	657	3
Goianápolis - GO	-	-	-
Goiandira - GO	-	-	X
Goianésia - GO	-	X	X
Goiânia - GO	-	X	X
Goianira - GO	-	X	-
Goiás - GO	-	X	X
Goiatuba - GO	-	X	217
Gouvelândia - GO	-	-	-
Guapó - GO	-	X	-
Guaraíta - GO	-	X	-
Guarani de Goiás - GO	X	14	2
Guarinos - GO	X	-	-
Heitorai - GO	-	-	-
Hidrolândia - GO	-	10	-
Hidrolina - GO	-	-	X
Iaciara - GO	-	0,5	-
Inaciolândia - GO	-	-	-
Indiara - GO	-	-	-
Inhumas - GO	-	125	-
Ipameri - GO	-	223	X
Ipiranga de Goiás - GO	-	X	X
Iporá - GO	-	-	X
Israelândia - GO	X	X	-
Itaberai - GO	X	383	62
Itaguari - GO	X	-	-
Itaguaru - GO	-	X	-
Itajá - GO	-	-	-
Itapaci - GO	-	X	X
Itapirapuã - GO	-	X	X
Itapuranga - GO	0,72	6	X
Itarumã - GO	-	-	-
Itauçu - GO	-	-	X
Itumbiara - GO	-	-	-
Ivolândia - GO	-	X	-
Jandaia - GO	-	-	X
Jaraguá - GO	1.255	64.680	-
Jataí - GO	-	30	139
Jaupaci - GO	-	-	-
Jesópolis - GO	-	-	-

Joviânia - GO	-	X	X
Jussara - GO	-	3.910	-
Lagoa Santa - GO	-	X	X
Leopoldo de Bulhões - GO	X	179	X
Luziânia - GO	X	3.133	250
Mairipotaba - GO	X	-	-
Mambá - GO	X	181.960	11.341
Mara Rosa - GO	-	X	-
Marzagão - GO	X	X	-
Matrinchã - GO	-	X	-
Maurilândia - GO	-	-	-
Mimoso de Goiás - GO	X	10	1
Minaçu - GO	2	48	1
Mineiros - GO	-	X	-
Moiporá - GO	-	-	-
Monte Alegre de Goiás - GO	3	10	4
Montes Claros de Goiás - GO	-	X	X
Montividiu - GO	X	999	X
Montividiu do Norte - GO	-	-	-
Morrinhos - GO	X	2.706	583
Morro Agudo de Goiás - GO	-	1.200	X
Mossâmedes - GO	-	-	-
Mozarlândia - GO	-	-	-
Mundo Novo - GO	-	X	-
Mutunópolis - GO	-	X	-
Nazário - GO	-	-	-
Nerópolis - GO	X	9	X
Niquelândia - GO	-	2.678	X
Nova América - GO	-	-	-
Nova Aurora - GO	-	-	-
Nova Crixás - GO	-	-	-
Nova Glória - GO	-	-	-
Nova Iguaçu de Goiás - GO	-	-	-
Nova Roma - GO	X	29	4
Nova Veneza - GO	-	-	-
Novo Brasil - GO	-	X	-
Novo Gama - GO	-	6	2
Novo Planalto - GO	X	-	-
Orizona - GO	-	159.559	X
Ouro Verde de Goiás - GO	X	X	4
Ouvidor - GO	-	-	-
Padre Bernardo - GO	26	61	25
Palestina de Goiás - GO	-	-	-
Palmeiras de Goiás - GO	X	422	X
Palmelo - GO	-	X	-
Palminópolis - GO	-	-	X
Panamá - GO	X	-	-
Paranaiguara - GO	-	-	-
Paraúna - GO	-	334	-
Perolândia - GO	1	X	X
Petrolina de Goiás - GO	X	43	62
Pilar de Goiás - GO	-	-	X
Piracanjuba - GO	X	370	0,22

Piranhas - GO	-	X	-
Pirenópolis - GO	X	X	2
Pires do Rio - GO	-	-	-
Planaltina - GO	5	2.464	X
Pontalina - GO	X	X	-
Porangatu - GO	-	X	108
Porteirão - GO	-	X	-
Portelândia - GO	-	-	-
Posse - GO	0,18	20	4
Professor Jamil - GO	-	X	X
Quirinópolis - GO	-	-	X
Rialma - GO	-	-	X
Rianópolis - GO	-	-	-
Rio Quente - GO	-	-	-
Rio Verde - GO	446	6.746	X
Rubiataba - GO	-	X	-
Sanclerlândia - GO	X	6	2
Santa Bárbara de Goiás - GO	-	-	X
Santa Cruz de Goiás - GO	-	X	X
Santa Fé de Goiás - GO	-	-	-
Santa Helena de Goiás - GO	-	X	-
Santa Isabel - GO	-	99.000	-
Santa Rita do Araguaia - GO	-	-	-
Santa Rita do Novo Destino - GO	-	X	-
Santa Rosa de Goiás - GO	-	-	-
Santa Tereza de Goiás - GO	-	X	X
Santa Terezinha de Goiás - GO	X	X	X
Santo Antônio da Barra - GO	-	-	-
Santo Antônio de Goiás - GO	-	X	X
Santo Antônio do Descoberto - GO	X	90.470	320
São Domingos - GO	-	X	2.666
São Francisco de Goiás - GO	-	X	-
São João d'Aliança - GO	X	4.484	6
São João da Paraúna - GO	-	X	-
São Luís de Montes Belos - GO	-	X	-
São Luíz do Norte - GO	-	X	X
São Miguel do Araguaia - GO	-	-	X
São Miguel do Passa Quatro - GO	X	X	-
São Patrício - GO	-	9	X
São Simão - GO	-	-	-
Senador Canedo - GO	-	-	-
Serranópolis - GO	-	-	X
Silvânia - GO	X	3	360
Simolândia - GO	X	77	5
Sítio d'Abadia - GO	0,17	41	1
Taquaral de Goiás - GO	-	X	-
Teresina de Goiás - GO	X	X	-
Terezópolis de Goiás - GO	-	X	X
Três Ranchos - GO	-	X	-
Trindade - GO	-	0	-
Trombas - GO	X	-	0,67
Turvânia - GO	130	1.050	-
Turvelândia - GO	-	-	-

Uirapuru - GO	-	-	-
Uruaçu - GO	X	780	X
Uruana - GO	-	X	-
Urutaí - GO	-	X	X
Valparaíso de Goiás - GO	-	-	-
Varjão - GO	-	-	-
Vianópolis - GO	X	77	X
Vicentinópolis - GO	-	63	-
Vila Boa - GO	-	9	X
Vila Propício - GO	X	636	0,47